

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

Os aumentos de preços:

«Os aumentos de preços indiciam claramente que o Governo minoritário do PSD se dispõe a fazer o povo português pagar nas suas já degradadas condições de vida o preço da própria gestão ruinosa praticada pelo PSD nos governos dos últimos 6 anos.

«Os factos confirmam assim que, desconfiando justificadamente de todas e quaisquer promessas demagógicas do Governo Cavaco Silva, é necessário que os trabalhadores e a população laboriosa assegurem, pela sua luta, a defesa activa dos seus interesses vitais.»

As autárquicas:

«A batalha das eleições autárquicas de Dezembro representa, no imediato, a mais importante batalha político-eleitoral, quer tendo em conta os seus reflexos nas condições de vida das populações, quer tendo em conta a sua repercussão na evolução política dos próximos tempos.

Com a confiança que vem do imenso trabalho realizado e o empenhamento dos militantes e organizações do PCP, do MDP/CDE e dos outros activistas da APU, é necessária e possível uma grande votação na APU no próximo dia 15 de Dezembro.»

A Conferência de Genebra:

«A realização e a conclusão positiva da Cimeira de Genebra é inseparável do amplo movimento popular pela paz e o desarmamento que se desenvolve por todo o mundo e, em particular, da persistente política de paz da URSS e demais países socialistas que recentemente se traduziu em novas e importantes propostas e iniciativas de desarmamento. Prosseguir e intensificar a luta para pôr fim à corrida aos armamentos, pelo desarmamento e em primeiro lugar o nuclear, para impedir a militarização do espaço cósmico, contra a política de ingerências e agressões do imperialismo contra os povos que lutam pela sua libertação, tal é o caminho necessário para afastar definitivamente o perigo do holocausto nuclear e assegurar um futuro de paz para a Humanidade.»



Álvaro Cunhal no Pavilhão dos Desportos:

**«É necessário organizar,
promover, desenvolver
a luta de massas
com objectivos concretos
imediatos»**

Discurso de Álvaro Cunhal e reportagens do comício de Lisboa e de sessões no Alentejo nas págs. 3, 4, 5 e 6/Semana

SESSÕES COM ÁLVARO CUNHAL

Sexta-feira, 29

Às 19 horas, jantar-convívio no refeitório da Fábrica de Limas Tomé Feteira, em **Vieira de Leiria** • Às 21 e 30, sessão de esclarecimento na Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, na **Marinha Grande**

Sábado, 30

Às 12 e 45, visita à Junta de Freguesia de S. Lourenço em **Azeitão** • Às 13 horas, almoço-convívio na Casa do Povo de **Azeitão** • Às 15 e 30, visita à Cooperativa de Habitação do bairro da Azeda em **Setúbal** • Às 16 e 30, sessão de esclarecimento na Cooperativa do Faralhão, em **Setúbal**

Domingo, 1

Encontro com a população de **Aldeia dos Fernandes** (Almodôvar) • Às 16 horas, visita ao Centro de Trabalho do PCP em **Almodôvar** • Às 16 e 30, comício na Casa do Povo de **Almodôvar** • Às 18 horas, encontro com a população na **Aldeia do Rosário**

Ângelo Veloso:

**«Os democratas têm
larga experiência
— não oferecem
de bandeja a vitória
a um candidato da direita
seja Soares ou Freitas»**

Reportagem na pág. 11/Semana



SESSÕES COM ÂNGELO VELOSO

Quinta-feira, 28

Às 16 horas, conferência de imprensa no Centro de Trabalho do PCP na Av. da Boavista, no **Porto** • Às 21 e 30, também no **Porto**, Sessão-debate na Cooperativa do Povo Portuense

O fundamental e o secundário na hora política actual

Desde a indigitação de Cavaco Silva para Primeiro-Ministro, após as eleições de 6 de Outubro, principalmente depois da tomada de posse do novo Executivo, o PCP alertou a opinião pública para o carácter minoritário do Governo PSD, para a fragilidade política da sua base de apoio e a sua incapacidade e falta de condições para dar solução aos gravíssimos problemas nacionais.

Logo à raiz da sua formação o PCP alertou para a natureza antidemocrática da composição e da previsível política da nova equipa governante, manifestou desde logo a intenção de rejeitar o seu Programa quando fosse submetido à Assembleia da República.

O PCP fundamentava a sua irreductível oposição ao Governo Cavaco Silva no conhecimento do programa e objectivos do PSD, dos homens chamados a dirigir a governação do País e dos malefícios de uma prática política largamente comprovada nos mais de seis anos de experiência governativa do PSD.

Certos círculos da direita, e depois, no decurso do debate parlamentar do Programa, o próprio Cavaco Silva na sua intervenção de encerramento (como antes dele o chefe do grupo parlamentar do PSD, António Capucho — este num «sisudo» comentário à primeira declaração política do grupo parlamentar comunista na AR), acusaram o PCP de processo de intenção contra o Governo, tentaram ironizar sobre a posição dos comunistas, que classificaram de tendenciosa, premeditada e sem base.

Capucho perguntou mesmo se o PCP, nas suas críticas ao Programa, tinha já tido acesso a um documento que na altura nem os deputados do partido governante ainda conheciam...

Cavaco por sua vez filiou a oposição prévia e frontal do PCP ao Programa numa pretensa obstrução sistemática dos comunistas a qualquer governo, naquilo que classificou de eterna «posição do contra» do PCP.

Poucos dias são passados e aí temos as primeiras medidas antipopulares do Executivo do PSD a confirmarem as prevenções e previsões do PCP e a justeza da sua oposição ao Governo e ao seu Programa, aí estão os factos a demonstrarem que as disposições anticonstitucionais do Programa não são meras afirmações teóricas mas intenções reais de repor em execução o plano restauracionista do «24 de Abril» derrotado em 6 de Outubro.

«Agiremos com transparência de processos» — disse na AR o Primeiro-Ministro. «Não esconderemos de ninguém nem os actos, nem os métodos...» etc., etc.

E menos de uma semana depois sobre os que «confiantes... nos olham agora com expectativa de que lhes melhoraremos as condições de vida», inesperadamente, eis que o Governo faz pesar uma catadupa de aumentos de produtos de primeira necessidade na subsistência dos portugueses.

Mais de 15% no preço do pão, 13,8% no do leite, 14% nos transportes, 14% na energia eléctrica, 13,5% no consumo da água, 5,5% na gasolina, 6% no gasóleo, 5,3% no gás, 12% nos adubos.

«O Governo... vai inverter... as situações de perda do poder de compra dos salários» — disse da tribuna da AR o novo ministro das Finanças.

Mas — como é dito na Nota da Comissão Política do CC do PCP que neste número do «Avante!» publicamos — «a grande pressa do Governo foi aumentar os preços dos bens essenciais, acentuando assim as dificuldades da grande maioria das famílias portuguesas».

Torna-se evidente que o «generoso» aumento de 22/25% nas pensões e reformas recentemente decretado pelo novo Governo foi uma cinica medida demagógica destinada a dourar a pilula dos aumentos de preços dos produtos essenciais agora decretados.

De uma penada o Governo PSD/Cavaco Silva anulou os «benefícios» dias antes atribuídos aos velhos trabalhadores, aos mais desfavorecidos na escala de rendimentos dos portugueses.

Indubitavelmente também para dourar a pilula dos gravosos aumentos nos produtos essenciais o Governo apressou-se agora com o anúncio televisado pelo novo ministro das Finanças da baixa de 4% nas taxas de juro, reivindicação das mais insistentes de largos sectores da economia, contudo, de repercussões aleatórias no melhoramento imediato das condições de vida do povo e sem quaisquer medidas de protecção da pequena poupança.

O Governo minoritário PSD/Cavaco Silva deu nestes curtos dias uma imagem real do que significa a tecnocracia ao serviço do grande capital e da restauração em Portugal dos monopólios e dos latifúndios.

É significativo que o Governo tenha neste momento subido os preços dos combustíveis quando no mercado internacional baixaram de maneira substancial os preços das ramas do petróleo e igualmente o dos cereais (que importamos numa larga percentagem) também em baixa de preços — produtos que são pagos em dólares, moeda cuja cotação caiu nos últimos seis meses de 174 para 161 escudos!

Não pode deixar de se filiar na mesma ordem anti-social de conduta dos novos governantes a ausência de quaisquer medidas para atenuar o incomportável agravamento dos preços dos medicamentos, decretados em Julho pelo governo PS/PSD, oscilando de 30 a 400% mas incidindo num escalão de percentagens superiores a 100%!

As consequências sociais dos aumentos agora decretados pelo Governo minoritário PSD/Cavaco Silva far-se-ão sentir de imediato numa nova escalada da carestia da vida.

É sabido que a subida de preços em produtos e serviços estratégicos como os combustíveis, a energia, os transportes e os adubos, irá exercer um efeito acelerador no aumento generalizado do custo de vida.

Isto significa que o Governo PSD/Cavaco Silva retoma, logo nos primeiros dias da sua existência, a iniciativa do «ciclo infernal» do desequilíbrio entre os preços e os salários e intensifica — até à revelia de muitos dos seus deputados e da própria AR, mantida na ignorância dos projectos do Governo no momento da discussão do documento fundamental da sua política que é o Progra-

ma, — a espoliação dos trabalhadores e a acumulação e concentração forçada do capital que assenta na exploração agravada das camadas despossidentes da nossa população.

Isto significa também que só a luta cada vez mais firme, organizada e ampla dos trabalhadores e das restantes camadas do povo laborioso poderá inverter o curso desta política e obrigar a um recuo imediato a ofensiva do novo Governo de direita.

Estes primeiros rasgos da política social do Governo minoritário da direita PSD/Cavaco Silva, logo após a passagem na AR de um programa governativo eivado de propósitos anticonstitucionais de destruição das nacionalizações, da Reforma Agrária, do direito ao trabalho e outros — a que deve acrescentar-se o anúncio de para breve fazer aprovar na Assembleia da República a celerada Lei da Segurança Interna — envolvem de acrescida importância política as eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

Os eleitores insuficientemente esclarecidos têm agora novos elementos de reflexão e de opção de voto.

Pesar seriamente a sua decisão é um dever de todos os que têm dado ou se preparavam para dar o seu voto aos candidatos de um partido — o PSD — que, de maneira tão brutal e cinica, agrava de súbito as já tão graves condições de vida da população, ao partido que, agora, em 41 dos 55 municípios de maioria APU, de novo em aliança com o PS, com quem conjuntamente conduziu nos últimos dois anos a vida nacional a uma situação de desastre, pretende desalojar a APU recorrendo a processos antidemocráticos.

A batalha das autárquicas está em pleno curso, dentro de seis dias abre oficialmente a campanha eleitoral, os eleitores dos concelhos e freguesias do País conhecem as ideias e os méritos dos cidadãos que compõem as listas a submeter ao veredicto das populações em 15 de Dezembro.

Nenhuma ilusão devem ter os que dentro de menos de vinte dias vão de novo designar a composição política dos órgãos do Poder Local.

As populações de Norte a Sul do País e do Continente às Regiões Autónomas já fizeram a prova suficiente do caciquismo local, das enganadoras promessas em troca do voto que a muitos tem favorecido e iria favorecer de novo verificadas práticas de corrupção, de compadrio, de benefício próprio em prejuízo do benefício colectivo.

Votar nos que têm estrangulado e se propõem estrangular a democracia; nos que nos últimos nove anos têm promovido a miséria, a fome e a ruína do povo português; nos que intentam suprimir o carácter democrático do Poder Local instituído pelo 25 de Abril, seria um erro grave que as populações locais iriam pagar caro.

Nos concelhos e freguesias de maioria APU têm os munícipes provas palpáveis da honestidade, da compe-

Resumo

20 Quarta-feira



Em Portugal

O Presidente da República recebe em Belém Salgado Zenha, que lhe foi manifestar o seu reconhecimento pelo apoio prestado por Eanes. ■ O Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, inicia uma visita oficial a Portugal. ■ Com o Apoio do CDS e a abstenção do PRD, o governo PSD passa na Assembleia da República. ■ O PCP considera que a emissão-pirata de televisão que foi sábado para o ar no norte do País constitui «uma flagrante violação da legalidade democrática e da Constituição da República que não pode ficar impune». ■ Reformados membros do MURPI levam à Assembleia da República um caderno contendo as suas reivindicações. ■ Termina em Genebra a cimeira entre Reagan e Mikhail Gorbachev. ■ Segundo um comandante militar angolano, a África do Sul prepara-se para iniciar mais uma invasão de Angola. O major Luís Faceira declarou que vinte mil homens se preparam em território da Namíbia. ■ Segundo a polícia sul-africana, mais dez pessoas morreram nas últimas vinte e quatro horas. ■ As tropas sionistas de ocupação iniciam nova vaga de repressão no Sul do Líbano

21 Quinta-feira

Reclusos do Estabelecimento Prisional do Porto reclamam do Governo uma justiça mais digna e humana. ■ Ângelo Veloso considera que a proposta de Soares aceite pela RTP de um debate entre quatro candidatos à Presidência da República desprezita o princípio da igualdade. ■ Os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa elegem nova direcção sindical e votam a sua filiação na Intersindical. ■ Trabalhadores da Sundlete ocupam simbolicamente o Ministério do Trabalho. ■ São emitidos mais dois mandatos de captura no âmbito da fraude relacionada com desvios de tabaco da Tabaqueira Nacional. ■ Um jumbo da British Airways aterra de emergência no aeroporto das Lajes, felizmente sem consequências de maior. ■ O presidente de São Tomé e Príncipe reúne-se no Porto com industriais. ■ Gorbachev garante em Genebra que a paz se tornou mais segura e que esta cimeira foi um acontecimento demasiado significativo para ser tratado de forma simplista. ■ A polícia sul-africana carrega sem aviso sobre uma manifestação pacífica em Mamelodi, perto de Pretória: 13 mortos e dezenas de pessoas em estado considerado grave. ■ Vinte mortos nos combates em Beirute. ■ O Sacro Colégio está reunido no Vaticano.

22 Sexta-feira

O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN proclama a sua «clara e inequívoca oposição» ao programa do Governo e convoca para Maio o Congresso da Central Sindical. ■ O Presidente de São Tomé e Príncipe é recebido na Assembleia da República. ■ A União de Sindicatos

do Porto estima em noventa mil o número de desempregados no distrito do Porto. Segundo a USP a dívida aos trabalhadores com salários em atraso nesta zona ascende a quase três milhões de contos. ■ Cerca de dois mil trabalhadores da Quimigal concentram-se em Lisboa frente à sede da empresa. ■ Os trabalhadores agrícolas de Montemor-o-Novo decidem em plenário produzir mais e melhor como resposta à ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária. ■ As reacções ao resultado da cimeira de Genebra são, na sua generalidade, de um optimismo moderado. ■ No Chile, cerca de um milhão de pessoas concentra-se no centro de Santiago para exigir o fim do regime de Pinochet, naquela que é considerada como uma das maiores manifestações realizadas no Chile fascista. ■ Os oficiais do serviço secreto francês que afundaram o «Rainbow Warrior» são condenados a dez anos de prisão por homicídio na Nova Zelândia. ■ Recrudesce a violência em Beirute.

23 Sábado



Aumentos

É a um sábado de tarde que o Governo PSD anuncia ao País o seu ruinoso pacote de aumentos. ■ Realiza-se em Lisboa um comício do PCP. Alvaro Cunhal salienta que a «votação em massa na APU é essencial para a evolução positiva no sentido de uma alternativa democrática». ■ Candidatos a autarcas do PRD reúnem-se no Vimeiro. ■ No Porto, a APU apresenta as novas direcções de trabalho prioritário. ■ Só na Póvoa do Varzim há trezentos alunos que ainda não começaram as suas aulas. ■ É anunciado que os Armazéns do Chiado vão ser vendidos em hasta pública. ■ Em Vila Franca, Ângelo Veloso afirma que a «vitória da democracia não é concebível sem o PCP». ■ Octávio Pato salienta no Carregado que «em cada dia que passa mais se confirma a justeza da proposta do nosso Partido de um Governo Democrático de Salvação Nacional». ■ Em seminário sobre o projecto de Reagan é afirmado que os monopólios dos Estados Unidos estão interessados no projecto de guerra das estrelas. ■ Reagan quer dar apoio «encoberto» à UNITA por o considerar mais eficaz. ■ Armas pesadas entram em acção nos combates de Beirute. ■ Nelson Mandela regressa à cadeia depois de internamento hospitalar de três semanas.

24 Domingo

O Conselho Nacional do PRD decide apoiar a candidatura de Francisco Salgado Zenha à Presidência da República. ■ O MDM aprova o seu programa de acção para 1986 e condena o aumento dos preços. ■ Os aumentos de bens essenciais decretados pelo Governo estão em vigor desde hoje. ■ Segundo Salgado Zenha o quadro das presidenciais repete o quadro de 1980. ■ O PS adia a eleição da comissão organizadora do seu Congresso. ■ Termina em Braga a reunião do Conselho Nacional do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local. ■ A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública manifesta as suas «mais sérias preocupações» pelo programa governamental. ■ O assalto de comandos

egípcios a um avião da sua companhia aérea nacional que tinha sido desviado para Malta causa pelo menos 60 vítimas mortais entre os passageiros e tripulantes. ■ Nas eleições regionais da Galiza regista-se uma taxa de abstenção próxima dos cinquenta por cento. ■ A polícia sul-africana faz dezenas de prisões e anuncia mais três mortes.

25 Segunda-feira

O Governo manifesta a sua disposição de voltar a apresentar à Assembleia da República a Lei de «Segurança Interna». ■ Para a Intersindical, os aumentos dos preços de bens essenciais constituem o «primeiro desmentido concreto» das promessas eleitorais do PSD. ■ Com a chuva voltam os acidentes de viação. ■ Os eleitos pelas listas unitárias exigem a demissão dos gestores do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. ■ No final da sua visita oficial ao nosso país, Manuel Pinto da Costa, presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe afirma que a sua visita abriu novas perspectivas para o reforço das relações bilaterais entre os dois países. ■ Cerimónias no RALIS assinalam o 25 de Novembro. ■ Fernando Amaral, presidente da Assembleia da República é internado em Cascais. ■ Maria de Lurdes Pintasilgo afirma ter um «projecto de poder». ■ O PRD anuncia a sua participação activa na campanha de Salgado Zenha. ■ O índice de natalidade continua a baixar no nosso país. ■ Trabalhadores da Reforma Agrária do concelho de Évora preparam resistência à ofensiva do Governo contra esta conquista de Abril. ■ O governo colombiano decreta o estado de Emergência Económica no seu país. ■ Sam Nujoma, líder da SWAPO afirma que a sua organização não abandonará a luta armada pela independência da Namíbia. ■ Segundo o «Pravda» a fidelidade aos compromissos assumidos em Genebra é necessária para a concretização dos entendimentos alcançados. ■ A calma regressa a Beirute Ocidental.

26 Terça-feira

O Presidente da República marca eleições presidenciais para 26 de Janeiro. ■ Uma nota da C. Política do PCP refere-se aos aumentos decretados pelo Executivo de Cavaco Silva como um novo agravamento das dificuldades sentidas pelos portugueses. ■ A delegação da RDA que visita Portugal a convite do MDP/CDE avista-se com o presidente da AR, Fernando Amaral. ■ Representantes sindicais da CP entregam um memorando do M. do Trabalho, no âmbito da luta em curso sobre regulamento de carreiras, contrato-gestão e contrato-programa da empresa e ainda sobre pagamento de aumentos aos reformados da CP. ■ Confirma-se a «preparação» de novos aumentos para as tarifas de Correio e Telefones. ■ Beja assiste a um vigoroso protesto de 1500 trabalhadores da Reforma Agrária contra um leilão de terras (1944 hectares) da UCP «Freguesia Sem Medo», de V. de Amaçor, no concelho de Mértola. ■

Gorbachev sublinha no Soviète Supremo da URSS, perante 1500 delegados, que a defesa e a segurança do país são questões prioritárias. ■ As FA's de Angola, informa a Angop, abateram na 1.ª quinzena deste mês, mais de uma centena de elementos da «Unita»

tência, do trabalho devotado e criador dos eleitos APU. Têm também aí vasta matéria de reflexão e de opção de voto — a APU cumpriu — deve continuar!

Irradiar essa prática de trabalho, honestidade e competência dos eleitos da APU a novas autarquias, pôr à frente dos concelhos e freguesias do País homens, mulheres e jovens provavelmente dedicados ao progresso económico, social e cultural das suas terras é uma condição para combater e vencer o atraso de décadas a que os caciques da direita e, na última década, numerosos do PS, têm condenado as populações locais.

Na batalha das autarquias devem empenhar-se em torno das listas da APU todos os que anseiam pelo melhoramento do Poder Local. Nas listas APU que agrupam membros do PCP, do MDP/CDE, do Partido «Os Verdes» e numerosos candidatos independentes estão portugueses e portuguesas dos mais devotados à causa das populações e do Poder Local democrático.

É uma batalha que exige dinamismo, espírito abnegado, esforço de esclarecimento, de organização, de contacto com o povo de cada localidade, de cada bairro, de cada rua.

É um plano de acção em que a unidade assume expressão concreta e uma participação directa.

Dois novos factores merecem especial atenção. Por um lado, a vergonhosa coligação PS/PSD numa só lista em autarquias onde a APU tem maioria. Por outro lado, a concorrência do PRD em autarquias onde a APU tem realizado uma obra notável, onde esse partido não tem quaisquer possibilidades de vencer as eleições e onde pode até contribuir, com os votos democráticos que alcança, para que a coligação de direita seja a força mais votada.

Estes factores exigem ainda maior empenhamento da Aliança Povo Unido. A batalha está já em curso. E cada dia se torna mais clara a necessidade de uma votação em massa na APU para que os problemas das populações possam ser resolvidos e para que o Poder Local democrático possa ser defendido.

O novo agravamento da situação social provocado nos últimos dias pelo Governo minoritário PSD/Cavaco Silva e a activa batalha eleitoral em curso para o Poder Local, envolvem toda a campanha que se reveste de enorme importância para a democracia portuguesa das eleições presidenciais, já marcadas para 26 de Janeiro.

É uma outra batalha política que vai colocar com força a todos os verdadeiros democratas, irrecusáveis exigências de unidade e convergência, indispensáveis à vitória de um candidato democrata e à consequente derrota dos candidatos da direita, Mário Soares e Freitas do Amaral.

Discernir o que é fundamental nesta batalha é uma questão vital da hora presente.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Comissão Política do Comité Central do PCP pronuncia-se sobre a situação nacional e internacional

A Comissão Política do Comité Central do PCP esteve reunida, a 25 de Novembro, para apreciar a situação nacional e internacional.

A Comissão Política deteve-se com particular atenção no exame da situação resultante da «passagem» na Assembleia da República do Governo minoritário PSD/Cavaco Silva e do carácter significativo das suas primeiras medidas ao decretar, contra as promessas feitas, o aumento dos preços dos bens essenciais e acompanhou atentamente a marcha da pré-campanha para as autarquias, no que se refere à política interna.

Quanto à situação internacional, a Comissão Política considerou especialmente a importância da cimeira Gorbatchov-Reagan e pôs em destaque a sua contribuição muito positiva para o desanuviamento da tensão internacional e a coexistência pacífica.

Os gravosos aumentos de preços decretados pelo Governo PSD/Cavaco Silva logo após a passagem do seu Programa na Assembleia da República constituem desde já uma esclarecedora indicação das prioridades do Governo.

Com prementes e aflitivos problemas sociais a reclamarem resposta, a grande pressa do Governo foi aumentar os preços dos bens essenciais, acentuando assim as dificuldades da grande maioria das famílias portuguesas.

Os produtos essenciais agora aumentados pelo Governo PSD/Cavaco Silva já tinham sido, na vigência do Governo PS/PSD, aumentados 3 e 4 vezes, a última das quais em Janeiro do ano corrente, designadamente com a justificação da «sobrevvalorização do dólar».

Ocorrendo agora num momento de desvalorização do dólar, de queda dos preços das ramas do petróleo e até de cereais importados, o presente aumento de preços parece indicar, visivelmente, o recurso pelo Governo PSD ao artifício de agravar a taxa de inflação de 1985 (pela qual será genericamente responsabilizado o Governo PS/PSD) em benefício do afrouxamento artificial da taxa de inflação em 1986 e da propaganda deste Governo. Em qualquer caso com idêntico prejuízo para a população laboriosa.

Não deixa ainda de ser revelador dos processos pouco sérios do actual Governo a circunstância de ter, propositadamente, escamoteado os aumentos de pre-

- Os recentes aumentos são uma esclarecedora indicação sobre as prioridades do Governo
- As eleições autárquicas são, no imediato, a mais importante batalha político-eleitoral
- Contribuição muito positiva da cimeira Gorbatchev-Reagan para o desanuviamento internacional e a coexistência pacífica

ços agora impostos durante todo o debate na Assembleia da República do seu programa.

Tais aumentos de preços indiciam claramente que o Governo minoritário do PSD se dispõe a fazer o povo português pagar nas suas já degradadas condições de vida o preço da própria gestão ruinosa praticada pelo PSD nos governos dos últimos 6 anos.

Os factos confirmam assim que, desconfiando justificadamente de todas e quaisquer promessas demagógicas do Governo Cavaco Silva, é necessário que os trabalhadores e a população laboriosa assegurem, pela sua luta, a defesa activa dos seus interesses vitais.

A batalha das eleições autárquicas de Dezembro representa, no imediato, a mais importante batalha

político-eleitoral, quer tendo em conta os seus reflexos nas condições de vida das populações, quer tendo em conta a sua repercussão na evolução política dos próximos tempos.

Representa desde já um importante êxito o facto de a APU ser a única força política que concorre em todos os municípios do país — o que acontece pela primeira vez — e em 2877 freguesias (mais 278 do que em 1982 e mais 580 do que em 1979). É assinalável igualmente a larga participação nas listas da APU de independentes e de candidatos experientes e com largas provas dadas na defesa dos interesses das populações, nas autarquias e noutros domínios da vida nacional.

A Comissão Política considera que, apesar da coligação encapotada do PS e PSD (e CDS em numerosos casos) em 41 dos 55 municípios de maioria APU e em

A ética dos aumentos

É um definitivo lugar comum afirmar que os governos de direita que massacram o País vai para dez anos lançaram a prática política em níveis de baixaza dificilmente imagináveis.

É a corrupção, é o clientelismo, é a repressão, é a mentira, a incompetência, o dislate, o disparate.

O último aumento de preços decretado pelo governo Cavaco Silva 48 horas depois de entrar em funções não destoa aparentemente da pilhagem generalizada em que se transformou a acção governativa no nosso País.

Não destoa — aparentemente.

Parece, com efeito, importante sublinhar aspectos que torna esta medida mais abjecta ainda do que o antipopular carácter que lhe advém de ainda mais agravar brutalmente as condições de vida dos portugueses.

Diversos jornais — e a opinião pública em geral, aliás — se fizeram eco de duas características destes aumentos. Por um lado, a sua precipitação.

Comentadores houve que, com alguma ingenuidade ou muitíssima esperteza, estranharam que um executivo tão periclitante como o minoritário governo PSD iniciasse a sua acção — aumentando preços. «É impopular», disseram; «e tanto mais estranho quanto se esperaria que tal governo procurasse começar a dar uma imagem bem diferente em vésperas de actos eleitorais», acrescentaram.

E mais se acrescentou um segundo aspecto: a que propósito se aumentaram os combustíveis numa altura em que a cotação do dólar desce, quando a subida da divisa americana tem sido exactamente o pretexto para anteriores aumentos?

Sucedo que conjugando estas duas estranhezas se conclui qualquer coisa de muito claro.

Surge na realidade surpreendente que um governo de direita como o de Cavaco pareça não cumprir essa muito ética forma de governar que é a de se apresentar como bom quando as eleições estão à porta para depois, obtidos os votos, tripudiar sobre quanto se disse e prometeu. Chegou-se mesmo ao ponto de considerar tal coisa tão normal, tão «política» que, afobados, os «comentadores» sublinham a «surpreendente» diferença...

A operação é, afinal, transparente. Cavaco Silva faz as contas bem feitas e verifica que ainda tem três semanas até às autárquicas e um mês e picos até às presidenciais: isto é, **ainda tem tempo para as operações demagógicas que as proximidades eleitorais impõem a um político de direita.** Nestas circunstâncias, quanto mais depressa os aumentos — melhor: joga-se em que, a breve prazo, outras medidas devidamente propagandeadas por uma Comunicação Social servil façam esquecer este «episódio».

Mas porquê os combustíveis, exactamente numa altura em que o seu preço de importação reflecte a quebra do dólar?

É evidente que a invocação das flutuações cambiais para anteriores subidas do gás, gasolina, gasóleo, etc. não tem qualquer tipo de rigor económico ou mesmo financeiro, constituindo apenas mais uma de tantas manobras de cobertura da política de direita. Mas há um factor que é uma evidência: constituindo a venda de combustíveis uma importantíssima fonte de rendimento do Estado, **aumentar o seu preço de venda ao público em simultâneo com uma situação mais favorável nos mercados internacionais do petróleo assegura ao governo disponibilidades financeiras a curto e médio prazo.** E para que precisa tão urgente e arriscadamente o sr. Cavaco de tais disponibilidades? **Exactamente para a curto prazo desencadear uma para a direita indispensável ofensiva de medidas aparentemente favoráveis à população.**

Ou seja: trata-se de, através dos aumentos, ir ao bolso dos portugueses retirar uns milhões de contos para, em grandes operações de benesses, os utilizar parcialmente em medidas como possam ser aumentos de abonos de família, pensões — e etc.

Ou seja: rouba-se o fio de ouro à avó, põe-se no prego e oferece-se-lhe um presente de Natal...

A isto chama a direita — governar. Qualquer dicionário de língua portuguesa é mais conciso: diz que é — roubar. É que a maioria dos dicionários de língua portuguesa ainda não incluem as palavras com que o povo português designa a política que derrotou em 6 de Outubro.

■ R.C.

PCP

Nota da Comissão Política

muitas freguesias, é possível alcançar os objectivos eleitorais oportunamente definidos: manter a maioria APU nos municípios e freguesias em que actualmente existe; obter a maioria em novos municípios e freguesias; reforçar as posições da APU e os seus votos e percentagem globais.

A honestidade, o trabalho e a competência dos eleitos da APU, a experiência acumulada, a notável obra realizada em maioria ou em minoria reconhecida por todos os quadrantes, torna o voto na APU o único voto seguro e certo na defesa consequente dos interesses das populações, na resolução dos problemas locais e na salvaguarda do Poder Local democrático.

Com a confiança que vem do imenso trabalho realizado e o empenhamento dos militantes e organizações do PCP, do MDP/CDE e dos outros activistas da APU, é necessária e possível uma grande votação na APU no próximo dia 15 de Dezembro.



A Comissão Política sublinhou a grande importância e o significado político da cimeira entre o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e o Presidente dos Estados Unidos da América que teve lugar nos passados dias 19, 20 e 21 de Novembro.

Esta cimeira que concluiu que «uma guerra nuclear não pode ser ganha» representa uma importante contribuição para a melhoria do clima internacional, para a necessária viragem no sentido do diálogo, do desanuviamento e da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes, favorecendo a obtenção de resultados positivos nas negociações em curso sobre os candentes problemas do desarmamento.

A realização e a conclusão positiva da cimeira de Genebra é inseparável do amplo movimento popular pela paz e o desarmamento que se desenvolve por todo o mundo e, em particular, da persistente política de paz da URSS e demais países socialistas que recentemente se traduziu em novas e importantes propostas e iniciativas de desarmamento. Prosseguir e intensificar a luta para pôr fim à corrida aos armamentos, pelo desarmamento e em primeiro lugar o nuclear, para impedir a militarização do espaço cósmico, contra a política de ingerências e agressão do imperialismo contra os povos que lutam pela sua libertação, tal é o caminho necessário para afastar definitivamente o perigo do holocausto nuclear e assegurar um futuro de paz para a Humanidade.

25-11-85

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Nacional

Reformados querem melhores condições

Os participantes no plenário do MURPI que se realizou recentemente em Lisboa entregaram na Assembleia da República um caderno reivindicativo onde dão conta das suas principais preocupações.

Neste caderno reivindicativo, que foi entregue a todos os grupos parlamentares, os reformados exigem a criação de um cabaz de compras, a estruturação do Serviço Nacional de Saúde e a revogação imediata da lei das rendas. Descontos nos transportes públicos, reestruturação da atribuição de diversas pensões e

a recuperação das dívidas das entidades patronais são outras das suas exigências.

Nesta sua deslocação à Assembleia da República, as cerca de 150 pessoas que participaram no plenário do MURPI levaram ainda consigo uma muito velha reivindicação; a de que este movimento seja considerado parceiro social e que, consequentemente, lhe seja concedido tempo de antena na rádio e na televisão.

Conta-gotas

A propósito dos recentes aumentos das pensões decretados

pelo Governo, o MURPI afixa ser contra «a política social dos aumentos das pensões e reformas a conta-gotas». Por isso mesmo reivindica que as pensões passem para cinquenta por cento do salário mínimo nacional e ainda que sejam alargados os âmbitos de cálculos para a atribuição de diversas pensões, como sejam as de invalidez e sobrevivência.

Inquérito

Num inquérito que o MURPI realizou recentemente entre os

seus associados sobre as respectivas condições de vida revela que entre os seus membros existe um profundo sentimento de dignidade ofendida uma vez que, tendo eles dado o seu contributo para o progresso da sociedade, são agora tratados como seres infra-humanos.

As respostas da grande maioria dos reformados incidiram sobre a urgência da concessão de pensões dignas, de um apoio moral e social, assistência médica condigna e gratuita e da proliferação de centros de convívio para a terceira idade.

MURPI exige nova política de saúde

Em plenário nacional, o MURPI aprovou um conjunto de reivindicações na área da saúde e da acção social.

Para os idosos, medida premente é a efectiva implementação do Serviço Social de Saúde, a criação de um Serviço Nacional de Cuidados Médicos e o restabelecimento do serviço médico à periferia.

Neste âmbito engloba-se a concessão de medicamentos gratuitos para os beneficiários com pensões iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional e a criação de serviços de gerontologia e geriatria nos hospitais e serviços similares.

Para os reformados, importante é também a criação de serviços médicos mentais e ainda a proliferação de lares residenciais para idosos, inválidos e dependentes de ajuda de terceiros, bem como o estímulo e apoio aos centros de dia constituídos e o surgimento de novos e aos centros de repouso, convalescença e férias.

Ainda dentro deste quadro de reivindicações aparece a necessidade de se criarem infra-estruturas destinadas à prática de actividades desportivas, recreativas e ocupacionais.

Num documento aprovado no plenário, os reformados lembram

o que tem sido a política de saúde em Portugal nos últimos anos.

Nomeadamente em 1980 uma simples consulta aumentou 400 por cento e uma visita médica 300 por cento, começaram a ser pagas as radiografias e as análises clínicas, entre outras.

A política de saúde

Já em 1981, o governo «AD» revogou a lei do Serviço Nacional de Saúde, extinguiu o serviço médico à periferia, reduziu a colocação de médicos na província e diminuiu de 60 para 40 por cento a participação do Estado no pagamento de medicamentos estrangeiros. Neste ano foi ainda imposta a taxa de 25 escudos por medicamento receitado.

Já em 1982 e 1984, com o governo PS/PSD, «foram impostas taxas de saúde, nitidamente ilegais, sobre diversos tipos de exames médicos essenciais e consultas médicas de urgências hospitalares».

E foi ainda em 1984 que se introduziu a lista geral de medicamentos comparticipados, abran-

gendo grande parte dos medicamentos mais consumidos pelos idosos, que assim se viram forçados a pagar 65 por cento do seu custo, contra os 25 ou 40 por cento anteriores. Medicamentos esses que, ainda segundo o documento do MURPI, aumentaram

em média mais de 100 por cento nos últimos três anos.

Temos assim, bem visível, o grande contraste existente entre as justas aspirações dos reformados, pensionistas e idosos e toda a prática de sucessivos governos de direita no campo da saúde.

MDM aprova plano de acção

O Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres, composto por 150 membros, esteve reunido no passado domingo em Lisboa. A reunião, que se prolongou por todo o dia, destinou-se a debater a actividade desenvolvida ao longo do ano e a programar as acções a encetar em 1986. Ainda em foco esteve o recente pacote de aumentos decretado pelo Governo PSD.

A propósito do pacote de aumentos, o MDM afirma ter sido esta a «primeira prioridade» do Governo e, por isso, condena «esta medida criminosa».

No que se refere à actividade desenvolvida ao longo deste ano, o Conselho Nacional — que é o principal órgão do MDM entre congressos — salienta o grande avanço da actividade do Movimento, o que é palpável também pela evolução que se verificou na quantidade e diversidade das iniciativas que promoveu.

Nesta reunião foi também definido que a dinamização de acções pela paz e o reforço do Movimento são as principais linhas de acção do MDM para 1986, Ano Internacional da Paz.

PCP

Álvaro Cunhal em pré-campanha da APU no Alentejo

Para conversar com ele?!...

■ Henrique Custódio

Basta falar-lhe!

Duas sessões em dois cineteatros alentejanos — o «Bernardim Ribeiro», em Estremoz, e o «Garcia de Resende», em Évora — proporcionaram, no pasado sábado, interessantes momentos de diálogo entre Álvaro Cunhal e os dois auditórios que o aguardavam, em qualquer dos casos, com evidente entusiasmo. Tratava-se de sessões de esclarecimento promovidas pelas respectivas Comissões Concelhias do PCP e integradas na pré-campanha da APU para as autárquicas (no dia seguinte, domingo, o secretário-geral do PCP participou ainda em comícios em Sousel, Campo Maior e Portalegre). Falou-se de tudo um pouco, no que concerne à actualidade política, e até se quis saber se Álvaro Cunhal era, mesmo, beirão... O secretário-geral do PCP a tudo respondeu, com a sua habitual vivacidade e boa disposição.

A «questão das beiras», como alguém, a nosso lado na plateia do cineteatro «Bernardim Ribeiro», classificou, divertido, a pergunta levantada a Álvaro Cunhal sobre a sua terra natal, foi rapidamente resolvida pelo interpelado: «Nasce em Coimbra e não em Sela, como às vezes se diz. De qualquer modo, sou beirão» (a questão tinha sido levantada por alguém que se identificou como beirão e, como tal, interessado em decidir se era ou não era «patriótico», do secretário-geral do PCPI). Mais tempo e igual clareza foram, entretanto, utilizados pelo orador na resposta às restantes perguntas surgidas após uma intervenção introdutória, que passou em revista a situação política e advertiu: «Estamos aqui para conversar». Assim se fez.

Antes, o actual presidente da Câmara Municipal de Estremoz e, de novo, candidato pela APU, José Guerreiro, havia feito breve balanço da actividade da autarquia no último mandato que, mau grado as difíceis condições impostas por sucessivos Governos com os seus cortes orçamentais e ataque generalizado ao Poder Local democrático, cumpriu plenamente o programa com que se apresentou ao eleitorado. Estavam assim explicadas as razões da confiança da APU em relação ao próximo acto eleitoral, indiferente às alianças do PS com a direita com o exclusivo objectivo de desalojar quem tem servido exemplarmente as populações.

Depois foi o diálogo, como já referimos. Timidamente a princípio (levantar a voz numa sala cheia de gente não é coisa tão fácil como parece), mais à vontade à medida que o secretário-geral do PCP agarrava as questões e lhes dava uma «volta coloquial», sem hiatos e com simplicidade. E as perguntas começaram a amontoar-se em pequenas filas de espera, que o secretário-geral do PCP iam atendendo em «blocos» de respostas: «O PCP já deu algum apoio a Salgado Zenha? — O PCP não deu ainda apoio a qualquer candidato; para nós a questão fundamental é chegar-se a um consenso verificado de apoios ao candidato da democracia, de modo a garantir-se a vitória»; «Que pensa da televisão privada? — entendemos que a televisão deve continuar nacionalizada, nada de privatizações, neste momento, que apenas reforçariam o controle, pela direita, dos grandes meios de informação» — E por aí fora, passando por questões ligadas ao desemprego, às pro-

messas de Cavaco Silva à juventude e aos trabalhadores com salários em atraso, etc, etc, numa evidente atenção aos problemas políticos da actualidade e, como notou Álvaro Cunhal, com algum desprendimento acerca da questão política fundamental, de momento: as eleições autárquicas. «Não é por acaso — considerou o orador — que as pessoas quase não se lembram de falar das eleições autárquicas: na verdade a Comunicação Social controlada pelos partidos que têm sido Governo, bem se esforça para não falar dessa questão. É que o PS e o PSD têm medo do resultado das alianças que an-

dam fazendo nas autarquias com o exclusivo intuito de desalojar a APU, e que contrariam frontalmente o pseudo antagonismo que procuram demonstrar existir entre os dois partidos no plano nacional».

A sessão de Estremoz terminaria com um espectáculo com Teresa Paula Brito acompanhada pelo Grupo «Kaos».

«Não pára de surpreender...»

O teatro «Garcia de Resende», em Évora, estava à cunha, com gente enchendo a plateia e os diversos «anéis» da bonita sala, «engarrafando», ainda, a entrada principal. Uma bela moldura humana para uma sessão que, quando menos se esperava, desmentia a pretensa sisudez dos alentejanos. Um grupo de jovens que interpelámos num dos camarotes (estudantes nortenhos a frequentar a Universidade de Évora) diziam-nos que «viamos para ouvir o camarada Álvaro,

mas isto está muito silencioso, já lançámos daqui umas palmas, mas...». Mas, palavras não eram ditas, vibrava na sala uma calorosa ovação como que a desmentir os jovens. Riram-se e um deles defendeu-se, rápido: «O Alentejo não pára de nos surpreender».

Se calhar, não — a eles e muito mais gente. Estava-se, entretanto, na intervenção do camarada Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, que, num discurso fluente e caloroso, enunciou alguns aspectos da gestão APU no Concelho, cujos méritos são sobejamente conhecidos, mesmo a nível internacional («Somos regularmente visitados por gestões de outros municípios — e não apenas de maioria APU, mas também de outras forças políticas — que se mostram interessadas em saber como resolvemos diversos problemas») e frisou, a propósito do conluio eleitoral ali estabelecido pelo PS com o PSD, que «não se trata de uma aliança para

resolver problemas, mas para deitar abaixo quem os tem resolvido. Há anos tentaram o mesmo. Pelos vistos ainda não aprenderam a lição». Quanto ao PRD, que também concorre no Concelho, Abílio Fernandes foi claro: «Não tem hipóteses de ganhar e os seus votos só vão beneficiar a direita».

«Chegou a hora?!...»

Mais uma vez Álvaro Cunhal começou por fazer uma intervenção geral sobre a actualidade política, ficando, de seguida, à disposição do auditório para as suas perguntas — que, aliás, não se fizeram esperar. Ora avançando até ao microfone colocado junto ao palco, ou falando mesmo dos camarotes, de viva voz e sem dificuldades de audição, dadas as excelentes condições acústicas do «Garcia de Resende», diversos participantes na sessão puseram as suas questões, que mais uma vez foram agrupadas e respondidas em «blocos», pelo secretário-geral

do PCP. Também mais uma vez apreciámos a facilidade com que Álvaro Cunhal, no meio de cada conjunto de perguntas a responder (e são frequentemente numerosas) localiza os seus interlocutores e lhes dá resposta, fisicamente virado para eles.

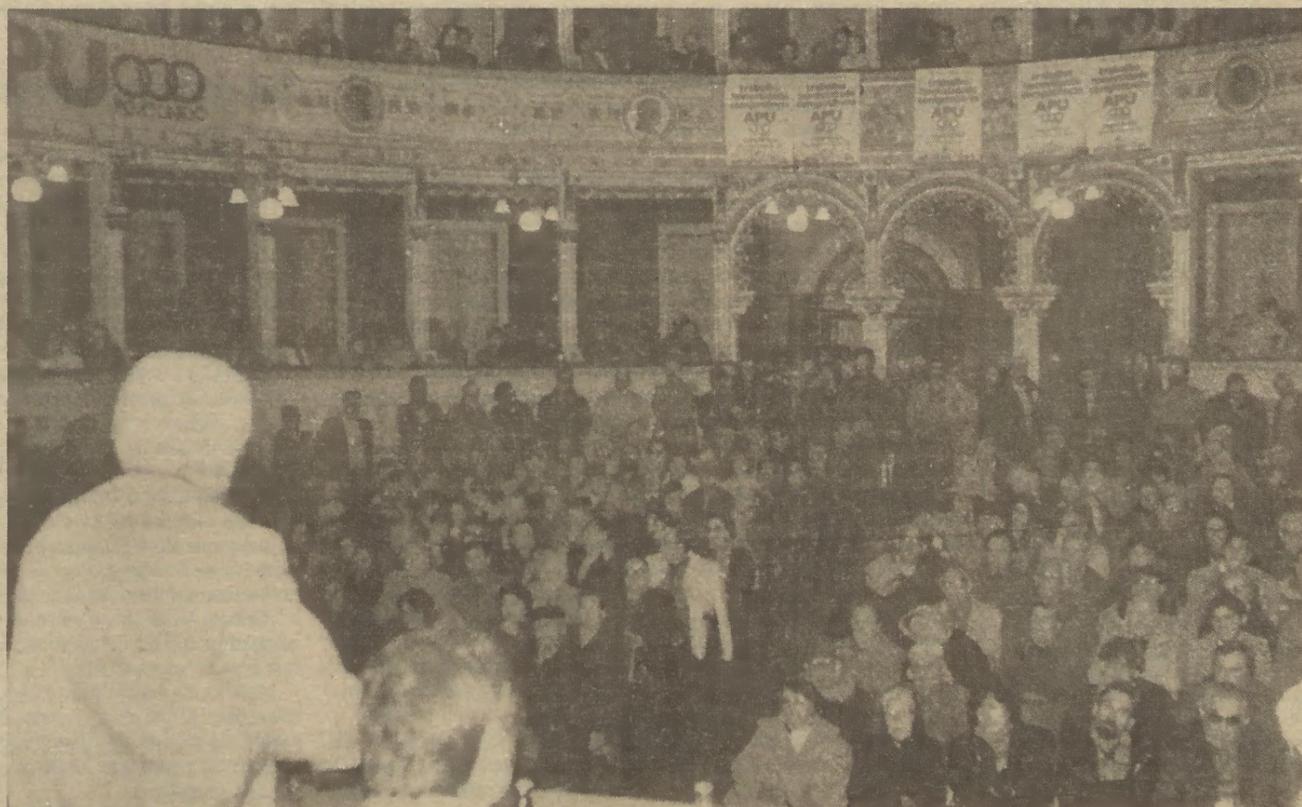
E foram bem variadas, essas perguntas. Respiguemos algumas, numa breve condensação:

«São conhecidas algumas divergências na APU, por parte de elementos do MDP/CDE. Está a APU para acabar ou para continuar?» Álvaro Cunhal ri e responde: «É para continuar, e bem. Na verdade houve Concelhos onde elementos do MDP/CDE levantaram problemas, mas nas questões essenciais estamos certos que não vamos ter dificuldades. Por vezes chega-se ao ponto de explorar pequenos incidentes para mostrar que há «grandes divisões». Veja-se o que aconteceu com uma recente afirmação de Tengarrinha a dizer que o MDP não votaria no candidato do PCP. Ora não há aqui a mínima diferença: Nós próprios vamos fazer todos os esforços para que não tenhamos de votar no Veloso! Por que nos havíamos de zangar com os nossos amigos do MDP por dizerem o que estamos também a dizer, no essencial?».

Houve quem quisesse saber se Lourdes Pintasilgo iria, ou não, desistir. O orador, rindo, recomendou que se fizesse a pergunta à própria, recordando, por outro lado, que tal candidatura, sendo de uma democrata, não deixa de ser precipitada, «que avança por si própria, sem querer saber o que pensam as forças que podem garantir uma vitória da candidatura democrática» e que são, sensivelmente, as mesmas que conseguiram a reeleição de Ramalho Eanes em 1980. Quanto a Salgado Zenha, verifica-se que «começa a procurar apoio em alguns desses sectores, o que é positivo», manifestando, em recente entrevista à televisão, «uma certa abertura para todos os sectores, sem exclusão, o que achamos também positivo». Mas «o PCP, agora, está empenhado é nas autárquicas. Depois se verá».

Acerca da previsível e desejável derrota das candidaturas de direita, incluindo a de Mário Soares, o orador recordou que não é a derrota dos socialistas, o que se procura, «estes não se devem sentir atingidos, já que o que se pretende é a derrota de uma política de direita» protagonizada por Mário Soares. Quanto a Freitas do Amaral, ironizou: «Há aí uns cartazes a dizer que «chegou a hora». Não sabemos para que é que chegou a hora — só se for para a derrota nas presidenciais!».

Foi em ambiente de festa que terminou a sessão. Deixando excelente matriz para a jornada do dia seguinte por Sousel, Campo Maior e Portalegre, em comícios grandiosos e participados. De qualquer modo, mais uma vez se viu como é fácil conversar com o secretário-geral do PCP: basta falar-lhe.



Sessão no Garcia de Resende — Um teatro à cunha, com uma assistência atenta e um orador que respondia, quase pessoalmente, às perguntas das pessoas



A esquerda (da página e da própria foto) uma das interpelantes de Álvaro Cunhal durante a sessão de Évora. À direita pormenor da assistência em Estremoz (a juventude começava em idades bem tenras!)

PCP

Comício da DORL do PCP no Pavilhão dos Desportos**Entusiasmo e confiança**

No pano que servia de fundo à mesa do comício liam-se os objectivos da APU para o distrito de Lisboa: «reforçar a APU no distrito; ao serviço das populações». Do outro lado do Pavilhão dos Desportos um pano empunhado por participantes dizia de sua justiça por entre diversas bandeiras da juventude APU e da Juventude Comunista Portuguesa, dizia que «Lisboa quer quem lhe quer bem, quer uma Câmara APU». Ia começar o comício promovido pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português.

O comício era distrital e englobou-se na pré-campanha da APU para as eleições autárquicas. Por isso, além dos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, de José Casanova, da Comissão Política do Comité Central do Partido e de Amélia Pardal do CLL da JCP, compunham a mesa que presidiu ao comício os candidatos a presidente de todos os municípios do distrito.

Desde o primeiro momento ficou bem patente o entusiasmo e a determinação de todos os presentes ao saudarem com um carinho especial todos os candidatos, com particular destaque para Carlos Carvalhas (que jogava em casa) e para os actuais presidentes das Câmaras de Azambuja, Amadora, Loures, Sobral do Monte Agraço e Vila Franca de Xira.

Um entusiasmo e uma alegria que de imediato se transformaram num atento silêncio. O comício começou com a intervenção de Carlos Carvalhas, candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

Carlos Carvalhas começou por fazer um retrato de Lisboa, lembrando ser esta uma das mais belas cidades da Europa, mas que hoje se encontra «degradada, desumanizada, descaracterizada e insegura. Uma cidade com cerca de 18 mil barracas, com pavimentos destruídos, com as zonas verdes descuidadas e abandonadas, com prédios em ruínas, com a zona histórica deserta em grande parte do dia, com a concentração crescente e desordenada dos serviços no seu centro, expulsando maciçamente a habitação e a população residente para os concelhos periféricos ao mesmo tempo que campeiam as acções especulati-

vas do tecido urbano, apoiadas, cada vez mais, em demolições devastadoras e desnecessárias».

Por tudo isto, frisou, é «impe-rioso travar a sua destruição e imprimir um novo rumo à sua gestão». «É por isso necessário que os democratas e patriotas concentrem os votos na força que na realidade protagoniza a verdadeira alternativa à actual gestão camarária. A APU é objectivamente a alternativa necessária».

É que, sublinhou Carlos Carvalhas, «nós não somos pelo imobilismo nem pela destruição. Defendemos a modernização da cidade e o seu desenvolvimento, mas com o respeito e defesa da sua memória colectiva».

E para terminar: «a nova política urbanística exige a elaboração de um novo plano director municipal e exige sobretudo trabalho, honestidade e competência que são slogans de propaganda com que outras forças se satisfazem trocando-lhes a ordem, mas que correspondem pela prática ao património da Aliança Povo Unido».

Foi exactamente do património da gestão APU no distrito de Lisboa que falou Martins Coelho, membro do Comité Central e da DORL do PCP. Lembrando que hoje a gestão APU no distrito abrange cerca de 920 mil pessoas, ou seja, 43 por cento da população do Distrito, Martins Coelho frisou que «não é indiferente viver-se ou não num concelho ou numa freguesia APU. Viver numa autarquia gerida por comunistas e seus aliados significa ter o Poder Local a seu lado e não contra si; significa poder participar na vida local, onde o diálogo e a busca de melhores soluções é uma constante».

A encerrar o comício falou o camarada Álvaro Cunhal.

Mantêm-se os objectivos

«Todos os nossos objectivos se mantêm:

Manter e reforçar as posições nos 5 municípios e 60 freguesias de maioria APU, obter novas maiorias absolutas que permitam evitar boicotes e permitam uma melhor solução dos problemas das populações;

Obter novas vitórias APU quer em concelhos quer em freguesias, lutando pela presidência das Câmaras de Lisboa, Sintra, Cascais, Alenquer e Oeiras.

Tais objectivos são possíveis e para eles partimos com grande confiança. Confiança na obra feita. Confiança que nos dão os candidatos APU, conhecidos e prestigiados, participando mais de 1300 independentes nas listas do distrito. Confiança nos programas que apresentamos, que dominam os problemas e apontam caminhos e soluções».

(Da intervenção do camarada Martins Coelho no comício da DORL).

As eleições autárquicas são uma grande batalha política para defesa dos interesses das populações e do poder local democrático, e com repercussões em toda a vida política nacional**Intervenção de ALVARO CUNHAL**

(...)

Programa do Governo PSD: política rejeitada pelo povo

Falamos da evolução positiva da situação política. Mas, ao fim e ao cabo, não passou há dois dias na Assembleia da República um novo governo de direita? E qual é a política desse Governo? Será essa política diferente em linhas essenciais da política do Governo PS/PSD de Mário Soares?

Não, não é uma política diferente no essencial. Pelo contrário. O PSD no Governo propõe-se prosseguir a política antipopular, antidemocrática e antinacional do anterior Governo PS/PSD assim como dos governos anteriores.

O Programa do Governo minoritário do PSD, apesar de muito impreciso em numerosas matérias, permite concluir, sem quaisquer dúvidas, dos seus objectivos fundamentais.

No que respeita à **política económica** e à **organização económica do país**, o Programa do Governo aponta como **objectivos fundamentais a restauração dos grupos do capital financeiro** com a destruição das nacionalizações, a **restauração dos latifúndios** com a destruição da reforma agrária e a entrega das terras e de créditos escandalosos aos agrários, a **restauração das formas brutais de exploração do tempo do fascismo** com ainda mais gravosos pacotes laborais.

O Governo PSD tem, entre os seus objectivos centrais, a **reprivatização dos sectores e empresas nacionalizados**, com a «transformação das empresas públicas em sociedades anónimas», com a abertura ao capital privado do capital público das empresas de transportes, com a «alienação das carteiras de participações», com «títulos de participação», com a «participação de poupança privada no capital próprio das empresas de telecomunicações», etc.

Este propósito traduz-se em medidas práticas e em orientações de fundo, de que são exemplos a decisão de «estimular o desenvolvimento dos grupos empresariais» e a definição da iniciativa privada como «fonte autêntica e insubstituível do desenvolvimento económico e social».

O mesmo sucede em relação à política agrícola, cujos objectivos essenciais são a liquidação da reforma agrária e a continuação da ruína dos pequenos e médios agricultores.

O que o Governo PSD se propõe é, no fim de contas, prosseguir a cruzada de espoliações de empresas, de capitais, de bens do Estado, de terras das UCPS/Cooperativas, para tudo entregar aos grandes capitalistas e aos grandes agrários, assim como ao imperialismo estrangeiro, de forma a reconstituir o capital financeiro, os latifúndios, os grupos monopolistas, o capitalismo monopolista de Estado.

No que respeita à **situação social**, o Governo propõe-se retomar o pacote laboral dos Governos da «AD» e PS/PSD.

Propõe-se alargar e entregar à decisão discricionária do patronato o conceito de «justa causa» para os despedimentos.

Propõe-se facilitar por decisão patronal a cessação dos contratos de trabalho, solucionar a situação das empresas através da redução de postos de trabalho («volume de emprego desajustado»), das falências, dos encerramentos, dos despedimentos em massa.

Propõe-se aprovar nova legislação antioperária relativamente à contratação colectiva, a faltas, férias e feriados e aos direitos de associação sindical.

Propõe-se também tornar irrecuperáveis os salários em atraso dando aos trabalhadores a triste possibilidade de passar ao desemprego.

Em relação à CEE é a plena integração com todas as desastrosas consequências para o país — para a agricultura, as pescas, a indústria, os serviços. Nem sequer coloca a questão, que qualquer governo com o mínimo de atenção pelos interesses nacionais necessariamente colocaria, de renegociação dos acordos, cláusulas e condições ruinsas firmados por Mário Soares e o anterior governo PS/PSD.

O Programa do Governo é um programa que visa (com alguns retoques) o prosseguimento da política de desastre e ruína da economia nacional. Joga nas importações de produtos concorrentes com os produtos nacionais. Joga na falência e no encerramento de empresas. Joga nos despedimentos e no aumento do desemprego. Joga na desorganização do aparelho produtivo nacional para que sobre as ruínas se restaurem os velhos monopólios e latifúndios do tempo do fascismo. Joga no crescimento do endividamento externo, já hoje completamente incomportável para a nossa economia e inadmissível para a nossa soberania e independência nacionais.

Nada de válido para resolver os graves problemas no sector da educação, da saúde, da segurança social, da habitação. O que propõe é a continuação e mesmo o agravamento da mesma política de dificuldade do acesso ao ensino, da carência de instalações escolares, de insucesso escolar; a mesma política de degradação e privatização dos serviços de saúde; a mesma política de liquidação dos direitos sociais; a mesma política da Lei do aumento das Rendias e de crise da construção civil.

No plano político repete o governo PS/PSD derrotado. É o projecto de destruição do poder local democrático com novas leis eleitorais e com um pacote autárquico visando o domínio e a subjugação pelo

governo do poder local. É esse outro projecto entregando a Comunicação Social do Estado, designadamente a RTP, ao capital privado, protegendo e promovendo desde já a televisão pirata lançada publicamente no norte do país. É a implementação do Serviço de Informaçoes. São novas leis de segurança interna.

Trata-se de um programa aberta e frontalmente inconstitucional na maior parte das suas disposições e propósitos. A inconstitucionalidade do Programa do Governo é tão evidente e descarada que o próprio Governo, em relação a algumas das medidas avançadas, afirma que o programa explicitamente se propõe realizá-las «pesem embora as limitações constitucionais e legais porventura existentes».

É, por tudo isto, um governo que agudizará tensões, conflitos e confrontações políticas e sociais em vez da estabilidade necessária à resolução dos problemas do país.

Ora bem. Sendo este o programa do novo Governo, sendo estes os propósitos do novo Governo, não terão então razão aqueles que dizem que nada se ganhou com a derrota e a queda do governo PS/PSD e com a derrota e a queda de Mário Soares como Primeiro-Ministro?

Não terão razão aqueles que dizem que tais acontecimentos se não podem considerar positivos, dado que em vez do Governo PS/PSD temos agora um governo ainda mais à direita só com o PSD, e temos como Primeiro-Ministro Cavaco em vez de Soares?

À primeira vista parece terem razão os que assim pensam.

Mas na verdade não a têm. E não a têm, fundamentalmente, porque o **Governo do PSD com Cavaco Silva tem muito menos possibilidades que o anterior governo PS/PSD com Mário Soares de realizar a política de direita que avança no seu programa.**

O plano contra-revolucionário que o governo PS/PSD de Mário Soares não conseguiu levar até ao fim apesar de dispor na Assembleia da República da «maior maioria de sempre», **não conseguirá realizá-la o Governo PSD de Cavaco que na Assembleia e fora dela apenas dispõe da «menor minoria de sempre».**

Um governo nascido para cair

De facto, o Governo PSD de Cavaco Silva é o Governo mais frágil desde 1976.

De facto, é um governo com uma reduzida base de apoio social, político, eleitoral e parlamentar.

Vai governar sozinho, apesar de ter tido menos de 30% dos votos. Vai governar sozinho apesar de não contar com mais de 83 deputados no total de 250.

Logo na discussão e na votação do Programa se revelou a sua extrema fragilidade.

O nosso Partido, tanto na Assembleia da República, como na acção política geral, desmascarou firmemente a natureza, as propostas, as medidas e os objectivos do Programa do Governo e apresentou uma moção de rejeição. O mesmo fizeram os nossos amigos do MDP/CDE.

Por seu lado, o PS, não porque o seu próprio programa apresentado nas eleições de 6 de Outubro se diferenciava substancialmente do programa do PSD, mas para marcar distâncias e tentar recuperar parte do eleitorado que perdeu, afirmou também estar na oposição e apresentou também uma moção de rejeição.

Que se verificou na votação? Na votação de uma das moções de rejeição (a do PS), foram mais os que votaram a favor (88) do que os que votaram contra (86).

Assim, logo à partida, o Governo PSD, não só está em minoria como tem contra si a maioria. **Se em vez do voto de rejeição da maioria absoluta dos deputados, fosse apenas exigida a maioria dos votos expressos o Governo teria caído nas primeiras horas da sua existência.**

Porque fica então este Governo?

O Governo passou e ficou em funções graças apenas à abstenção do PRD.

Se os votos do PRD se tivessem juntado aos votos do PCP, do MDP, do PS, dos «Verdes» e da UEDS que votaram todos a rejeição do Programa do Governo minoritário do PSD, o Governo teria ido abaixo e ficaria cortado assim o passo aos malefícios que projecta.

Viabilizando expressamente este Governo que se propõe continuar a política que foi severamente derrotada e condenada pelo povo português nas eleições de 6 de Outubro, o PRD desilude sem dúvida a expectativa daqueles que nele votaram esperançados em que seria o partido da mudança.

De qualquer forma, o **Governo PSD de Cavaco Silva é um governo cuja vida e cuja permanência no poder estão inteiramente à mercê dos partidos que na Assembleia são largamente maioritários e que, embora por razões diferentes, o não apolam.**

Isso explica a razão por que Cavaco Silva, contra o que anteriormente o PSD havia anunciado, não arriscou apresentar uma moção de confiança.

Certamente fez as contas. Se apresentasse uma moção de confiança seria muito difícil ao PRD aprová-la. **Se apresentasse uma moção de confiança o Governo PSD corria o risco de morrer nas primeiras horas da sua existência.** Por isso desistiu de apresentá-la.

PCP



No decorrer deste ano a reacção sofreu graves derrotas e a situação política teve modificações que enfraqueceram seriamente as forças de direita e reforçaram as possibilidades de uma alternativa democrática.

A luta de massas é um factor de fundamental importância para que se acentuem as modificações positivas verificadas na situação política nacional, para apressar a nova derrota da política de direita e do Governo de direita de Cavaco Silva, para que finalmente o povo português alcance uma alternativa democrática, com um governo democrático.

Importância e incidências das eleições autárquicas

É no quadro desta situação que se deve compreender a importância das eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

Trata-se de uma grande batalha política para defesa dos interesses das populações e do poder local democrático. Trata-se também de uma batalha política com repercussões em toda a vida política nacional.

No interesse da democracia é necessário que as eleições autárquicas confirmem os traços essenciais da evolução da situação política no ano corrente.

E podem confirmá-los.

Por isso as forças reacçãoárias e o PS com Mário Soares compreendem também a importância das eleições autárquicas. De há muito têm medo dos resultados. De há muito se preparam em conjunto para eles.

A APU ganhou nas autarquias um extraordinário prestígio. Pela defesa, que assegurou, do poder local democrático. Pelo trabalho, pela honestidade, pela competência, pela obra (em muitos casos notável) realizada em benefício das populações e com as populações.

A APU nas autarquias — na gestão, nos critérios, nos resultados, — assinalou-se por uma incontestável superioridade sobre a gestão realizada pelas outras forças políticas na qual sem dúvida se contam honrosas excepções, mas que tem sido caracterizada no geral pelo sectarismo partidário, pela incompetência, o compadrio, as negociações, a especulação, a corrupção.

Por isso a reacção e o PS de Soares temem o resultado das eleições. Por isso temem a APU. Por isso tentaram fazer aprovar uma nova lei eleitoral que proibisse de facto a sigla APU e o símbolo das três argolinhas. Por isso, numa suja tentativa de verdadeiro golpe de Estado no poder local vieram fazer chicana jurídica, contestando em numerosas comarcas a própria existência da Aliança Povo Unido — tentativa de golpe que foi rejeitada pela totalidade das decisões dos tribunais das comarcas.

Por isso, desmentindo o rompimento do colaboracionismo antidemocrático entre PS e PSD, estes dois partidos concorreram em numerosas autarquias com lista única.

Não é facto para menosprezar.

Temos de ter em conta que, nas eleições autárquicas de 15 de Dezembro, intervêm dois factores novos que tornam o nosso combate mais difícil e que exigem um ainda maior empenhamento do nosso Partido e de toda a Aliança Povo Unido.

O primeiro é precisamente a apresentação de listas únicas pelo PS e PSD (na maior parte dos casos apoiados pelo CDS) em 41 das 55 Câmaras Municipais de maioria APU (absoluta ou relativa.)

O segundo é a concorrência do PRD às eleições em Câmaras onde há maioria APU.

Como considerar esta concorrência do PRD?

Antes de mais é de lamentar que tendo este partido afirmado inicialmente que não concorreria nas autarquias onde houvesse uma boa gestão, tenha depois faltado a tão prestigioso compromisso.

E quais as previsíveis consequências?

Sem qualquer possibilidade de ganhar tais Câmaras, a concorrência do PRD pode eventualmente contribuir para que não seja a APU mas todas as forças de direita coligadas a terem a maior votação.

Com a mesma isenção e autoridade com que, nas eleições para a Assembleia da República de 6 de Outubro, apesar de termos perdido votos e deputados, considerámos positivos para a democracia o aparecimento e a concorrência do PRD, agora, nas eleições para as autarquias, consideramos que a concorrência do PRD nas autarquias de maioria APU é negativa e não serve a democracia.

E, bem vistas as coisas, não servirá também certamente o próprio PRD, que corre o risco de baixar a sua votação logo na segunda batalha eleitoral em que intervém.

De qualquer forma, esta situação ainda mais nos obriga a um

Que mostra tal atitude?

Mostra que o Governo, apesar de ter sido viabilizado pelo PRD, não tem suficiente base de apoio, nem dispõe da confiança da Assembleia da República.

Passou. Mas não só não conta com a confiança como defronta a desconfiança da maioria. Mal começa já o Governo dança na corda bamba.

Institucionalmente, o Governo PSD de Cavaco Silva nasce com mal congénito. Não viverá pela sua força própria, mas apenas na medida em que outros o tolerarem.

A acção do governo minoritário do PSD está assim fortemente condicionada. A sua permanência no poder é insegura, incerta e instável.

Se os trabalhadores, as massas populares, os democratas, fizerem frente à política antipopular, antidemocrática e antinacional que, apesar da sua fragilidade, ele pretende realizar, o Governo terá que recuar nos seus propósitos e, se não recuar, terá vida curta.

Pela sua política diametralmente contrária ao veredicto do povo português nas eleições de 6 de Outubro, pela sua reduzida base de apoio social, político, eleitoral e parlamentar, pela nova arrumação e correlação de forças agora existente, o Governo PSD é um governo extremamente frágil, sem condições de estabilidade. Já nasce predestinado. Não é um Governo para ficar, mas um Governo para cair na primeira altura.

A vida comprovará que a formação deste Governo não é solução governativa adequada à actual arrumação e correlação das forças sociais, políticas e partidárias.

Com a política anunciada, os problemas do país irão agravar-se. A vida comprovará que a proposta do PCP para a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional é a que está em maior conformidade com o quadro democrático existente e com a urgência imperiosa de resolver os gravíssimos problemas nacionais.

A luta continua

Por isso a luta continua. Deste Governo não há a esperar a solução dos mais graves problemas nacionais, mas o seu agravamento.

E mesmo quando o Governo tome medidas que vão ao encontro, embora de forma limitada, de tais ou tais necessidades e carências do nosso povo, que não se veja nisso qualquer novo rumo da política nacional, mas apenas medidas tomadas para tentar travar o descontentamento e a luta que a política de direita continuará a provocar.

Quando o Governo declara que vai aumentar as reformas e pensões, que significa esse facto?

Os aumentos anunciados são manifestamente insuficientes, mas naturalmente bem recebidos.

Mas ninguém tem nada a agradecer ao Governo. Os reformados não têm nada a agradecer ao Governo. Não só os aumentos são manifestamente insuficientes, como se foram concedidos, isso deve-se, não à política do Governo PSD (pois foi o PSD, tal como o PS, o grande responsável pela situação de miséria dos reformados), mas à luta corajosa e firme dos próprios reformados, dos trabalhadores e das massas. Só através da luta, os trabalhadores, os agricultores, os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais, as massas populares, as mulheres, os jovens, as camadas mais desfavorecidas, designadamente os reformados, pensionistas, aposentados e deficientes, só através da luta poderão defender os seus interesses, assegurar os seus direitos, ver melhoradas as suas condições de vida.

É necessário organizar, promover, desenvolver a resistência contra as novas ofensivas que o Governo se prepara para desencadear. É necessário organizar, promover, desenvolver a luta das massas com objectivos concretos imediatos.

Integrado nesta perspectiva de acção política e de luta de massas, o Grupo Parlamentar do nosso Partido apresentou desde já na Assembleia da República 11 propostas de lei com vista à solução de alguns dos mais graves problemas. Uma proposta de lei para a solução dos salários em atraso. Uma proposta de lei para o aumento das reformas de maneira a nunca serem inferiores a metade do salário mínimo nacional. Uma proposta de lei para a atribuição de um subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego e outra para a atribuição de subsídios aos estudantes dos ensinos preparatório e secundário para material escolar, alimentação e alojamento. Uma proposta de lei para a revogação da lei das rendas. Outra para a revogação dos imorais e escandalosos aumentos dos vencimentos e pensões de membros do Governo e deputados. Outra para a baixa dos preços dos medicamentos. Outras ainda visando enquadrar os subsídios e subvenções, assegurar a reforma agrária a extração e comercialização da cortiça, assegurar a independência dos órgãos de comunicação social e melhorar o regime das finanças locais.

Na discussão e na votação destas propostas de lei serão postas à prova as declarações e as intenções dos partidos que se afirmam em oposição ao Governo ou não apoiantes da sua política.

Estas iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP são importantes e podem conseguir alguns resultados positivos.

Mas, assim como ninguém pode esperar de braços cruzados o que o Governo vai fazer, assim ninguém pode esperar de braços cruzados o que a Assembleia da República vai decidir sobre as propostas de lei do PCP.

A luta dos trabalhadores e das massas populares com objectivos concretos imediatos, luta diária, constante, firme e confiante, é o único caminho que pode impedir que a situação se agrave ainda mais pela acção do Governo PSD e pode levar à solução dos problemas mais graves que (em consequência de 9 anos de governos de direita) atingem o povo e o país.

Há razões para ter confiança acrescida nos resultados das lutas.

grande empenhamento para defender, consolidar e reforçar as posições da APU nas autarquias. Para que o trabalho com as populações e para as populações continue. Para que prossiga o poder local democrático como uma das grandes conquistas de Abril e como parte integrante do regime democrático português.

E em Lisboa?

Já hoje aqui abordamos a questão, tanto em relação ao distrito (na intervenção do camarada Martins Coelho) como em relação à cidade (na intervenção do camarada Carlos Carvalhas).

Permiti entretanto que diga ainda a este respeito algumas poucas palavras.

Nos vários concelhos do distrito, particularmente naqueles em que a APU tem maioria e onde a vergonhosa coligação PS/PSD se apresenta com lista única, já a pré-campanha está em marcha mas é indispensável multiplicar as iniciativas mais diversas de forma a ganhar o eleitorado para uma votação em massa na Aliança Povo Unido.

Em Lisboa, na cidade, o PSD e o CDS estão também coligados para tentarem manter a Câmara nas mãos da direita com Abecasis à frente, para que, sem resolver problemas vitais da população, continuem a descaracterização e o lento assassinato urbanístico da nossa belíssima capital.

É ou não possível pôr termo a esta situação? É ou não possível libertar a Câmara de Lisboa de Abecasis e da maioria de direita?

Sim, é possível.

E, com a actual distribuição das forças e não concorrendo o PRD como se sabe, existe uma única possibilidade, uma única alternativa.

A única possibilidade, a única alternativa à maioria de direita e à presidência Abecasis na Câmara de Lisboa é ser a APU a força mais votada, é a vitória da lista da APU, tendo como cabeça de lista o nosso camarada Carlos Carvalhas.

No dia 15 de Dezembro, a APU pode alcançar uma grande votação. E a votação em massa na APU não é só essencial para que as populações possam ter nos órgãos autárquicos quem defenda os seus interesses e resolva os seus problemas, não só essencial para a defesa do poder local democrático, mas também da mais alta importância, na conjuntura política que atravessamos, para que se confirme a evolução positiva da vida nacional no sentido duma alternativa democrática.

Na perspectiva da alternativa democrática

Qualquer força política responsável, qualquer trabalhador, qualquer intelectual, qualquer democrata, tem a nosso ver a obrigação de considerar os acontecimentos da vida nacional e a atitude a assumir perante eles, não de uma forma isolada mas tendo em conta toda a situação portuguesa, as possibilidades da sua evolução, as perspectivas de uma alternativa democrática.

Na sua apreciação, na sua orientação, na sua luta e nas suas decisões, o PCP parte de duas ideias fundamentais resultantes de uma profunda análise da situação actual:

— A primeira: depois das derrotas que sofreu, a reacção está enfraquecida e com muito menos possibilidades de se manter no poder e de prosseguir a política antipopular, antidemocrática e antinacional dos últimos 9 anos;

— A segunda: verificaram-se no decorrer deste ano alterações reais e positivas, que o Comité Central do nosso Partido definiu como «uma importante modificação da situação política susceptível de abrir uma nova fase do regime democrático caracterizada pela sua consolidação e pela concretização de uma nova política ao serviço do povo e do país.»

Estas duas ideias são de primacial importância, não só para a compreensão do momento político que vivemos, como para definir objectivos e tarefas na presente conjuntura e para discernir as perspectivas de desenvolvimento da situação política e das possibilidades de se alcançar finalmente uma alternativa democrática.

Para que os acontecimentos de 1985 e a modificação positiva da situação política se confirmem no prosseguimento duma evolução favorável, é indispensável que os democratas e patriotas tomem plena consciência da importância de consolidar nos meses próximos os resultados alcançados em 1985, designadamente o isolamento dos partidos reacçãoários (PSD e CDS), a confirmação da derrota da política de Mário Soares de aliança do PS com a direita, e a convergência de todas as forças e sectores democráticos num sentido fundamental de consolidação do regime e da independência nacional.

É no quadro destas transformações positivas da situação política e da necessidade de confirmá-las e prosseguir-las na sua real perspectiva de alternativa democrática, que consideramos a acção política, a luta de massas, a acção parlamentar, as eleições autárquicas e também as eleições presidenciais.

Não irei hoje aqui desenvolver muito este tema. No momento presente, não nos devemos deixar arrastar (como as forças reacçãoárias e a sua comunicação social pretendem) para os debates polémicos em torno das presidenciais adormecendo as nossas atenções e diminuindo os nossos esforços para a derrota da direita e uma vitória da APU nas eleições autárquicas.

Por isso direi apenas algumas palavras a este respeito.

Creio estarmos todos de acordo em que a democracia portuguesa está vitalmente interessada na derrota dos candidatos da direita (Freitas e Soares) e na vitória de um candidato da democracia.

Pela importância do cargo. E pelo que significa o prosseguimento dessas transformações positivas e designadamente: a derro-



PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

ta da política de coligação do PS com a direita e a concretização da convergência de todas as forças e sectores democráticos e patrióticos.

Nas eleições presidenciais a tarefa é derrotar os candidatos da direita e eleger um candidato da democracia. E para eleger um candidato da democracia é indispensável, pelo menos, o consenso verificado das forças e sectores que têm de assegurar a vitória com o seu apoio e os seus votos.

Não é agora que o dizemos (já o fizemos no nosso X Congresso realizado em Dezembro de 1983) que essas forças e sectores são fundamentalmente o que se chama o sector eanista (agora organizado em partido), os sectores socialistas contrários à aliança do PS com a direita, designadamente na linha do ex-Secretariado, e o movimento operário e democrático, em que se inserem o nosso Partido, o MDP/CDE e independentes da APU.

A conclusão da necessidade desta convergência tem sólido fundamento objectivo.

No que nos diz respeito, lembramos que se por um lado os votos dos comunistas não chegam para eleger um candidato da democracia, por outro lado, nas condições actuais, não é possível a vitória de um candidato da democracia sem os votos comunistas.

Se alguém diz que um candidato democrático não deve prestar vassalagem aos partidos nós estamos de inteiro acordo. Mas temos de acrescentar que, no que diz respeito ao nosso Partido, tão pouco prestaremos vassalagem a qualquer candidato.

Na apreciação da problemática das eleições presidenciais, partimos do consenso para o candidato a eleger e não de um qualquer candidato para o consenso.

E se de uma candidatura há porta-vozes que dizem que um dos seus objectivos é reduzir drasticamente o campo de influência do PCP, e se da mesma candidatura, como ontem mesmo vimos e ouvimos na televisão, já porta-vozes, coadjuvando a propaganda da direita, procuram sem fundamento conotar outras candidaturas democráticas com o PCP, — nós temos de dizer com clareza que essas atitudes reforçam a ideia de que tal candidatura não joga no consenso e na convergência mas na divisão dos democratas.

É um caminho perigoso que merece a nossa reprobção.

O nosso objectivo, como a nosso ver deve ser o objectivo de todos os democratas, é a eleição de um candidato da democracia nas eleições presidenciais.

A apresentação da candidatura do nosso Partido, do camarada Ângelo Veloso, insere-se nesta orientação e nestes objectivos. Tudo faremos, até ao extremo limite das nossas possibilidades para que todos os democratas e patriotas votem num só candidato democrático porque, se o fizermos, está certa a derrota de Freitas e Soares e está certa a eleição do candidato da democracia para Presidente da República.

Todos temos a obrigação de agir para que não seja perdida esta real oportunidade que se oferece à democracia portuguesa.

Todos temos a obrigação de agir para que neste fim de ano e em 1986 se acentue a evolução positiva verificada em 1985, com a derrota da reacção e do seu aliado PS de Mário Soares e com a modificação do quadro partidário e da arrumação e correlação das forças sociais, políticas, eleitorais e parlamentares.

O Partido Comunista Português empenhará todas as suas forças, capacidades e energias para que se concretizem as perspectivas favoráveis para a derrota final e definitiva da reacção e para uma alternativa democrática.

Não pretendemos poder sozinhos alcançar este objectivo. Mas temos inteira consciência da contribuição decisiva e determinante que ao longo dos anos o PCP, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo português, tem dado para a defesa dos interesses das classes e camadas laboriosas, das populações, das conquistas de Abril, do regime democrático, da independência nacional.

Os acontecimentos de 1985 e as modificações verificadas na situação política evidenciaram o papel de relevo na democracia portuguesa, do PCP e dos democratas que conosco participam na Aliança Povo Unido.

Com uma orientação política assente numa análise rigorosa da situação, com uma organização e uma capacidade de realização inigualáveis no quadro partidário nacional, com a elevada e exaltante militância dos seus membros, com a unidade e disciplina fundamentadas na justeza da orientação e na democracia interna — o nosso Partido é chamado uma vez mais, na conjuntura política actual, a representar um papel, que pode novamente ser decisivo, para que a reacção e os seus cúmplices sejam afastados do poder e para que se forme finalmente um governo democrático que no respeito da Constituição, do regime e das suas conquistas, da legalidade democrática, resolva os gravíssimos problemas económicos, financeiros, sociais, políticos e morais a que Portugal foi arrastado pela política de direita dos últimos 9 anos, e, no caminho de Abril, assegure as liberdades e direitos dos cidadãos, a democracia política, o desenvolvimento económico, o melhoramento das condições de vida do povo, a democratização da cultura, a soberania e a independência nacionais e uma política externa de amizade e cooperação com todo o povo, que assegure a segurança, a paz e o futuro do nosso povo e da nossa pátria.

Assembleia da República

Medicamentos? só de contrabando!

Segundo a OCDE, Portugal é o país membro que menos gasta na saúde; em contrapartida, os seus habitantes são os que mais gastam se não querem ficar doentes.

Recentemente, como oportunamente fizemos referência, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Mesa da Assembleia da República o Projecto de Lei n.º 37/IV, que visa a baixa dos preços dos medicamentos e determina a sua venda futura em regime de unidose.

Em 1984, com uma taxa de inflação de 30 por cento, os medicamentos tiveram um aumento a nível de mercado de 41,4 por cento e a nível hospitalar de 37,8 por cento.

Entretanto, as multinacionais do sector farmacêutico nunca se sentiram tão saudáveis devido à terapêutica aplicada ao deve e haver.

Como se isso não bastasse, o extinto Governo PS/PSD, em vez de corrigir este quadro insustentável, publicou, em 20 de Julho, a Portaria n.º 496/85, que veio introduzir novos agravamentos e colocar este sector inteiramente nas mãos das multinacionais.

A Portaria deixa aos produtores e importadores de medicamentos a faculdade de optarem por correcções de preços imediatamente, ou só a partir de Janeiro próximo.

Contudo, as percentagens dos aumentos já verificados com a nova Portaria são tão escandalosas que a partir de Janeiro todas as previsões podem pecar por defeito. Veja-se o quadro anexo. Caricaturando a situação legada pelo anterior Governo, onde o PSD estava representado, pode dizer-se que por este andar qualquer dia é mais barato comprar uma garrafa de «whisky» do que

um xarope para a tosse, ou então que não tarda que os medicamentos sejam vendidos pelos contrabandistas.

Mais facilidades não era possível

O Governo concedeu ainda outras facilidades para que as multinacionais ganhassem por diversas formas. Legalmente, veio permitir que em Portugal as multinacionais pratiquem preços superiores aos que praticam noutros países da Europa, para marcas idênticas.

Facilita ainda que os preços

sejam estabelecidos sem necessitarem de prévia homologação. À Direcção-Geral de Comércio e Preços resta apenas manifestar a sua discordância.

Como se isto não bastasse, o Decreto Regulamentar n.º 60/85, publicado na mesma data da Portaria, em vez de fazer estabelecer o preço dos medicamentos em função dos custos reais, determina a sua fixação com referência aos valores praticados em três países (França, Itália e Espanha). Faz-se porém prevalecer a maior média verificada em dois desses três países e não a menor.

No que ao sistema de unidose a Portaria refere, não passou de propaganda eleitoral, pois nada foi regulamentado nesse sentido.

Por tudo o que atrás ficou dito, a iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do PCP no sentido de que seja revogada a Portaria em causa, obrigando-se o Governo, num prazo fixo, a legislar a regulamentação necessária para a venda de medicamentos pelo número de unidades indicado no receituário médico. Os preços praticados até à data de nova legislação, seriam os verificados antes da publicação da referida Portaria.

Os aumentos que a Portaria proporcionou

MEDICAMENTO	ANTES DA PORTARIA	DEPOIS DA PORTARIA	%
BRITACIL	755\$00	1 704\$00	125,7%
CLAMOXYL 50 mg/60 ml	635\$00	1 168\$00	83,9%
PROTOVIT gotas	119\$00	330\$00	177,3%
CEBION gotas	61\$00	309\$00	407,4%
FELDENE sup.	1 477\$00	2 239\$00	51,6%
GLIFANAN 6 comp.	72\$50	97\$00	33,8%
LORENIN 1mg	400\$00	705\$00	76,3%
2,5 mg	648\$00	1 305\$00	101,4%
UNISEDIL peq.	53\$00	174\$00	228,3%
gr.	149\$00	615\$00	312,8%
NEO-MONOVAR peq.	118\$00	300\$00	154,2%
gr.	308\$00	765\$00	148,4%
NEO-PROGINOR peq.	142\$50	296\$00	107,7%
gr.	357\$50	755\$00	111,2%
ALDOMET peq.	479\$00	1 451\$00	202,9%
gr.	1 250\$00	3 700\$00	196 %
forte peq.	800\$00	2 520\$00	215 %
forte gr.	1 548\$00	3 077\$00	98,7%
CLARVISAM	173\$00	173\$00	256,6%
VENTILAM xarope	337\$00	515\$00	52,6%
BISOLVOM LINTUS	170\$00	250\$00	47 %

NOTA — Outros medicamentos tiveram aumentos percentuais menores, mas quase sempre superiores a 30 e 40 por cento.

Continua a luta por pensões justas

O plenário do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos, que se reuniu no passado dia 20 em Lisboa, reafirmou a disposição «dos reformados em continuarem a reivindicar um final de vida digno que o anunciado aumento das pensões está longe de permitir».

De facto, os reformados que há anos vêm reclamando um justo aumento de pensões salientam que, malgrado a já longa reclamação de aumento de pensões, a medida que o Governo foi obrigado a imprimir se ficou muito aquém das justas reivindicações desta camada social.

No plenário, o MURPI reafirmou a sua reivindicação de «uma pensão mínima dos regimes geral, rural e social de pelo menos 50 por cento do ordenado mínimo nacional, respectivamente da indústria e serviços, dos rurais e trabalhadores domésticos».

Assim, os reformados «exigem que o Estado assuma as suas responsabilidades relativamente à cobertura dos en-

cargos com as prestações não contributivas, os défices dos regimes especiais, a acção e as despesas dos serviços de âmbito estatal, para que o valor das pensões não possa ser afectado».

Fica assim claro que o demagógico aumento governamental, apesar de entusiasticamente apoiado pela Televisão e outros órgãos de imprensa controlados pelo Estado não satisfaz nem um pouco as carências dos reformados e não vem ao encontro das suas reivindicações; ou seja, apesar de o aumento governamental ter sido uma causa directa da luta dos reformados, não respondeu à sua expectativa, pelo que se mantêm todas as razões para se continuar a lutar.

Imediata revogação

No mesmo plenário, os membros do MURPI aprovaram um documento onde exigem «a imediata revogação da lei das rendas de casa» por a considerarem «desumana e

criminosa» e por vir «provocar de imediato aumentos incompatíveis para a esmagadora maioria dos reformados».

Com efeito, os citados aumentos cifram-se na ordem dos 300 por cento, ao que se tem de acrescentar a aplicação da chamada «correção extraordinária», que poderá «fazer ascender a 742 por cento os aumentos das rendas».

Para os reformados a política a seguir neste sector deve ser «de habitação social, de fixação das rendas de casa em função da capacidade econó-

mica do agregado familiar, a fixação de uma política de solos que vise extinguir as manobras especulativas, a obrigatoriedade dos planos de urbanização atenderem às necessidades do alojamento dos idosos e inválidos quer através de habitações adequadas, quer de estabelecimentos colectivos».

Para que tal seja possível, o MURPI exige ainda «a atribuição das verbas necessárias à construção de habitações de renda social e estabelecimentos colectivos».

Pioneiros

A Comissão Coordenadora Nacional dos Pioneiros de Portugal aprovou recentemente o plano de actividades da organização para 1986.

Assim, foi decidido que se desenvolverão esforços para que a organização dos Pioneiros de Portugal leve à prática iniciativas concretas em defesa da Paz,

seja a nível regional, nacional ou internacional.

Este plano de actividades tem por base um dos princípios fundamentais do trabalho da organização e que é «educar os Pioneiros de Portugal no espírito da paz, amizade e solidariedade entre todos os povos do mundo».

Assembleia da República

Os aumentos de preços

Qual ilusionista, Cavaco faz desaparecer a inflação

Insiste o Governo PSD/minoritário que os aumentos de preços agora impostos não ultrapassam os 14 por cento. É o que se pode chamar uma concepção ilusionista da economia. David Copperfield faz desaparecer um avião à jacto; Cavaco Silva faz desaparecer a inflação. Como espectáculo não está mal. Se fosse em relevo — e não esquecer que era preciso distribuir os óculos apropriados com a gelatina azul e encarnada — então o impacte seria maior.

Vejamos: o dólar — moeda em que se faz a quase totalidade das nossas transacções comerciais com o estrangeiro — baixou cerca de 24\$00; o barril de petróleo diminuiu desde Janeiro até agora 600\$00; os cereais têm registado uma baixa no mercado internacional; portanto, ao aumentar 14 por cento, o Governo está a praticar um aumento a que se vem juntar a diminuição de preços que não foi corrigida.

Quanto a nós, o ilusionista tem maior valor — o espectador sabe que tudo aquilo é truque mas não sabe como se faz; no truque do Governo PSD todos os espelhos, cordéis e outros apetrechos estão à vista. Só acredita no que vê quem quer.

Pode suceder, ainda, que, para além de antecipar a inflação, o Governo procure, desta maneira, arranjar um «pé de meia» para futuras manobras demagógicas, como seja diminuir os impostos e outras medidas semelhantes. Tendo a sensação que deixou de pagar, o contribuinte continua, sem dar por isso, a abastecer os cofres do Estado.

Na terça-feira passada, os aumentos de preços decretados pelo Governo estiveram na ordem do dia, apesar de não constarem da agenda de trabalhos da Assembleia da República.

Marques Júnior, deputado do PRD, abriu a sessão para expressar «a surpresa» com que o seu partido «tomou conhecimento», através da RTP, dos aumentos de preços decretados pelo Governo». Aumentos esses, como sublinhou, «que incidiram principalmente sobre os bens de primeira necessidade — precisamente aqueles que mais afectam a quase sobrevivência de muitas famílias portuguesas».

Marques Júnior criticaria, ainda, o facto de o Governo não ter contactado para esse efeito nem os partidos políticos, nem os parceiros sociais.

Acrescentaria também que, para o seu partido, este tipo de actuação não perspectiva nada de bom, interrogando-se como se pode «justificar os aumentos do pão e do leite num país em que alguns estratos da população passam fome?».

Sobre o assunto, o partido do Governo — o PSD — deixou para a próxima sessão a apresentação de uma intervenção política, em virtude de não estar preparado nenhum texto nesse sentido!!!

Mas preparado estava o PS, que não ia deixar passar em branco esta oportunidade de atirar culpas para cima do PSD. Helena Torres Marques foi a oradora.

Vieio dizer de todas as boas intenções que animavam o PS se hoje fosse governo. Em resumo, quem ouvisse Helena Torres Marques seria capaz de acreditar que o Partido Socialista alguma vez fosse capaz de ousar tal atitude lesiva para os trabalhado-

res, reformados e a população em geral. Para citarmos Helena Torres Marques diremos que por parte dos menos incautos se ouve também «um monumental ora bolas», pois se o poder de compra se agravou mais no sábado, há muito que estava degradado por culpa do PS, primeiro por iniciativa solitária e mais recentemente de parceria com o PSD.

Antecipar a inflação

Também sobre os aumentos de preços interveio o deputado comunista João Amaral. Três questões começou por salientar:

Primeiro: os aumentos foram decididos pelo Governo depois de deliberadamente ter escamoteado à Assembleia da República, durante o debate do seu Programa, que era seu propósito prioritário realizá-los — o que é no mínimo sinal dos processos poucos sérios com que o Governo encara o seu relacionamento com a Assembleia.

Segundo: os aumentos são decididos quando o facto é que o preço do barril de petróleo diminuiu (desde o último aumento) de cerca de 4900\$00 (Janeiro do corrente ano) para 4300\$00 (neste momento), isto é, diminuiu sensivelmente 12%, quando os cereais conhecem uma baixa no mercado internacional e quando se continua a assistir à quebra do dólar — tudo demonstrando que nas circunstâncias actuais (e com vista desde logo à dinamização económica) o que havia era condições para conter ou mesmo diminuir os preços de alguns dos produtos agora aumentados, de-

signadamente os combustíveis e outros produtos de elevada componente importada.

Terceira nota: o Governo decidindo estes aumentos no corrente ano de 1985 e continuando a anunciar a contenção da inflação em 1986 para o nível de 14%, demonstra querer concretizar em 85 a inflação de 86, ou seja, quer cumprir a meta de 86 agravando a taxa de 85, o que glosando a fraseologia governamental, é uma espécie de inflação antecipada...

A justeza da moção de rejeição

Considerando-a uma medida indiscriminada, pois «recai so-

bre os trabalhadores com salários em atraso, sobre os desempregados, sobre os reformados que assim vão devolver com juros os aumentos anunciados», João Amaral explicou, ainda, uma das razões da presente medida do Governo, o qual ao falar de aumentos salariais condicionados à inflação projectada, mais não faz do que antecipar essa inflação, para que ela não recaia sobre os primeiros meses de 1986, penalizando assim a revisão da contratação colectiva.

Afectados são os agricultores, frisou ainda João Amaral, com os aumentos inesperados do

Perguntas ao Governo

Na sua intervenção de terça-feira passada o deputado comunista João Amaral manifestou a opinião do seu grupo parlamentar de que o Governo deve ser chamado, desde já, a perguntas na Assembleia da República.

Nesse sentido foi apresentada uma proposta à Mesa com vista à realização, na reunião de hoje, de uma sessão de perguntas ao Governo, com o objectivo único de debater a matéria dos aumentos de preços agora decretados, no quadro da política económica e social necessária ao País e reclamada pelos portugueses.

Salientando tratar-se de uma exigência democrática, João Amaral referiu que este, se não quer fugir às responsabilidades, deve vir explicar os aspectos da sua política, que procurou durante o debate do Programa do Governo, não só sonegar, como esconder do País e dos portugueses — as primeiras vítimas das medidas tomadas.

gasóleo, como afectados são, com as crescentes dificuldades do povo, os pequenos e médios comerciantes e industriais.

Perspectiva diferente, é a dos representantes do grande capital, da CIP, que aplaudem.

Não espanta: é-lhes dada a garantia de uma política de continuidade, de que foi co-responsável o PSD nos últimos consecutivos 6 anos!

Porque recordar não fica mal, recordemos mais uma vez, que o PCP foi o primeiro partido a manifestar a sua intenção de apresentar uma moção de rejeição ao Programa do Governo.

O que motivou crítica de Ca-

vaco Silva no encerramento do debate, quando declarou:

«Ainda sem conhecer o programa do Governo, já o PC anunciava que iria apresentar uma moção de rejeição, mostrando assim que não necessitava de qualquer tipo de esclarecimento e que considerava inútil este debate.»

Enganou-se o Primeiro-Ministro. Porque conhecia bem de mais o Programa de Governo é que o PCP apresentou logo de início a moção de rejeição. Do debate, como se constata, não surgiu nenhum esclarecimento. A transparência foi figura de retórica logo esquecida no primeiro Conselho de Ministros.

O Governo que vem da abstenção

Já no final do discurso, Carlos Brito, após ter feito uma análise do Programa do Governo diria:

Importa salientar que se o Governo passar, por muito minoritário, fraco e condicionado que seja, por muito que tenha os dias contados, será mesmo assim Governo. É esta a responsabilidade que assumem aqueles que o viabilizarem nas votações que vão seguir-se, responsabilidade que, estamos certos, será particularmente pesada para os que e apesar de tudo compreendem os perigos que a passagem deste Governo representa para o País.

O PCP, para além de votar a sua moção de rejeição, juntou os seus votos às moções de rejeição apresentadas pelo PS e pelo MDP. Por seu turno, o PS absteve-se nas moções do PCP e do MDP. O PRD absteve-se em todas as moções. O CDS absteve-se na moção do PS e votou contra as moções do PCP e MDP. O partido do Governo votou sempre contra.

O Governo passou e actuou. Mas alguém tinha dúvidas de que assim seria?

Voltemos, ainda, ao debate do Programa do Governo PSD na Assembleia da República. Há sobejas razões para não o esquecer, quanto mais não seja pelos recentes aumentos de preços de bens essenciais e a intenção confessa de «repeçar» a Lei de Segurança Interna apresentada pelo anterior governo PS/PSD.

No encerramento do debate, o líder do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, salientaria que se os votos que vão ser dados às moções de rejeição estivessem de acordo com as palavras produzidas no debate é uma evidência que o Governo não seria viabilizado.

Mas se o Governo for viabilizado — acrescentou — é evidente que o é por motivos que o transcendem e onde pesam as razões dos que lhe concederem a viabilidade e não a razão do Governo. Só pessoas muito distraídas não perceberão que o Governo nem sequer leva daqui o benefício da dúvida.

E mais adiante destacou:

Mas a questão que ainda se coloca à Assembleia da República, no momento em que intervimos, é precisamente a passagem do Governo. Dito de outra maneira, a questão é de se saber se uma Assembleia que desaprova tão veementemente e generalizadamente um Programa de Governo, como aqui aconteceu, pode deixar de o rejeitar. A questão é ainda, neste momento, a de saber qual o significado do Programa do Governo e ajuizar com rigor as suas desastrosas consequências para o nosso povo, o nosso país e o regime democrático.

Nacional

O Governo e as relações com a República de S. Tomé

1. A afirmação feita pelo Primeiro-Ministro — durante a recente visita a Portugal do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe — de que Portugal «não servirá de plataforma para a actividade de grupos contrários aos governos dos países africanos de língua portuguesa» constitui, vinda de Cavaco Silva, mais um dos exercícios de hipocrisia política a que, nos últimos meses, vem habituando o País sempre que se pronuncia sobre qualquer sector ou problema da vida nacional.

2. Tal como a primeira medida do Governo minoritário Cavaco Silva foi o decretar de uma onda generalizada de aumentos de

preços em artigos e produtos de primeira necessidade — apesar de todas as críticas insinceras que, durante a campanha eleitoral o actual Primeiro-Ministro fez à degradação das condições de vida de milhões de portugueses — assim também a RDP Antena Um (empresa estatizada, cuja administração depende directamente do Governo) entrevistava um elemento de um grupo contra-revolucionário de S. Tomé e Príncipe no exacto programa em que dava notícia das referidas afirmações de Cavaco Silva, perante o Presidente Pinto da Costa.

3. Este facto gravíssimo — além de retirar toda a credibili-

dade política às afirmações do Primeiro-Ministro — indica claramente que, nas relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa, a política do Governo minoritário do PSD irá, — tal como em todas as áreas da vida política — prosseguir a política dos anteriores governos de direita, de ingerência na vida interna daqueles países, de apoios à acção provocatória e terrorista de bandos contra-revolucionários, de ponta de lança dos interesses e das manobras do imperialismo norte-americano, designadamente na África Austral.

4. A luta e a acção do povo português e dos democratas

para que cessem as actividades de grupos contra-revolucionários e terroristas em território português é parte de uma política externa de paz e cooperação com todos os povos e é inseparável da luta por uma alternativa democrática ao Governo do PSD que, tanto pela sua política contrária aos interesses e necessidades nacionais, como pela sua falta de apoio parlamentar, social e eleitoral, é um Governo condenado à derrota.

26 de Novembro de 1985

A SIP DO PCP

Trabalhadores

CGTP-IN opõe-se sem equívocos ao programa do Governo sobre política laboral

A CGTP-IN, que acaba de condenar os recentes aumentos de preços, reuniu na sexta-feira passada o seu Plenário Nacional de Sindicatos, que manifestou «clara e inequívoca oposição» ao programa do Governo sobre política laboral. Entretanto no Porto (ver caixa) era anunciado para o próximo dia 3, na Junta de Freguesia do Bonfim, o 4.º Encontro das Comissões de Trabalhadores da Região portuense. Idêntica iniciativa era efectuada pela União dos Sindicatos de Setúbal (ver outro local nesta secção)

«Este Governo não difere dos anteriores quanto aos interesses de classe que defende» — foi a primeira das conclusões aprovadas pelo Plenário Nacional da Inter que decorreu, aberto a todos os sindicatos, como é usual, independentemente das filiações, no Teatro Villaret em Lisboa. A resolução político-sindical aprovada opõe-se à «política do trabalho» do PSD sozinho «por conter nas suas linhas gerais os objectivos da política seguida pelos governos anteriores».

Todas as «ideias do Governo anterior» são retomadas sobre os salários em atraso, os despedimentos (liberalização), limitação dos direitos de quem trabalha e, em perfeita consonância com o que era ainda há pouco o «pacote laboral», o enfraquecimento do papel das organizações sindicais.

Estreita ligação aos interesses do grande capital

As conclusões constantes da resolução aprovada referem que «a estreita ligação deste Governo aos interesses do grande capital e do patronato evidencia-se já na sua composição (personalidades estritamente à direita do espectro político e ligadas a grandes grupos económicos)».

Quando ao programa do Governo, «o que nele avulta é o objectivo confessado de alterar todo o sistema de organização económica constitucionalmente consagrado, atribuindo ao grande capital privado o papel determinante na condução da vida económica, com subalternização e desmembramento do sector público».

Contra esta política da qual nada de bom se espera, o Plenário da CGTP-IN reiterou as suas reivindicações, designadamente as apresentadas ao actual Primeiro-Ministro, bem como «a concretização urgente da audiência» solicitada em 7 do corrente ao chefe do Governo.

O Plenário que se pronunciou pela necessidade de garantir «a vitória de um candidato da democracia» nas próximas eleições presidenciais, destacou também a importância das próximas eleições autárquicas e manifestou-se totalmente contrário a «atitudes de expectativa da parte dos trabalhadores e das suas organizações, seja em resultado dos acontecimentos políticos, seja por subvalorização da natureza de classe do actual Governo, ou da sobrevalorização das suas debilidades e contradições».

Atitudes como estas — destaca o Plenário — «não só não conduzem à resolução dos problemas dos trabalhadores e à defesa da democracia, como se-

riam aproveitadas para acentuar a exploração dos trabalhadores e desprestigiar o movimento sindical».

O Plenário Nacional, que reivindicou a actualização dos salários mínimos nacionais e das prestações familiares, decidiu dinamizar a luta pela melhoria dos salários reais, esclarecer e divulgar as reivindicações em torno da contratação colectiva, apoiar e incentivar a luta em defesa dos postos de trabalho, mobilizando «a solidariedade activa dos outros trabalhadores e das populações».

«Fortemente mobilização e apoio incidirão nas acções dos trabalhadores do sector empresarial do Estado e da Reforma Agrária».

V Congresso em Maio

O Plenário Nacional decidiu convocar o V Congresso da CGTP-IN para os dias 29, 30 e 31 de Maio do próximo ano.

Do plano de actividades consta ainda, entre outras iniciativas, um seminário sobre o emprego em 1 e 2 de Março, uma reunião de quadros técnicos, um espectáculo comemorativo do centésimo aniversário do Primeiro de Maio, as comemorações do Dia Internacional da Mulher e do Dia Nacional da Juventude, dos aniversários do 25 de Abril e da CGTP-IN, que completa 16 anos em Outubro do próximo ano.

Como «objectivos essenciais» da Central em 1986 destaca-se a continuidade, «de forma constante e sistemática, da luta em torno dos interesses concretos dos trabalhadores» e «levar à prática a fase de concretização da 2.ª Conferência de Organização Sindical, por um lado agindo na luta do dia-a-dia e, por outro, em todas as acções ligadas à estrutura do movimento sindical, designadamente na preparação dos congressos e conferências das uniões distritais e federações».

Lutas e êxitos no distrito do Porto

No seu «Jornal de Luta» referente a este mês, a União dos Sindicatos do Porto, defendendo as reivindicações da CGTP e reafirmando que elas «têm de ser satisfeitas», divulga um apanhado, certamente não exaustivo mas esclarecedor, das lutas no distrito e dos seus êxitos quando os houve, no espaço de um mês. Reproduzimos a seguir esse trabalho da USP:

• Os jornalistas do Jornal de Notícias fizeram greve em 25/9, com adesão de 100% e perda da edição do dia seguinte, tendo conseguido o compromisso do pagamento das horas extraordinárias que lhes eram devidas.

• Em 26/9 os Ferrovias da CP realizaram uma grande concentração em Lisboa, com uma participação massiva no Norte, no prosseguimento da luta pelo regulamento de carreiras, contra a tentativa de implementação do decreto — verda (trabalho não pago) e pelo pagamento dos aumentos aos reformados.

• Os trabalhadores do Sector Químico realizaram em 26/9 um Encontro Nacional (descentralizado) sobre os salários em atraso, tendo no Porto, após a sessão, desfilado pelas ruas da cidade, distribuindo um comunicado à população, e entregando ao Governador Civil um documento sobre a situação.

• No dia 26/9 os trabalhadores da P&SIL, empresa de material eléctrico, sem se deixarem intimidar com a proibição de realizar um plenário com o Sindicato dentro da empresa, concentraram-se em massa no exterior e realizaram um grande plenário.

• Na fábrica de Passanarias da Prolada, os trabalhadores fizeram greve de 7 a 12 de Outubro e conseguiram o pagamento do salário de Setembro.

• Os trabalhadores da Fibra Comercial Lusitana realizaram 2 horas de greve em 14/10, e deslocaram-se à Secretaria de Estado do Emprego, em luta contra o despedimento colectivo e o encarceramento da empresa.

• Na empresa do ramo automóvel Batista Russo, os trabalhadores estiveram em greve 2 horas no dia 15/10, exigindo o pagamento do subsídio de férias.

• No Jornal «O Primeiro de Janeiro», os trabalhadores suspenderam a greve marcada para o dia 22 e 23 de Outubro face aos compromissos assumidos por Freitas do Amaral em relação ao pagamento dos salários e à viabilização da empresa.

• Os trabalhadores da empresa de construção civil Afonso e Sousa, de São Tiago, entraram em greve no dia 21/10, em luta pelo pagamento do salário de Setembro e do subsídio de férias, mantendo-se em greve até ao momento.

• Os trabalhadores da empresa têxtil Efanor realizaram 3 grandes plenários em 25/10, exigindo a viabilização da empresa e a defesa dos postos de trabalho.

• Os inspectores-examinadores da Direcção de Viagem do Norte estiveram em greve a 100%, de 28 a 31/10, em luta pelo pagamento de um subsídio que legalmente lhes é devido.

• A empresa do ramo automóvel Auto-Suoco, esteve em greve no dia 31/10 exigindo aumentos salariais.

• Os trabalhadores da NA TABOPAN — unidade dos trabalhadores garante salários Trabalho não ter intervenido, os trabalhadores mantiveram-se paralisados até ao dia 10 de Outubro, e obrigaram o patrão, o Comendador Abreu, a pagar o mês de Agosto e a assumir o compromisso de pagamento dos meses de Setembro e Outubro em datas fixadas. Face à ameaça dos trabalhadores de paralisarem novamente os pagamentos estão a ser cumpridos, ultrapassando até os valores acordados pelos trabalhadores.

• Apesar da Inspeção do Trabalho não ter intervenido, os trabalhadores mantiveram-se paralisados até ao dia 10 de Outubro, e obrigaram o patrão, o Comendador Abreu, a pagar o mês de Agosto e a assumir o compromisso de pagamento dos meses de Setembro e Outubro em datas fixadas. Face à ameaça dos trabalhadores de paralisarem novamente os pagamentos estão a ser cumpridos, ultrapassando até os valores acordados pelos trabalhadores.

• No grupo Wandtschneider, formado por quatro empresas têxteis, os trabalhadores mantiveram-se em greve em 22 de Setembro, exigindo o pagamento dos salários e a defesa dos postos de trabalho.

• No dia 1 de Outubro, cerca de 50 elementos da USP arregraram sobre as trabalhadoras em greve dentro da empresa S. Caetano, em Gaia, tendo as trabalhadoras mantido firme e determinada.

• No dia 1 de Outubro, cerca de 50 elementos da USP arregraram sobre as trabalhadoras em greve dentro da empresa S. Caetano, em Gaia, tendo as trabalhadoras mantido firme e determinada.

Pelo direito ao trabalho

Encontro distrital de Setúbal

- 70 empresas encerradas em 3 anos
- Mais de 45 mil desempregados
- 14 mil sem salários

Alguns dos aspectos mais graves da situação social no distrito de Setúbal, fortemente atingido pela política de direita dos últimos governos, foram debatidos num Encontro Distrital que termina hoje. A União dos Sindicatos, que organizou o Encontro, salienta que presentemente, em Setúbal, «cerca de 15 mil trabalhadores não recebem salários, mais de 45 mil estão desempregados, em três anos foram destruídos mais de 13 mil postos de trabalho, e mais de 70 empresas industriais encerraram». Levado a cabo sob o lema «Pelo direito ao salário, pelo direito ao trabalho, contra os despedimentos», o Encontro abrange trinta sectores de actividade. Dele se depreende que «existem propostas, vontade e disposição — como sublinham os sindicatos — para vencer os problemas e as dificuldades. É necessário e indispensável que se criem as condições políticas e sociais para que elas se concretizem». Trabalhadores da Quimigal concentravam-se entretanto em Lisboa, e as ORTs da Lisnave reclamavam da administração a passagem «das palavras aos actos», principalmente agora, depois de ter recebido da Secretaria de Estado do Emprego um «apoio financeiro» de 150 mil contos.

De que está à espera a administração? «Será que ainda não terminou o círculo de reuniões em família com a UGT? Ou está à espera de saber «quem a vai liderar»? — perguntam as ORTs aludindo às divisões internas da agremiação visionista.

As ORTs, num comunicado do dia 14, reafirmam que «os trabalhadores da Lisnave têm vindo a participar activamente na resolução dos problemas da empresa. Lembrando a jornada de luta de

Contrato agrícola em Beja

Os patrões assinaram e como tal têm que cumprir

«Não basta agora termos um bom contrato e melhores salários; é preciso que cada um de nós no nosso local de trabalho, na herdade, lute pela sua aplicação total; os patrões assinaram o contrato, como tal têm que o cumprir» — avverte-se num «jornal de informação aos sócios», que o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Beja acaba de distribuir.

Os novos salários com aplicação a partir de 1 de Outubro findo estão divididos em seis graus. Os mínimos mensais estabelecidos são, para o primeiro, 26 600; terceiro, 24 mil (A) e 23 100 (B); quarto, 23 mil; quinto, 19 500; e sexto, 18 500 (trabalhador deficiente).

Além destes mínimos mensais, o contrato estabelece salários à hora, diários e à semana para o trabalho sazonal com regalias sociais.

O Sindicato de Beja (STADB) considera a revisão do contrato e as novas tabelas salariais «uma grande vitória alcançada pelos trabalhadores» e pelo próprio Sindicato.

Mas é necessário que cada

nota à administração para que esta passe das palavras aos actos, deixando de fazer «arrastar as negociações e mantendo deliberadamente situações de fome e miséria, com o objectivo nítido de enfraquecer a organização unitária. Mas «a fome e a miséria não conseguiriam vergar os trabalhadores — afirmam as ORTs — e é cada vez maior o número dos que tomam consciência do grau em que são explorados e de quem são os seus verdadeiros defensores». As ORTs, fortemente representativas, continuam a esforçar-se pela conclusão de um acordo, que a administração também diz desejar, para que sejam aplicadas medidas tendentes à viabilização da empresa e à resolução dos problemas concretos dos trabalhadores».

Podem ser desencadeadas formas de luta na Quimigal, incluindo o recurso à greve. Dois mil trabalhadores daquela nacionalizada, concentrados na sexta-feira passada em frente à sede da empresa em Lisboa, reclamaram o reinício das negociações directas do contrato colectivo, que o conselho de gerência reteve para o Ministério do Trabalho requerendo a conciliação.

31 de Outubro, que consideram «bem elucidativa», as ORTs põem em relevo «as linhas programáticas para um acordo, aprovadas na última Assembleia Geral de Trabalhadores».

Os 150 mil contos recentemente levantados pela administração deveriam permitir o pagamento de um mês de salário a todos os trabalhadores. Até àquela data tal não se tinha verificado, o que levou as ORTs a perguntar por que espera a administração.

«A realidade da Lisnave não se compadece com este tipo de malabarismos, acentuam aquelas organizações representativas, que «têm apresentado propostas concretas» e continuam a reivindicar que «qualquer solução para a empresa tem que passar pelo grande colectivo dos trabalhadores». Impõe-se «passar das palavras aos actos», repetem as ORTs perante a administração da Lisnave. «Os acordos têm que se fazer com quem trabalha e com quem representa dignamente os interesses dos trabalhadores».

Quimigal ao pé da greve

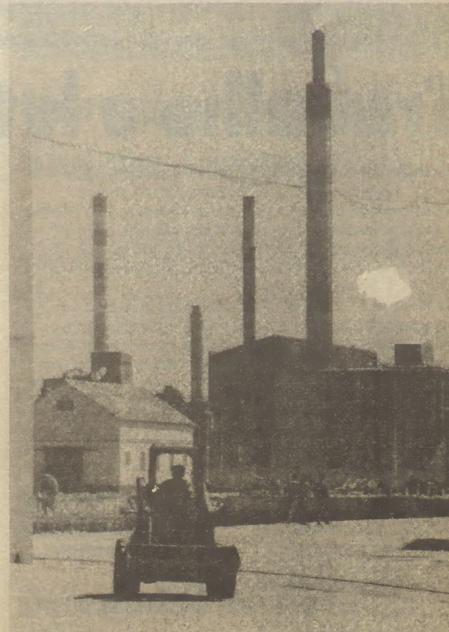
Os sindicatos e os trabalhadores são de opinião que não foram esgotadas as possibilidades de diálogo, e que nada justifica a atitude dos responsáveis empresariais.

As negociações do CCT foram interrompidas, de um momento para o outro, pelo conselho de gerência, sem ter sido explicado o recurso ao Ministério para intervir em negociações que podem prosseguir directamente entre as partes.

Se a direcção da Quimigal não rever a sua posição, serão adoptadas formas de luta que podem incluir a greve.

Suspensão da CT no Arsenal

A suspensão por 121 dias dos onze membros da comissão de trabalhadores (CT) do Arsenal do Alfeite é totalmente rejeitada pelos atingidos por essa medida administrativa da responsabilização do administrador dos estaleiros, Jorge Forte, que em Maio do ano passado mandou desocupar as instalações da CT na empresa e proibiu, ilegalmente, a realização de um plenário de trabalhadores. Ao abrigo da lei, essas instalações serviam para as actividades da CT desde 1974. Na sequência do «mandato de despejo», o administrador levantou processos disciplinares aos onze membros da CT. Em Fevereiro último foi aplicada a suspensão de serviço por 121 dias. Com a solidariedade dos restantes trabalhadores, os membros da CT recorreram da pena para o Chefe do Estado-Maior da Armada. O recurso foi aceite, mas



Mesmo nas empresas mais prósperas (na foto, a Quimigal) a insegurança é permanente e frequente a instabilidade

em 16 de Outubro findo o CEMA confirmou a decisão do administrador. O recurso foi agora interposto junto do Ministério da Defesa.

A CT acusa o administrador do Arsenal de prepotência e arbitrariedade; continua a pedir a sua demissão, responsabilizando-o pelo estado caótico a que chegou a empresa e pela instabilidade instalada entre os seus trabalhadores.

Números mais precisos

Elementos divulgados já depois de pronta esta peça, elaborada antes da conferência de im-

pressão dada antontem por dirigentes da União dos Sindicatos de Setúbal, corrigem alguns números aqui mencionados, designadamente o total dos trabalhadores com salários em atraso que não é de 15 mil, mas exactamente de 13 921 em todo o distrito de Setúbal. As empresas com salários em atraso são 120. Entre elas foi destacada a Torralta que, embora já tenha recebido 1,7 milhões de contos para pagamento de salários e manutenção dos postos de trabalho, já despediu este ano 300 trabalhadores em Tróia, e continua a manter salários atrasados por períodos que vão de dois a sete meses.



Comissões de trabalhadores 4.º Encontro no Porto

Os trabalhadores do distrito do Porto (3 milhões de contos de salários em atraso; 90 mil desempregados) realizam o 4.º Encontro da sua região no próximo dia 3. Organizado pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Porto, o Encontro começará às 9 e 30 nas instalações da Junta de Freguesia do Bonfim. Os objectivos do 4.º Encontro consistem em: nas palavras de ordem: «Pelo reforço das CTs; pelo direito ao trabalho e ao salário; pelo exercício do controlo de gestão; basta de fome e miséria». Os debates incidirão principalmente num anteprojeto de documento para o qual os organizadores reclamam a atenção de todos os membros das CTs e sub-CTs no sentido de divulgarem e discutirem os objectivos do Encontro, participando depois activamente nos seus trabalhos. Segundo os responsáveis pela iniciativa, participam no 4.º Encontro, como delegados, os membros das CTs, sub-CTs e coordenadores sectoriais; como convidados participam dirigentes, delegados sindicais e todos os trabalhadores.

LUTAS E TAREFAS

• O dono do «Paga Pouco», Manuel Martins Dias, proprietário dos «Armazéns do Chiado», prepara-se para vender em hasta pública este edifício do centro de Lisboa. Marcada para ontem, 27, a venda foi preparada sem conhecimento dos 345 trabalhadores ameaçados pelo desemprego. O Sindicato (CESL) e as restantes organizações representativas (ORTs) intervieram junto da administração das lojas em 11 de Novembro, logo que tomaram conhecimento da hasta pública pelos jornais. O que até sexta-feira passada conseguiram averiguar foi que se mantinha a possibilidade da venda para pagamento de dívidas à Caixa Económica do Funchal. Os 345 postos de trabalho ameaçados motivaram um plenário, naquele mesmo dia. Segundo o CESL, os trabalhadores do «Chiado» decidiram, conforme evoluir o caso, sobre «as formas de luta que se mostrarem mais convenientes para defesa dos seus direitos e dos postos de trabalho». As ORTs e o Sindicato já contactaram duas vezes a administração da empresa. No passado dia 15, tiveram como resposta do patronato «a recusa de transcrever para a acta o conteúdo da reunião», o que é punível segundo a lei.

• Processo em tribunal contra a Torralta pelo não pagamento dos salários em atraso. São perto de 1600 os trabalhadores afectados, só na região do Algarve. O total da dívida nessa região (Alvor, Portimão, Lagos e Praia Verde) ronda os 20 mil contos. O processo foi instaurado pelo sindicato, que interveio junto da Inspeção-Geral do Trabalho.

• Na Fore, a gestão ruínoza instalada no sector empresarial do Estado manifesta-se novamente, vendendo a empresa abaixo do seu valor e lançando no desemprego mais 54 trabalhadores. Quem beneficiou com o negócio é uma empresa privada, a Copaz. O responsável directo pela transacção, que não assegura os postos de trabalho, é o Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária. Segundo a Federação sindical maioritária na Fore (produção de rações e oleos, de Évora), aquele Instituto, dependente do Governo, tinha uma oferta

de 151 mil contos para a compra da fábrica, mas preferiu vendê-la (só para esbanjar?) à Copaz por 125 mil contos. A empresa estava parada há um ano porque o Instituto alega não ter vocação para gerir empresas. Pelos vistos, não possui também vocação para as vender. Ou então... O resto está por averiguar.

• Os últimos trabalhadores que restam depois de centenas de despedimentos efectuados na Companhia Portuguesa de Pescas (Cacilhas) concentraram-se na passada sexta-feira junto à Secretaria de Estado das Pescas, protestando contra a tentativa governamental de encerrar as oficinas em Olho de Boi. Segundo as ORTs da CPP e o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, se a ameaça do Governo se concretizar «ainda este mês», como prevê um despacho, ficará por concluir «a reparação de alguns navios». Em contrapartida nenhuma garantia é dada quanto aos postos de trabalho. Trabalhadores com mais de 50 anos de idade e com 20, 30 e até quarenta anos de casa «querem ser ouvidos e expor mais uma vez as soluções que apresentam para a resolução dos problemas», salientam as ORTs e o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul.



Terra

Em causa ilegalidades contra a Reforma Agrária

Trabalho e luta contra a ofensiva

Prosseguir as sementeiras, com vista a produzir mais e melhor, mesmo nas terras da Reforma Agrária onde o Governo minoritário de Cavaco Silva se prepara para cometer novas ilegalidades, constitui desde já a resposta dos trabalhadores das UCP's/Cooperativas do concelho de Montemor-o-Novo à ofensiva anunciada pelo Ministério da Agricultura de Álvaro Barreto.

Aprovada pelos cerca de mil trabalhadores que em representação das unidades de produção do concelho se reuniram na sexta-feira da passada semana no Teatro Curvo Semedo, esta decisão resulta da generalizada convicção de que esta ofensiva está impregnada, a exemplo das anteriores, de flagrantes ilegalidades e da mais descarada corrupção, como o comprovam os cinco processos já entregues pelos secretariados distritais das UCP's/Cooperativas à Alta Autoridade Contra a Corrupção.

Com efeito a ofensiva incide sobretudo no despacho de reservas ilegais por majoração e doações a filhos de reservatários e ainda na promoção de leilões de terras a denominados pequenos agricultores, processos estes que se elevam a 112, abrangendo 50 mil hectares de terras em toda a zona da Reforma Agrária.

Complementando esta azáfama do Executivo contra a Reforma Agrária os agrários estão por seu turno a requerer junto dos tribunais comuns a devolução de

herdades actualmente na posse dos trabalhadores, mas que nunca foram expropriadas embora por lei sejam expropriáveis.

Reforçar a organização

No entender dos trabalhadores esta ofensiva tem em mira atingir as UCP's/Cooperativas mais sólidas, rentáveis e com maiores níveis de produtividade como sejam os casos, entre ou-

tras, das UCP's Salvador Joaquim de Pomar, em Santiago do Escoural, Fusão da Volta do Vale, no Couço e Margem Esquerda, em Serpa.

Opondo-se decidida e corajosamente a tal política, os presentes no plenário de Montemor decidiram ainda, para além do prosseguimento do curso normal das sementeiras, reforçar a organização das suas UCP's/Cooperativas e intensificar as acções de massas em defesa da Reforma Agrária.

Nesse sentido foi reafirmada a disposição dos trabalhadores do concelho de participarem numa deslocação massiva a Lisboa com concentração em frente à Assembleia da República caso o Executivo minoritário do PSD insista em prosseguir a sua acção criminosa.

A actuação conivente da GNR nas mais recentes acções desencadeadas contra as UCP's/Cooperativas mereceu igualmente o repúdio dos trabalhadores, os quais se manifestaram disponíveis, por outro lado, para prosseguir as iniciativas de sensibilização junto das entida-

des oficiais, dos órgãos de informação e da população do concelho, a primeira das quais está marcada para amanhã, sexta-feira, em todo o concelho.

Dirigindo-se aos partidos que viabilizaram o Governo de Cavaco Silva na Assembleia da República, os trabalhadores da Reforma Agrária recordam que também estas forças políticas serão responsáveis pela execução de uma política que é contrária aos interesses da agricultura e do País, destrói a produção e gera o desemprego.

Plenário em Évora

Prosseguindo a série de plenários concelhios em todos os distritos da Reforma Agrária também a cidade de Évora acolheu no Teatro Garcia de Resende, na última segunda-feira, cerca de 350 trabalhadores das UCP's/Cooperativas do concelho que ali se deslocaram para apreciar a situação decorrente da mais recente ofensiva do Governo.

No distrito de Évora, recorde-se, mais de 80 processos de

extorsão de terras estão em curso a pretexto de reservas, os quais abrangem 14 UCP's/Cooperativas num total de cerca de 6500 hectares.

Atingindo precisamente as unidades de produção mais rentáveis e bem organizadas que contam com centenas de trabalhadores, esta acção visa entregar terras a grandes famílias de latifundiários como sejam os Noronha, Pinto Barreiros, Grave, D. Luís Passanha, Mira da Silva, entre outros.

Não diferindo do que se passa noutros concelhos também aqui os processos em curso estão recheados de inúmeros ilegalidades, tudo servindo para reconstituir o latifúndio e as grandes empresas capitalistas, desde as majorações a qualquer título, às falsas doações, até à reinstrução de processos do Supremo Tribunal Administrativo.

Repor a legalidade

A todos estes processos, conforme foi salientado no decorrer do plenário, não são alheios funcionários da Direcção

Regional da Agricultura como os juristas Barbosa Correia e Manuel de Oliveira Portas, ou coordenadores de serviços como os engenheiros Alberto Costa, José M. do Rosário ou Espadinha Serrano, tal como funcionários do próprio gabinete do Ministro Álvaro Barreto. Aliás, como salienta uma moção aprovada no plenário, «a corrupção e as "lutas" entregues pelos agrários a altos funcionários do MAFA são hoje um facto corrente».

Depois de afirmar que os trabalhadores nunca aceitarão a alternativa que lhes querem impor de «desemprego, terras abandonadas, emigração e expulsão das casas que habitam», a moção exige que seja reposta a legalidade democrática, termine o assalto às UCP's/Cooperativas e seja posta em prática uma política agrícola isenta que «viabilize as explorações das UCP's/Cooperativas agrícolas através de um acerto de contas com o Estado, a concessão de um crédito bonificado com juros adequados e não discriminatórios, que garanta preços compensadores em tempo útil».

Juventude

JCP analisa situação da juventude

A aprovação de um apelo dirigido aos jovens portugueses no qual se apresenta um conjunto de reclamações consideradas de grande urgência por forma a responder a graves situações de carácter laboral, escolar e social que afectam largos sectores de jovens, constituiu uma das principais conclusões da reunião da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa realizada recentemente em Lisboa.

No decorrer da Assembleia de Debate da JCP, que contou com a participação de uma centena de jovens, foi também analisada a gravíssima situação que atinge os estudantes do ensino secundário, quer a nível pedagógico, quer das instalações escolares e do apoio social escolar.

Analisando circunstancialmente a actual situação política, os jovens comunistas concluíram que se reveste de grande importância para o futuro da democracia portuguesa as eleições para a Presidência da República, tendo aproveitado para reiterar o seu apoio à candidatura de Ângelo Veloso, «na certeza de que ela contribuirá para o esclarecimento da necessidade de os jovens se unirem em torno de um mesmo objectivo: derrotar Freitas do Amaral e Mário Soares, concentrando os seus votos num candidato único da democracia».

Autárquicas: questão central

De acordo com as declarações prestadas no decorrer de uma conferência de imprensa a que estiveram presentes Paula Coelho e Paulo Piteira da Direcção Nacional e Rogério Moreira da Direcção Central do Ensino Superior e deputado, os jovens comunistas discutiram também a sua participação nas próximas eleições autárquicas, tendo salientado o elevado número de jo-

mentos se deve ao facto de a direita ter definido primeiro o seu candidato, situação diversa da existente no campo democrático. «Logo que esteja clarificada a situação — concluiu — o candidato da democracia não terá dificuldades em obter um apoio mais expressivo».

No período de resposta às questões colocadas pelos jornalistas foi ainda manifestado o apoio solidário à luta dos estudantes de Letras contra a tentativa de afastamento de carácter político e não científico levada a cabo contra dois catedráticos e enunciadas algumas iniciativas concretas dos deputados da JCP no Parlamento.

A este respeito foi referida a apresentação logo no primeiro dia de trabalhos pelo Grupo Parlamentar do PCP de vários pro-

jectos de lei, entre os quais se contam um de atribuição de um subsídio para os jovens candidatos ao primeiro emprego e um outro de alargamento do apoio social aos estudantes, estando neste momento previstas outras iniciativas legislativas com vista à resolução das graves situações existentes.

Aumentam dificuldades

Depois de alertarem para os problemas crescentes que afectam o secundário — degradação do parque escolar e superlotação, problemas com a colocação de professores, desarticulação dos programas como realidade e o meio, aumentos brutais dos preços dos livros e transportes, etc. — os dirigentes da JCP presentes na conferência de imprensa salientaram que este pa-

norama resulta do prosseguimento de uma política hostil aos interesses da juventude e dos estudantes e do País.

Fundamentando esta afirmação recordaram que, por exemplo, o programa do Governo apresentado na Assembleia da República não contém uma linha no que se refere a matérias como o analfabetismo, o combate ao insucesso escolar, o apoio

social aos estudantes ou à gestão das escolas.

O reforço da actividade da JCP e o aprofundamento da sua ligação aos diversos sectores do movimento juvenil bem como a sua crescente participação nas grandes batalhas políticas, foram ainda destacados pela JCP cujos efectivos aumentaram significativamente no último ano, após a realização do seu Congresso.

Campanhas de solidariedade

Entre as decisões aprovadas pela Direcção Nacional da Juventude Comunista na sua última reunião contam-se o lançamento de duas campanhas de solidariedade, uma com a Nicarágua e outra com a luta do povo da África do Sul.

A campanha nacional de solidariedade com a Nicarágua sandinista decorrerá durante o próximo ano subordinada ao lema «Nicarágua deve sobreviver», estando também prevista a participação de um representante da JCP na Brigada Juvenil Internacional para a colheita do café

naquele país da América Latina.

Quanto à África do Sul a campanha incidirá numa recolha de assinaturas e em diversas outras iniciativas de solidariedade que decorrerão sob o lema «Liberdade para Nelson Mandela, solidariedade com o ANC».

Para assinalar o Ano Internacional da Paz os jovens comunistas decidiram que a primeira grande iniciativa promovida pela sua organização fosse a realização no início de 1986 de uma Assembleia de Debate descentralizada a vários pontos do País.

10 reclamações urgentes

Entendendo que existem muitas e variadas razões para «aglutinar as vontades dos jovens, unir as suas energias e dinamizar a sua acção» contra o prosseguimento de uma política que agravou o desemprego e as condições de estudo e de vida, a JCP apresentou um apelo dirigido à juventude contendo dez reclamações urgentes cuja satisfação permitirá resolver alguns dos problemas e preocupações mais sentidos pelos jovens portugueses:

- A atribuição de subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego;
- O aumento dos apoios sociais aos estudantes dos diferentes graus de ensino;
- A atribuição de mais verbas para a Educação;
- A aprovação de um Plano Nacional de Habitação que dê início à satisfação das necessidades juvenis nesta área;
- O pagamento do salário mínimo a todos os jovens trabalhadores com 18 anos ou mais, sem prejuízo de a trabalho igual ser devido salário igual;
- A eliminação das vias discriminatórias no acesso à Universidade;
- O lançamento de um programa de aprendizagem e Formação Profissional;
- Um programa de construção, reparação e reequipamento de instalações escolares;
- A dignificação do SMO e a melhoria das suas condições de prestação;
- O impedimento à utilização do território nacional, como instrumento dos planos belicistas dos EUA, nomeadamente do seu projecto de militarização do Espaço.

PCP

Ângelo Veloso

Os democratas têm larga experiência

— não oferecem de bandeja a vitória a um candidato de direita, seja Soares ou Freitas

A convergência de apoios e de votos num candidato democrático é essencial logo na primeira volta. É preciso que ninguém embarque na ilusão de que os democratas poderiam, sem grande risco, dispersar-se nas suas opções individuais e nos seus votos na primeira volta. Uma ampla convergência poderia, inclusivamente, dispensar uma segunda volta.



Ângelo Veloso em iniciativas realizadas em Lisboa e Vila Franca de Xira:

Uma certeza: «Reafirmo que contribuirei até ao limite das minhas possibilidades para que as forças democráticas convirjam num candidato único da democracia».

Um alerta: Para as candidaturas de direita (Freitas e Soares), a única perspectiva de uma vitória nas Presidenciais assenta na «esperança em que os democratas se deixassem desorientar e perturbar».

Uma confiança firme: «Os trabalhadores e os democratas certamente se guiarão, nas suas opções finais, pelo critério decisivo do caminho mais seguro e certo para garantir a vitória e a eleição de um candidato da democracia».

Uma posição de princípio: «Não podemos aceitar que em relação às eleições presidenciais haja quem procure meter todos os partidos no mesmo saco».

As palavras são de Ângelo Veloso, candidato do PCP às eleições presidenciais, e foram proferidas na última segunda-feira no decorrer dum encontro realizado no Centro Vitória, em Lisboa, com intelectuais comunistas.

Recordando que «o único critério certo e seguro para a vitória democrática nas Presidenciais é o consenso de apoios e convergência de votos num único candidato», Ângelo Veloso acentuou que «é nessa base que os democratas devem optar e unir-se».

O dirigente do PCP salientou noutra passagem da sua intervenção que «o resultado das eleições presidenciais marcará a evolução da situação política portuguesa nos próximos anos», acrescentando:

«Como é natural e inevitável, nenhum partido se alheou destas eleições».

«Não podemos por isso aceitar que em relação às presidenciais haja quem procure meter todos os partidos no mesmo saco, quem absolutize as relações directas deste ou daquele candidato com o eleitorado, desprezando o peso e a influência dos partidos democráticos, e quem procure reservar apenas para alguns, independentes ou não, o exclusivo da isenção, espírito de missão e de serviço público».

«Como não se pode igualmente», concluiu A. Veloso, «aceitar que se queira estabelecer um falso antagonismo entre as posições e iniciativa dos partidos democráticos e a iniciativa e a vontade dos cidadãos».

Uma decisão que cabe ao PCP

Anteriormente, o candidato comunista esteve em Vila Franca de Xira onde reafirmou a contribuição, até ao limite das suas possibilidades, «para que as forças democráticas convirjam num candidato único da democracia e só em caso extremo irei até às urnas», acrescentando de imediato: «Mas só à minha candidatura, só ao PCP cabe decidir se desisto ou, e se desistir, quando. Ninguém pense antecipar ou impor ao PCP uma decisão que só ao PCP compete».

Recordando os objectivos da candidatura apresentada pelo PCP, Ângelo Veloso afirmou na sessão de Vila Franca de Xira:

«Vamos intervir activamente no debate político sobre as funções e o papel do futuro Presidente da República na construção da alternativa democrática de que o País precisa, na defesa do regime democrático-constitu-

cional. A candidatura do PCP desempenhará também um activo papel na caracterização das restantes candidaturas, alertando para os perigos das candidaturas de Mário Soares e Freitas do Amaral — candidaturas de desastre para a democracia e o País — e também para a necessidade de um consenso para a vitória de um candidato da democracia. São estes os nossos objectivos», concluiu o dirigente comunista.

A «esperança» de Soares e Freitas

Que representam, de facto, as candidaturas de Freitas do Amaral e de Mário Soares? Ora, não falando por agora dos seus apoios partidários, ou melhor de direcções partidárias, atente-se no claro esclarecimento de Ângelo Veloso:

«A direita e os seus candidatos têm perfeita consciência de que, em condições normais, não conseguirão mobilizar os votos necessários para conquistar a Presidência da República. «A única esperança de uma vitória nas Presidenciais assenta, portanto, não nas suas próprias forças e nos seus votos potenciais, mas na esperança que depositam em que os democratas se deixassem desorientar e perturbar, se dividissem nas suas opções e nos seus votos e, por esse caminho insensato, oferecessem de bandeja a vitória a um candidato da direita».

«É isso que explica que, do lado das candidaturas de direita, estejam sendo lançadas tantas operações de intriga, intoxicação e diversão e tantas manobras para criar situações de tensão e crispação entre democratas».

O caminho mais seguro

E acrescentou Ângelo Veloso: «Confiamos inteiramente que tais operações e manobras estarão condenadas ao fracasso. Não serão os democratas que se deixarão desorientar. São os candidatos da direita que já estão desorientados e desesperados. Os democratas portugueses têm uma larga experiência. Não se deixarão cair em armadilhas montadas pela direita».

«Exactamente porque estão firmemente com o regime democrático e porque têm boa consciência da importância nacional de derrotar os candidatos da direita, é que os trabalhadores e democratas certamente se guiarão, nas suas opções finais, pelo critério decisivo do caminho mais seguro e mais certo para garantir a vitória e a eleição de um candidato da democracia».

CT da DORS

Mercados de Natal dão um «empurrão»

Com várias organizações a aproximarem-se das respectivas metas, como as concelhias de Palmela, Sines e Seixal, e com um balanço global que já aponta para os 28 mil contos, a campanha de recolha de fundos que prossegue na região de Setúbal para a construção do novo Centro de Trabalho do PCP na capital do Sado, conhece agora nestas semanas um conjunto de iniciativas especiais integradas na quadra de Natal.

Além do sorteio de cabazes, estão a ser preparados mercados natalícios em várias organizações concelhias, que funcionarão nos CT's do Partido e onde encontraremos a preços convidativos uma vasta colecção de roupas, peles, frutos secos, estanhos, brinquedos, pratos, mantas de Minde, bonecos de peluche, bebidas, mobília, bijuteria, máquinas de calcular, esferográficas, calçado de criança, artesanato, electrodomésticos, azeite, grão, feijão, ferramentas, bicicletas, cosméticos, mel, vidraria, etc. Sobre estes mercados de Natal daremos proximamente mais informação.

Palmela confirma-se na dianteira da campanha, aproximando-se rapidamente dos 100 por cento da sua meta.

No princípio de Dezembro estará em circulação a 4.ª Folha Informativa da campanha.

Delegação do PCP visita a RDA

De 12 a 18 de Novembro deslocou-se à República Democrática Alemã um grupo de estudo do PCP sobre desporto.

A delegação — composta por camaradas que trabalham na actividade desportiva em autarquias, escolas e clubes — teve oportunidade de tomar contacto com a estrutura organizativa do desporto na RDA a nível nacional e da província de Karl Marx-Stadt.

Para tal teve encontros a vários níveis, nomeadamente com os responsáveis pelo Departamento do Desporto junto do CC do Comité Provincial de Karl Marx-Stadt do Partido Socialista Unificado da Alemanha, bem como com os Presidentes e Vice-Presidentes do Comité Provincial de Karl-Marx-Stadt da DTSB (organização desportiva

da RDA); a delegação encontrou-se ainda com os vice-presidentes e outros responsáveis das Câmaras de Karl Marx Stadt e Zwickau, com a reitoria e corpo docente das Escolas Superiores de Desporto e de Pedagogia, respectivamente, de Leipzig e Zwickau, de dirigentes e activistas de vários clubes e complexos desportivos onde funcionam clubes do Desporto de Massas e Centros de Treino do Desporto de Alta Competição; e, ainda, com Professores de Educação Física e alunos das Escolas Superiores visitadas, treinadores e atletas de Alta Competição.

Nos encontros realizados, que decorreram em ambiente de grande camaradagem, foi obtida uma ampla e útil informação acerca da política da RDA em matéria desportiva.

A 8 de Dezembro «Corrida da Unidade» no Beato

No próximo dia 8 de Dezembro a freguesia lisboeta do Beato assistirá a uma jornada de atletismo promovida pela Aliança Povo Unido. «Corrida da Unidade», assim se chama esta iniciativa aberta a todos os escalões etários de ambos os sexos e cujas inscrições funcionam na Av. da Liberdade, 170 e na Calç. do Gastão, 15, 1.º, Esq., em Lisboa.

A «Corrida da Unidade», que promete bons momentos de convívio, com uma animação diferente na conhecida freguesia da capital, está assim organizada:

Prova 1 — juniores/seniores, partida na Calç. da Picheleira, junto ao Império Clube de Portugal;

Prova 2 — juvenis, partida da Quinta do Ourives, na Rua Tomás de Melo Breyner, em frente à Escola Preparatória Luís António Verney;

Prova 3 — veteranos, partida do Largo Madre de Deus, junto à mata;

Prova 4 — iniciados, partida do Largo Madre de Deus;

Prova 5 — infantis, partida do Largo do Beato, junto aos Bombeiros.

A «Corrida da Unidade» inicia-se às 10 horas e tem a sua meta

instalada na Junta de Freguesia do Beato, em Xabregas.

Quanto a prémios, a organização entregará taças às três primeiras equipas na classificação colectiva (pontuações dos 10 primeiros atletas no conjunto dos escalões etários). A equipa melhor classificada em cada escalão receberá também uma taça. A título individual, há medalhas até ao 5.º classificado em cada escalão etário.

Para mais informações, os interessados podem dirigir-se às moradas já indicadas ou então através dos telefones 53 21 61 / 4 ou 38 32 57. As inscrições funcionam até às zero horas do dia 6 de Dezembro nos locais mencionados ou até uma hora antes do início das provas, no local.

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

1985 · AUTARQUIAS
**trabalho
honestidade
competência**

APU



POVO UNIDO
**experiência
uma obra que se vê!**

**Reforçar a APU
consolidar
o Poder Local
Democrático**

à VENDA

Poder Local

Cascais à espera da Câmara APU

Em conferência de Imprensa, a APU de Cascais apresentou a semana passada as suas propostas para um plano de emergência a aplicar no Concelho e a implementar de imediato, caso conquiste o município nas próximas eleições autárquicas (e está, há anos, há beira de o conseguir, como segunda força mais importante do Concelho, que é). Presentes os actuais vereadores da APU e os cabeças de lista às próximas eleições, que, entretanto, desenvolveram contudentes críticas à administração ainda vigente, chefiada pelo PPD/PSD e apoiada, de facto, pelo PS e CDS.

Num documento cuidadosamente elaborado, a APU de Cascais analisa, sucessivamente, a actividade na Câmara neste último mandato, o seu plano trienal, a questão do autódromo do Estoril, os problemas decorrentes das cheias de 1983 e a situação económico-financeira da Câmara/SMAS, abrindo, finalmente, para as **Medidas de Intervenção Urgentes Propostas pela APU**.

Quanto ao balanço da actividade da Câmara no último mandato, este pode encontrar-se, abundantemente ilustrado, na análise do plano trienal proposto e aprovado pelo executivo PPD e seus aliados no início do mandato e assumido como compromisso face ao eleitorado. Esmiuchando, pelouro a pelouro, o que foi prometido e aprovado e o que, realmente se efectivou, a

APU de Cascais pôs a nu a impressionante incompetência do executivo chefiado por Helena Roseta. Não temos espaço para transcrever tudo — tantas foram as promessas — mas é necessário dizer que a gestão PPD/PSD fez **91 (noventa e uma) promessas**, devidamente ratificadas pela Câmara com os votos amigos do PS e do CDS nas áreas do ensino, cultura e desporto, acção social, saúde, habitação e urbanismo, saneamento, abastecimento de água, turismo, comunicação e transportes, defesa do ambiente, modernização e métodos de gestão — **não cumprindo qualquer delas** e dando apenas resposta, muito parcelar, a **sete**, que vale a pena transcrever:

Prometidas 11 escolas pré-primárias: feitas **uma** e postas a concurso três; prometida a supe-

ração das barreiras arquitectónicas no Concelho: concretizado apenas na vila de Cascais; prometida a atribuição de terrenos para auto-construção: concretizados apenas 28 na Madorna, e a gente que não tem dinheiro para comprar um tijolo, quanto mais fazer uma casa; prometido o realojamento das vítimas das cheias: só metade o conseguiu; prometido o saneamento da Costa do Estoril (concurso público a abrir em Agosto deste ano, segundo o ministro Rosado Correia): abriu concurso em finais de Outubro, só para colocação de colectores; prometida a cobertura do Concelho com contentorização hermética: só feita em Cascais; prometida a construção de sete estações elevatórias: **adjudicada uma**.

É preciso deitar mão ao descalabro

Voltamos a dizer que estas foram as **sete** promessas, das 91 feitas aos munícipes, que viram a luz do sol, embora muito nublada, coitadinha... O resto foi paisagem (a degradar-se aceleradamente, de resto).



Cascais: De 91 promessas da gestão PPD, concretizaram-se sete... a meio gás

Quando ao autódromo do Estoril — um mamute nebuloso que ainda há-de pôr a correr muito mais tinta — basta dizer que a Câmara esbanjou nesta infra-estrutura clandestina qualquer coisa como 360 000 contos, verba

que, ao arrepio da lei, não foi controlada pela Câmara (como era da sua competência), tendo a presidente da Câmara confessado em Assembleia Municipal que «perdi o controlo dos dinheiros gastos — houve informações falsas dos serviços»!!! Quanto à expropriação prometida pelo PPD, nada. Deste modo a APU «propôs na sessão da AM de 29/10/85 que a ocupação de terrenos municipais (pelo autódromo), as dívidas da empresa para com o CMC e o Estado e a forma como foram gastos os dinheiros no autódromo, fossem objecto de análise pela Alta Autoridade Contra a Corrupção, proposta que veio a ser aprovada com 4 votos de abstenção, por parte do CDS».

O problema das cheias está tão mal resolvido que, dois anos depois, continuam por realojar metade dos sinistrados. Medidas de prevenção face a novas ca-

tástrofes, nenhuma. E em relação à situação económico-financeira da Câmara/SMAS, basta dizer que está hipotecada, durante um ano, a gestão da futura Câmara, tal foi o desregramento económico e o descalabro financeiro (as dívidas totalizam 436 218 contos — quase meio milhão!).

Quanto às medidas de intervenção urgente propostas pela APU (complementadas por outras de médio prazo), são exequíveis, além de inadiáveis e contemplam as seguintes áreas: habitação e urbanismo, bairros clandestinos, saneamento, salubridade e ecologia, cultura, desporto e tempos livres, transportes, planeamento e trânsito, rede viária (estradas, caminhos e arruamentos), ensino e educação, alfabetização, juventude, acção social, apoio à 3.ª idade, saúde, serviços municipais, mercados e abastecimento público, segurança pública e turismo.

Coimbra

Um convívio que reuniu cerca de 200 pessoas na freguesia de **Almedina** foi uma das múltiplas iniciativas realizadas nos últimos dias pela APU na zona de **Coimbra**, no âmbito da pré-campanha em curso para as eleições autárquicas de 15 de Dezembro. À semelhança do que vem acontecendo nas outras regiões do País, a APU apresenta ao povo do distrito de Coimbra os seus candidatos aos órgãos locais, divulga as suas propostas de acção, aponta o que está mal na gestão actual das autarquias, propõe soluções e programas justos e adequados. Tudo isto num esforço que mobiliza muitos activistas e candidatos, membros do PCP e do MDP/CDE e de inúmeros democratas independentes que constituem igualmente as listas da APU.

Na freguesia de **Almedina**, além do convívio que incluiu a projecção de filmes infantis e de um vídeo sobre o concelho de Coimbra, houve uma prova desportiva (a Volta à Alta) com meia centena de atletas. Os candidatos da APU esclareceram e dialogaram com os 70 camaradas e amigos que estiveram no magusto efectuado em **Santa Clara**, no Bordalo. Animação foi também palavra de ordem em **Antuzede**, onde um torneio masculino e feminino de futebol reuniu 70 jogadores. No convívio aí realizado estiveram presentes candidatos à JF local, à Câmara e Assembleia Municipais.

Outras freguesias do concelho de Coimbra, como **São**

João do Campo e **São Martinho do Bispo** receberam há dias idênticas acções de convívio e de esclarecimento, com a participação dos candidatos à presidência das respectivas Juntas.

Em **Loureiro**, na freguesia de **Cernache** e em **Palheira** na freguesia de **Assafarge** as iniciativas da APU incluíram a passagem de um filme e a intervenção do Sobral Henriques. No Centro de Trabalho do PCP em **Coimbra** passou o vídeo APU sobre o concelho.

Do distrito de Coimbra surgem notícias de muitas acções recentes da Aliança Povo Unido. Aqui ficam algumas: na feira de **Polares** distribuiu-se o jornal APU; em **Lorvão** decorreu um encontro de todos os candidatos locais; na **Lousã** realizou-se uma reunião concelhia de candidatos; em **Coja**, no concelho de **Arganil**, em **Eiras**, no concelho de Coimbra e na **Figueira da Foz** foi distribuído o jornal APU.

De salientar ainda o conjunto de iniciativas realizadas em **Montemor-o-Velho**.

Açores

Durante toda a semana passada realizou-se, na Região Autónoma dos Açores, uma intensa actividade pré-eleitoral da APU, tendo em vista as próximas eleições autárquicas de 15 de Dezembro. A realização de dezenas de reuniões das listas APU, em todas as ilhas, para preparação dos programas e discussão da campanha eleitoral, constituem um importante passo mobilizador dos candidatos apoiantes e activistas da APU.

Para além dessa dezena de reuniões, há a assinalar as iniciativas de maior amplitude, nomeadamente:

— A reunião concelhia de candidatos da Madalena do Pico, que se realizou na Candelaria, no passado dia 17.

— A reunião conjunta das listas para a Câmara e Assembleia Municipal da Horta, realizada no passado dia 17 e que definiu, como objectivo central a atingir no concelho da Horta, a eleição de um vereador à Câmara. Participaram nessa reunião José Decq Mota, responsável da DORAA e Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP.

— A reunião de candidatos e apoiantes da APU da ilha do Pico, realizada no recém-aberto Centro de Trabalho do PCP no Cais do Pico e que reuniu mais de seis dezenas de participantes. Esta iniciativa contou também com a participação dos dirigentes do PCP Decq Mota e Blanqui Teixeira.

— O debate político aberto, realizado no Centro de Trabalho de Angra do Heroísmo no passado dia 22 que contou também com a participação de Decq Mota e Blanqui Teixeira.

— O encontro de candidatos APU da ilha de S. Miguel, com representantes das 53 listas APU apresentadas naquela ilha e que definiu a orientação para a próxima campanha eleitoral.

— O encontro de candidatos e activistas da APU de S. Roque do Pico realizado no salão paroquial de S. António em 24/11 e que definiu, como objectivo central da APU, naquele Concelho, a eleição de um vereador à Câmara.



Açores

Listas: soma e segue!

Prestar contas às populações do andamento dos trabalhos, do que já foi realizado e falta realizar, do que se pretende, globalmente, para as regiões respectivas, de como se processam as contas, os planos e os estilos de trabalho, assim como os apelos à participação popular, é um acto de transparência e dinamismo, rotineiro em qualquer autarquia APU. E que não constitui apenas uma maneira de estar no Poder Local: transformou-se, há muito, num estilo de actuação que todos reconhecem e onde alguns vêm, já, a matriz da sua própria actuação.

Junta-se-lhe, agora, nesta época de pré-campanha eleitoral, a necessidade de apresentar listas e programas aos munícipes, de aproveitar o contacto rotineiro com as populações para falar do futuro em termos que passam, também, por questões eleitorais. Continuam a ser diários, em todo o País, esses encontros entre eleitos e eleitores,

promovidos pela APU. Dada a manifesta falta de espaço, continuamos a referir-nos, muito por alto, a algumas iniciativas das que, entretanto, vamos tendo notícia, na Redacção.

Assim, no distrito de Santa-rém, a APU já apresentou às populações as listas e os programas para os concelhos da **Chamusca**, de **Constância**, de **Vila Nova de Ourém**, de **Salvaterra de Magos**, de **Alparça** (entre outros) e para as Assembleias de Freguesia de **Malhou**, **Louriceira**, **Vila Moreira**, **Santiago e Minde** (entre muitas outras também, evidentemente).

No distrito de Coimbra avançaram-se igualmente com a apresentação de listas e programas nas (entre outras) freguesias de **Almalaguês**, **Tavelro**, **Almedina**, **S. Martinho do Bispo**, **Eiras**, **Casals-Redonda** e **Balro de Santa Apolónia**. De referir ainda, no escasso espaço que resta, a apresentação das listas de candidatos APU no concelho de **Ferreira do Alentejo**.

LIGAÇÃO ESCOLA-MEIO

Em Setúbal, um exemplo que abre perspectivas

A ligação escola-meio e o exemplo concreto do Museu de Setúbal instalado no antigo Convento de Jesus é o tema proposto nesta página dedicada à juventude. Para a semana voltaremos com outro assunto.

Ao pensarmos na **Escola** como a mais responsável instituição pelo processo de socialização que envolve o indivíduo durante toda a sua vida, correcto será associá-la àquilo que é a transmissão de cultura e de culturas, troca de experiência, participação, início (e desenvolvimento) da integração do indivíduo na sociedade. Enfim, a **acção**, a **vida**.

A **Escola** deveria ser um primeiro **contacto**, no plano socio-cultural, para além da família: o contacto com o mundo exterior, o início da participação na vida do **meio**, extrafamiliar. Deveria ser o arranque para a gradual integração na realidade socioeconómica e cultural.

Ao mesmo tempo que seria o transmissor de toda uma série de conhecimentos didácticos, a **Escola** seria também o mais fiel retrato da complexa estrutura que é a sociedade em que vivemos. Reflectiria os mais profundos laços com o meio em que se insere, com tudo aquilo que é característico desse mesmo meio, fazendo dele objecto de estudo, compreensão e uso.

Uma instituição fechada

Se, entretanto, olharmos à nossa volta, tudo o que atrás descrevemos não passa infelizmente de uma interpretação sem aplicação concreta dessa que é uma das mais importantes instituições — a **Escola**.

Se pensarmos na **Escola** como um **todo**, se nos interrogarmos sobre o número de alunos que **conhece** (no seu sentido mais lato) o meio que o rodeia, seja a aldeia, a vila, a cidade, o País, se pensarmos no fraco grau de participação da generalidade dos estudantes dos mais diversos níveis de ensino na vida real que o enquadra; se pensarmos ainda nas imagens pouco nítidas que vastos sectores juvenis têm da realidade cultural, económica e política — chegaremos rapidamente à conclusão de que a **Escola** acaba por ser uma **Instituição fechada em si mesma**.

Procurar as causas deste «fenómeno» levar-nos-ia bastante longe, apontando uma lista de motivos que exigem necessariamente uma análise e uma «desmontagem» rigorosa. Poderíamos falar dos programas escolares demasiado longos, estandarizados, que não permitem uma relação com a «vida». Poderíamos falar da má exploração e aproveitamento dos programas, invalidando assim a relação com fenómenos da nossa cultura.

Poderíamos ainda falar (ou pelo menos pôr a questão com vivacidade) do «conservadorismo» que impede a saída da sala de aula, que obriga ao «discur-

so» pesado dentro das quatro paredes, que impede a exploração de novas práticas pedagógicas, em íntima ligação com a realidade, num ensino dinâmico, aberto às experiências que vivem do lado de fora da escola. Experiências tantas vezes riquíssimas de actualidade e de valor, tão necessárias para a completa formação do jovem — formação integral, aliando a teoria à prática, juntando com coerência os ensinamentos retratados nos compêndios aos ensinamentos do convívio social, da acção em grupo, da intervenção na vida das localidades.

E vamos mais longe: exactamente devido a essas situações encontramos hoje em dia sérios «concorrentes» da **Escola** e esta, para se manter em plena forma, no cumprimento das suas funções, terá que tornar-se verdadeiramente aliciente, para combater ou para se relacionar da melhor maneira com as fontes dessa concorrência. Que pode partir de meios de alienação (daí o combate). Ou de estruturas e meios de difusão da cultura, nas suas mais variadas expressões, do desporto, dos tempos livres bem conduzidos e orientados (daí a necessidade de interligação da escola).

Ligação entre as escolas e a intensa vida do Museu

O exemplo que aqui trazemos de instituição extra-escola que, no entanto, mantém uma relação estreita com ela, é o **Museu de Setúbal**, instalado no extinto Convento de Jesus e que se encontra sob gestão camarária desde 1977.

O Museu contactou todas as escolas primárias, preparatórias e secundárias do concelho, divulgando o conjunto das suas actividades e do seu programa de animação, e naturalmente do seu espólio. Certificando-se do seu interesse, as próprias escolas e também vários professores a título individual procuraram o Museu e em inúmeros casos procuraram conciliar os seus programas lectivos com a riqueza e os meios que o Museu coloca ao seu dispor.

«Educação pela Arte» é o lema subjacente das práticas desenvolvidas pelo Museu em prol do estudante, adaptando-as aos diferentes graus de ensino, numa certeza de que assim «apostamos em criar o público de amanhã».

Transportes assegurados pela Câmara Municipal

Em flagrante contraste com a imagem do Museu sem vida, se-

miencerrado, o Museu de Setúbal é alvo de frequentes visitas de estudo provenientes de escolas de todos os pontos do concelho. Quando se trata de estabelecimentos localizados fora da cidade, a Câmara Municipal assegura o transporte dos alunos.

São visitas devidamente preparadas e organizadas, com um programa perfeitamente adaptado aos objectivos definidos nas aulas. Uma visita preparada na aula de História, por exemplo, terá uma programação diferente da aula de Filosofia ou de Educação Visual. E como nos assegura uma das responsáveis do Museu, o espaço cultural do antigo Convento de Jesus tem programas preparados para o ensino preparatório e secundário durante todo o ano escolar. Ao material exposto, evidentemente explicado e enquadrado nas matérias, alia-se com frequência a dinamização com iniciativas especiais, caso da colecção de 56 fantoches que num espectáculo bem idealizado conta a História de Portugal desde os seus primórdios até à Revolução de Abril de 1974.

Conquistar a escola e os professores

Preocupado com a «formação» do jovem estudante e com a mobilização do seu interesse para os aspectos culturais que ali pode encontrar, o Museu de Setúbal, não esquece o professor.

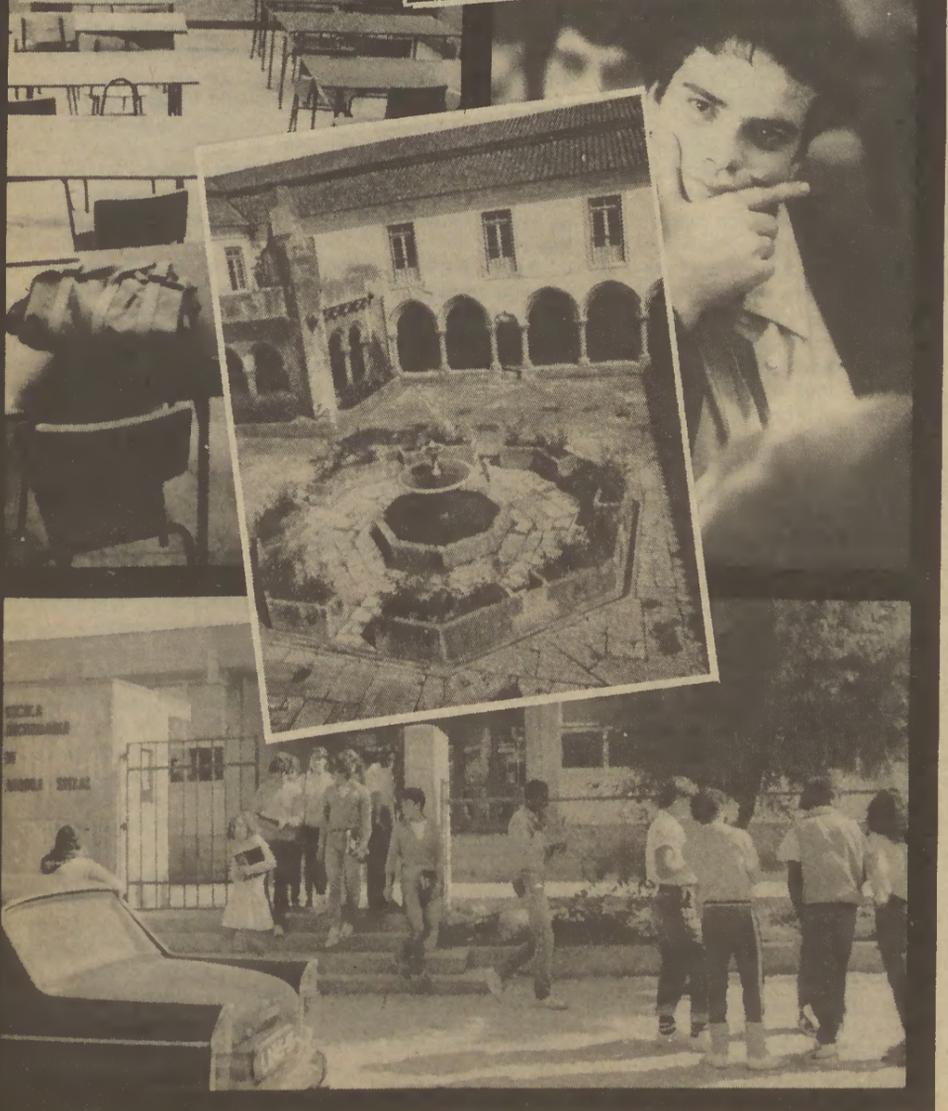
Tendo em vista o aproveitamento pleno das potencialidades do Museu e do trabalho pedagógico, existe de facto um programa de diálogo e de enriquecimento informativo dos professores. O Museu fornece ao aluno uma nova motivação. Mas todo o aproveitamento pedagógico terá de ser conduzido pelo professor.

Ao longo dos **ateliers** do Museu e no seu contacto com os vestígios artísticos e as peças valiosas do património cultural que ali se encontram, o estudante — a criança, o jovem — relaciona o que ali vê «ao vivo» com o objecto do seu estudo. E, sala após sala, faz verdadeiras «descobertas»... a começar pelo espólio arquivístico da Confraria da Anunciada e da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. A reconstrução de um ambiente da segunda metade do século XVIII, primeiro terço do século XIX, em Setúbal; a pintura contemporânea e a pintura portuguesa do século XVI; a galeria de exposições temporárias; e as iniciativas de dinamização do Museu são alguns dos motivos que suscitam o vivo interesse dos alunos que ali se deslocam.

Em Setúbal, vive a ampliação de um exemplo que deve ser seguido em todo o lado: há que usar os museus como instrumentos vivos de educação; não devemos deixar que as peças apodreçam aguardando as visitas!



JUVENTUDE
INTERVIR
PARA MUDAR



Internacional

BRASIL

Fantasma do populismo assombra a democracia

As eleições municipais brasileiras realizadas no passado dia 15 constituíram, a vários níveis, um importante acontecimento político que veio colocar de novo no centro das atenções um dos mais sérios problemas que enfrenta a democracia no Brasil: a unidade necessária das forças progressistas indispensável para barrar o caminho ao renascimento da direita responsável por mais de vinte anos de ditadura militar.

De assinalar, em primeiro lugar, o facto de pela primeira vez em vinte anos os brasileiros terem exercido o direito de voto directo nos municípios das capitais estaduais anteriormente considerados «áreas de segurança nacional», onde, por isso mesmo, não se elegiam os representantes municipais. Iguamente relevante o facto de nestas eleições, em que estavam inscritos 19 milhões de eleitores, terem participado pela primeira vez (e independentemente do que a sua existência significa) cerca de 100 mil analfabetos.

No que se refere aos resultados, a grande vitória coube ao PMDB em 18 das 23 capitais de estados e em mais de uma centena dos duzentos municípios em disputa. Esta vitória sem dúvida impressionante foi contudo ensombrada pela inesperada vitória do ex-presidente Jânio Quadros, em São Paulo, apoiado por notórias figuras do capitalismo mais reaccionário do Brasil.

É justamente a vitória de Jânio Quadros, em São Paulo, estado com uma importância políti-

ca e económica por demais reconhecida, que introduz o elemento perturbador destas eleições, ainda que se trate da única vitória expressiva da direita.

Com cerca de 12 milhões de habitantes e perto de cinco milhões de eleitores, São Paulo é o maior centro industrial do Brasil, para cujo produto interno bruto (PIB) contribui em cerca de 50 por cento. Não é por acaso que a vitória neste estado é considerada como um verdadeiro trampolim para as eleições presidenciais de 1988 (as primeiras directas) e um teste para as eleições para governadores e para a Assembleia Nacional Constituinte, em Novembro do próximo ano.

A questão que se coloca é saber como foi possível a vitória de Jânio Quadros, afastado da cena política desde que se demitiu da Presidência do Brasil no princípio da década de 60, numa manobra que visava a sua recondução incontestada no cargo e que resultou no abrir das portas à ditadura militar.

Pelas informações que che-



Brasil, país de contrastes onde o desejo de mudança é cada vez maior

gam, a estratégia de Jânio Quadros não mudou substancialmente desde então. Continua com o mesmo discurso anticomunista, com os apelos à ordem e à segurança, personificando um populismo que deu e continua a dar os seus frutos.

A seu favor, Quadros teve a aliança da direita paulista para quem foi o único candidato e, o que porventura foi ainda mais determinante, a divisão da esquerda representada pelo PMDB. De salientar ainda a amálgama que representa o eleitorado paulista, com 50 por cento de jovens que votavam pela primeira vez e com uma massa despolitizada formada por uma população de flagelados pelas secas, pelas cheias, pelas fo-

mes, pela miséria mais absoluta, que encontram em São Paulo a oportunidade de comer todos os dias. Uma população, enfim, permeável ao populismo de Jânio Quadros.

Um alerta para o futuro

Uma das conclusões que parece ser lícito tirar destas eleições é que o PMDB perdeu nas capitais estaduais onde as suas divisões internas mais se fizeram sentir. Foi o caso de São Paulo, onde a escolha do senador Fernando Henrique Cardoso, se traduziu uma solução de consenso, não significou uma solução convincente; foi o caso no Rio de Janeiro, onde o candidato mais votado, o senador Roberto Saturnino, é um ex-membro do PMDB, agora ligado ao PDT de Leonel Brizola; o mesmo sucedeu em Porto Alegre; em Fortaleza, a vencedora foi Maria Luíza Fontenelle, também ex-membro do PMDB, agora aliada ao PT do conhecido sindicalista «Lula».

No entanto, e no caso específico de São Paulo, importa não perder de vista que a vantagem de Jânio Quadros não chegou aos duzentos mil votos, o que pode significar que um sério empenhamento das forças progressistas em torno de um projecto comum e de candidaturas comuns pode levar à vitória da democracia nos próximos actos eleitorais.

O caminho a percorrer até lá não será de modo algum fácil; para além dos problemas inerentes à crise económica, o Brasil terá de enfrentar a preparação das eleições para a Assembleia Constituinte e uma previsível campanha liderada por Jânio Quadros e Leonel Brizola para a realização de eleições directas para a Presidência da República, a par de contestações de todo o tipo à composição e política do actual governo do presidente José Sarney.

Resta saber como as forças progressistas, designadamente o PMDB, farão, face a todo este processo que se esboça e que ameaça enfraquecer um processo democrático que está ainda longe de se ter consolidado. A vitória de Jânio Quadros é um alerta para os perigos que corre a democracia no Brasil. A vitória do PMDB a nível nacional é um exemplo de como a democracia pode ser defendida.

Desemprego na Europa

De acordo com recentes análises feitas por sindicatos e organizações de juventude dos países capitalistas, cerca de 18 milhões de jovens estão actualmente registados como desempregados nos Estados mais industrializados do ocidente.

Nos dez países membros da Comunidade Económica Europeia (CEE), em que não se inclui ainda Portugal e a Espanha, cerca de cinco milhões dos doze milhões e meio de desempregados oficialmente reconhecidos são jovens. Entre a população adulta a taxa de desemprego orça os 11,5%, enquanto entre os jovens é superior ao dobro daquele valor.

Na RFA, as previsões apontam para que cerca de 2,5 milhões de jovens, que terminam os seus cursos nos próximos quatro anos, não consigam encontrar emprego. Até ao ano 2000, os cerca de 3 milhões de finalistas do ensino superior terão apenas à sua disposição, na melhor das hipóteses, um milhão de postos de trabalho.

Estudos levados a cabo pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) mostram, por outro lado, que a situação dos jovens desempregados nos grandes centros dos EUA ou da Grã-Bretanha, em cujos bairros pobres vivem predominantemente negros, não difere substancialmente da dos jovens de muitos países da América Latina ou dos *gethos* da África do Sul.

Anti-semitismo nos EUA

Dez deputados soviéticos de origem judia divulgaram recentemente uma carta aberta aos membros do Congresso norte-americano, manifestando a sua profunda preocupação com a cada vez mais vasta disseminação do anti-semitismo nos EUA, onde vivem seis milhões de judeus.

De acordo com os dados oficiais divulgados nos próprios EUA, no curto espaço de um ano registaram-se assaltos a lojas de judeus em Nova Iorque, mais de 700 manifestações de anti-semitismo, actos de vandalismo, ataques contra organizações judias particulares, ameaças de vária ordem, violações, etc.

Sabemos, refere ainda a carta dos parlamentares soviéticos, que existem restrições discriminatórias inconfessadas para judeus americanos, que vão desde a proibição de residência em certos locais, a filiação em clubes, à frequência em certos estabelecimentos de ensino, até ao exercício de certas profissões.

Na sua carta, os deputados soviéticos convidam os membros do Congresso, o governo e o presidente dos EUA a tomar medidas eficazes para travar esta situação, que consideram indigna de uma sociedade civilizada.

Saúde em vez de «Trident»

«Saúde em vez de Trident» é o slogan de uma campanha pacifista desencadeada na Grã-Bretanha, como reacção à política armamentista do governo britânico que considera o dispêndio de 1,5 mil milhões de libras para a luta contra a miséria como um luxo inadmissível, ao mesmo tempo que não levanta qualquer objecção ao gasto de onze mil milhões de libras para o programa militar «Trident».

É impossível permanecer indiferente à ideia de que duas horas e meia de corrida aos armamentos custam tanto como todo o programa da erradicação da varíola à escala mundial, afirmou a propósito o professor americano Bernard Lown, presidente da Associação Internacional Médicos pela Prevenção da Guerra Nuclear, este ano laureada com o Prémio Nobel da Paz.

Recordando que em cada minuto morrem no mundo 30 crianças de fome e por falta de vacinação, enquanto no mesmo minuto se gastam em armamentos 1,3 milhões de dólares, Bernard Lown afirmou que a constatação desta realidade leva muitos médicos a juntarem-se à luta pela paz e ao movimento a que pertence, cujo objectivo é a divulgação de uma verdade muito simples: ninguém beneficia com a corrida aos armamentos e muito menos com a abertura do cosmos à guerra das estrelas.

Angola ameaçada

Vinte mil soldados apoiados por artilharia e por centenas de viaturas de desembarque e de assalto, assim como por 80 aviões e helicópteros, estão prontos para invadir Angola a partir de território da Namíbia, ilegalmente ocupada pelos sul-africanos — afirmou na semana passada um responsável das FAPLA no Lubango, capital do Huíla, no sul de Angola.

Segundo as informações divulgadas, a concentração de tropas sul-africanas é idêntica às que anteriormente antecederam invasões do território angolano, com o objectivo de impedir o avanço das FAPLA no combate e destruição das bases da Unita.

As autoridades angolanas já afirmaram que todos os meios disponíveis serão utilizados para rechazar o inimigo se as tropas de Pretória invadirem território angolano.

Recorda-se que esta nova tentativa de invasão de Angola surge pouco depois dos EUA e a Grã-Bretanha terem impedido, com o seu veto, a aprovação de uma resolução que impunha sanções obrigatórias à África do Sul pelo não acatamento das decisões da ONU no respeitante à independência da Namíbia.

Solidariedade com a Nicarágua

A Comissão Portuguesa de Solidariedade com a Nicarágua e pela Paz na América Central está a levar a cabo uma campanha de recolha de fundos, roupa, calçado e material escolar, desti-

nados às crianças daquele país tão duramente afectado pelo boicote económico e pelas agressões externas levadas a cabo pelo imperialismo norte-americano.

Criada na sequência da Conferência Internacional realizada em Lisboa em Maio de 1984, e que teve como objectivo esclarecer a opinião pública mundial sobre a situação política e social que se vive na Nicarágua, a Comissão Portuguesa tem vindo a desenvolver uma actividade que visa aliar o esclarecimento com a solidariedade.

O esclarecimento porque se torna cada vez mais necessário desmascarar as mentiras veiculadas por certos meios de informação e dirigentes políticos nacionais e estrangeiros que pretendem apresentar a Nicarágua como um país que põe em perigo a paz mundial e em particular a segurança do continente americano, nomeadamente dos Estados Unidos.

A solidariedade porque grandes são as dificuldades de um pequeno povo que para defender a sua liberdade tem de enfrentar o ataque cerrado do imperialismo.

É neste contexto que surge a actual campanha promovida pela Comissão Portuguesa, cuja sede provisória funciona na Rua de São Pedro de Alcântara, 63, 2.º, em Lisboa.

Os donativos devem ter em consideração que as roupas e calçado se destinam a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos de idade e, por outro lado, que a Nicarágua tem um clima quente, pelo que só poderão ser aceites roupas e calçado de Verão.

O material que a Comissão Portuguesa de Solidariedade com a Nicarágua se propõe recolher inclui bibes, calções, calças, saias, vestidos, meias, t-shirts, camisas, casacos de malha, sapatos, ténis, sandálias, peças de tecido, lápis, esferográficas, marcadores, lápis de cor, régua e esquadros, borrachas, afia-lápis, cadernos de todo o tipo, papel, tintas, pincéis, ardósias e giz.

Podem ainda ser feitos donativos em dinheiro, os quais deverão ser enviados para a conta bancária da campanha: Banco Totta e Açores — 14107259/001 (Av. Roma), cc — Alcina Sousa Bastos.



RECOLHA DE ROUPA, CALÇADO
E MATERIAL ESCOLAR

Internacional

CHILE

A ditadura mais perto do fim



O povo chileno viveu na passada semana um ponto alto da sua abnegada luta contra a ditadura de Pinochet que há doze anos mantém o país sob a mais feroz repressão. Cerca de um milhão de pessoas concentrou-se no centro da capital do país, Santiago do Chile, para exigir o fim do regime fascista e o retorno à democracia.

Convocada por todas as organizações políticas de oposição ao regime, desde a Aliança Democrática que reúne democratas-cristãos e sociais-democratas até ao Partido Comunista do Chile, passando pelas organizações armadas Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e Frente Patriótica Manuel Rodrigues (FPMR), a gigantesca manifestação constituiu uma impressionante resposta de massas às malogradas tentativas do regime para impor a sua legitimidade.

Cada vez mais isolado, contando apenas com o apoio da extrema-direita chilena, a nível interno, e do imperialismo norte-americano, a nível externo, o governo de Pinochet não conhece outra linguagem do que a do terrorismo de Estado para responder às exigências populares.

O aumento da repressão, que está a provocar sérios embaraços à administração Reagan sempre partidária de um regime autoritário mas de fachada liberal, não consegue evitar as manifestações de protestos.

A jornada de luta levada a cabo na quinta-feira é um exemplo elucidativo. Como significativo foi o discurso proferido na ocasião pelo presidente da Aliança Democrática e do Partido Democrata-Cristão, Gabriel Valdés, que acusou a ditadura de Pinochet de responsável pela gravíssima crise que afecta o país, ao mesmo tempo que exigiu a realização de eleições livres para a presidência e o parlamento e o afastamento da junta militar do poder.

Gabriel Valdés, que tem estado em destaque nos últimos tempos, poderia vir a ser a alter-

nativa de poder que os EUA tanto procuram para o Chile, desde que desse as necessárias garantias de que as mudanças de regime seriam mais de forma do que de conteúdo. Acontece no entanto que a luta de massas contra a ditadura atingiu já um ponto tal que, pese embora as divergências existentes nas soluções propostas pela várias forças políticas de oposição, é cada vez mais irrealista pensar que o povo chileno aceitará pacificamente uma mudança que deixe tudo quase na mesma.

A degradação das condições económicas, políticas, sociais e mesmo morais no Chile exige uma efectiva mudança de regime, o retorno à democracia plena com tudo o que isso implica. A unidade conseguida nas ruas contra Pinochet terá de ter a sua expressão na estrutura das alternativas de poder. Pinochet sabe-o e joga nas divisões da oposição para se manter, ainda que numa verdadeira corda bamba. Um passo mais na consolidação da unidade e o ditador terá o destino que merece.

Semana sangrenta na África do Sul

Se o assassinato pode ser transformado num acontecimento banal, a África do Sul há muito que entrou decisivamente no domínio da vulgaridade. Todos os dias a polícia e o exército racistas matam pessoas cuja aspiração primeira é a de conquistarem o direito à plena cidadania no seu próprio país. A semana de 17 a 24 de Novembro constitui um exemplo acabado disso; foi a semana mais sangrenta desde Junho passado, saldando-se segundo a versão oficial em pelo menos 50 mortos. A brutal repressão de manifestações pacíficas, como a realizada na cidade negra de Mamelodi nos arredores de Pretória, em que a população pede a retirada das forças policiais e autorização para enterrar em paz os seus mortos, provoca um número crescente de vítimas. Cada enterro provoca mais vítimas, e há cada vez mais enterros na África do Sul!



Até quando poderá durar uma situação como esta? A pergunta, que se coloca com uma acuidade crescente, está longe de ter uma resposta fácil. E no entanto muitos são os que na própria África do Sul sentem o terreno a fugir-lhes debaixo dos pés, mudando de trincheira enquanto é tempo ou pura e simplesmente fazendo as malas e partindo.

É o que está a suceder, com grande preocupação das autoridades de Pretória. O jornal pró-governamental «The Citizen», de Joanesburgo, publicou recentemente um artigo sob o sugestivo título «A África do Sul precisa de vós», em que lamentava o aumento das saídas de brancos do país.

O referido artigo sublinhava as preocupações com a estabilidade política e a debilidade económica, mas punha sobretudo a tónica no «receio de que a África do Sul siga o mesmo caminho da Rodésia, acabando por ficar com um governo de maioria negro marxista».

Os números de saídas, que as autoridades se recusam a confirmar, ultrapassam o número de entradas no país. Simultaneamente, e de acordo com um inquérito publicado por um outro

jornal oficioso, «Rapport», a maioria já não acredita no *apartheid*. Os entrevistados pronunciaram-se maioritariamente pela partilha do poder com os negros, ainda que se mostrem contrários à fórmula base da democracia «um homem, um voto».

São sem dúvida as condições internas de um regime moribundo que procura fugir da morte inevitável a todo o preço. Com a ajuda dos que com ele continuam a enriquecer.

Conivências de toda a espécie

São conhecidos os apoios políticos e económicos que os EUA e a Grã-Bretanha dispensam ao regime de Pretória e o peso determinante que têm na sua manutenção. Mas em boa verdade cabe afirmar que estão longe de ser os únicos, por mais encapitados que os restantes estejam.

Ainda recentemente o conselho Ecuménico das Igrejas (CEI) divulgou um relatório em que denuncia o envolvimento da neutral Suíça com o *apartheid* e, o que é talvez mais escandaloso, do próprio Vaticano.

Segundo o CEI a Suíça detém

o primeiro lugar no que se refere ao número de empréstimos à África do Sul, e a segunda posição mundial quanto ao montante desses empréstimos. A dívida total de Pretória aos cinco maiores bancos suíços passou de 382 milhões de francos em 1980 para 3 biliões e 24 milhões em fins de 1984, o que representa um aumento de oito vezes mais!

De referir que a dívida externa da África do Sul orça os 17 milhões de dólares.

A neutral Suíça, que é o segundo maior investidor na África do Sul, logo a seguir à Grã-Bretanha, não gosta particularmente de divulgar números sobre alguns dos seus mais importantes negócios com o regime de Pretória. É o caso do comércio de ouro e diamantes sul-africanos, que tem em Zurique a sua principal praça financeira; segundo os peritos, estima-se que tal negócio atinge os 2 biliões de dólares anuais...

Um valor que pesa muito na balança da neutralidade.

No que se refere ao Vaticano, de que seria de esperar uma total isenção, o relatório do CEI revela que participou na concessão de empréstimos a Pretória através da filial suíça do Instituto



África do Sul, a revolta concretiza-se todos os dias

para Obras Religiosas (IOR).

Segundo o relatório em questão, o IOR colaborou em 5 empréstimos num total de 172 milhões de dólares, através do Banco de Roma para a Suíça, em Lugano.

O IOR, afirma o Conselho Ecuménico das Igrejas, fez parte dos consórcios bancários que forneceram o empréstimo a três instituições públicas sul-africanas, designadamente à Câmara de Joanesburgo, aos serviços de transportes e à entidade reponsável pelos correios e telecomunicações.

Importa referir que sobre este delicado assunto um jornal do Vaticano se limitou a afirmar que não foi feito qualquer crédito directo ou indirecto ao governo da África do Sul, o que chama a atenção para a habilidade do desmentido já que os organismos contemplados com o empréstimo não são de facto o governo racista, embora sejam parte integrante do mesmo.

O que ninguém duvida hoje é que sem os apoios directos ou encobertos de Pretória o regime de *apartheid* estaria já liquidado. O que acresce a responsabilidade de todos os que com ele colaboram.

Jugoslávia, 40 anos

Neste fim de Novembro, os jugoslavos comemoraram uma data particularmente significativa da vida do seu país: o 40.º aniversário da proclamação da República. Em 29 de Novembro de 1945, em Belgrado, a Assembleia Constituinte, que acabara de ser eleita, proclama por unanimidade a República Federativa Popular da Jugoslávia. Era o culminar de uma árdua luta, contra o invasor nazi e os mais amplos sectores da burguesia, objectivamente aliados do ocupante, contra o movimento guerrilheiro, que se batia pela independência do país.

Apenas duas semanas após o início da agressão nazi-fascista ao país, o reino da Jugoslávia, criado em Versalhes no fim da primeira guerra mundial, capitulava. Foi a 6 de Abril de 1941. Ainda em Julho do mesmo ano, e sob a direcção do Partido Comunista, era lançado um movimento de insurreição popular generalizada.

Em Fevereiro de 1942 foram adoptados os primeiros decretos relativos à actividade e constituição dos comités de libertação nacional nos territórios libertados. No Outono desse mesmo ano, quando o território nacional libertado compreendia cerca de 50 mil quilómetros quadrados (o que corresponde, por exemplo, ao território da Suíça), foi constituído na cidade de Bihac, o Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Jugoslávia.

Um ano depois, com as grandes vitórias alcançadas pela União Soviética contra as tropas hitlerianas, a luta na Jugoslávia tinha assumido novas dimensões. Dezenas de milhares de novos combatentes juntavam-se aos destacamentos guerrilheiros. No mês de Novembro, numa reunião de representantes dos povos da Jugoslávia, em Jaice, foram tomadas importantes decisões quanto ao carácter sociopolítico do Estado da Jugoslávia.

Na terceira reunião do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Jugoslávia, realizada em Agosto de 45 em Belgrado, tomaram-se importantes decisões, tanto no domínio da política externa como no das relações socioeconómicas, tendo como objectivo garantir as conquistas fundamentais da revolução.

Internacional

Genebra — perspectivas abertas exigem esforço da luta de massas

A cimeira de Genebra pode ser considerada uma base para a superação de anos de perigosa degradação, fruto da política imperialista, da situação política internacional, particularmente agravada desde 79? É possível inverter o curso de guerra-fria e voltar — numa nova etapa — à prática, provada, de cooperação? São questões fundamentais que se colocam hoje e o simples facto de as formularmos representa já um avanço. Não há muito elas não teriam aparentemente sentido prático imediato. Não há muito havia quem duvidasse (e com factos na mão — e falta de perspectiva...) da própria utilidade da luta pela paz, do sentido das propostas da comunidade socialista e em particular da União Soviética. Hoje qualquer coisa mudou. Uma brecha foi aberta na cerrada política externa anti-comunista e militarista dos Estados Unidos. São frutos da batalha pela Paz. Frutos que impõem, mais do que nunca, o reforço dessa batalha.

O comunicado final, assinado em Genebra pelos representantes máximos do maior país imperialista e do primeiro país socialista, fala por si. Diz-nos das grandes dificuldades que necessariamente subsistem, do árduo caminho que persistentemente se impõe percorrer. Mas diz-nos também do que foi possível obter. E apesar de não haver decisões práticas de imediata aplicação no domínio fundamental do desarmamento (nem ninguém o esperaria), alguns passos importantes foram dados.

«Uma guerra nuclear não pode ser ganha»

«Uma frase que nasceu nas ruas, nas marchas da Paz, uma frase que está em contradição com toda a estratégia americana». Com estas palavras foi destacada — em seminário realizado em Lisboa, sobre a «guerra das estrelas» e o desarmamento — a importância imensa da afirmação, inserida no comunicado final de Genebra, «uma guerra nuclear não pode ser ganha». Uma vitória do movimento da paz.

Uma afirmação-chave a que se somam outras particularmente significativas, igualmente do comunicado de Genebra, que destacamos:

● «Sublinharam a importância de prevenir qualquer guerra entre ambas as potências seja nuclear ou convencional. **Nenhuma das partes procurará alcançar a superioridade militar.**»

● «discutiram as negociações sobre armas nucleares e espaciais».

● «concordaram em acelerar o trabalho destas negociações para atingir metas contidas no acordo conjunto soviético-americano de 8 de Janeiro de 1985, destinado a prevenir uma corrida armamentista espacial e terminá-la na Terra».

● apelam à realização de maiores progressos, particularmente nas áreas em que existe entendimento, incluindo o princípio de reduções de 50 por cento das armas nucleares(...) assim como a ideia de um acordo provisório sobre mísseis de alcance médio».

São palavras? Sem dúvida. Mas palavras inseridas em documento assinado também pelo presidente norte-americano. E é bom recordar que a política entretanto desenvolvida pela administração Reagan, tem vindo a basear-se no plano propagandístico, numa campanha em que a URSS é apontada como «centro do mal», e no plano prático, na tentativa — expressa — de conquistar a superioridade militar.

Não se passou para já de um documento. Pelo que não podemos obviamente falar numa transformação qualitativa da realidade internacional.

Mesmo no seio do imperialismo se desenvolverão batalhas, não entre interesses antagónicos, mas entre diferentes opções quanto à estratégia a seguir (que reflectem contradições entre diversos sectores do capital).

Mas não será de mais afirmar que finalmente foi dado um pas-



As manifestações de massas pela paz, são um elemento particularmente importante na imposição de um novo clima internacional

so que abre perspectivas para novas batalhas pela inversão da guerra-fria. A brecha aberta — por factores objectivos; pela luta pela paz; pela grande ofensiva da União Soviética, incluindo propostas impossíveis, aos olhos dos povos, de recusar com o tradicional não — impõe, com premissa, a intensificação da luta.

Os acordos de cooperação

De par da afirmação de princípios e de compromissos, tratou-se, em termos concretos, de algumas medidas de cooperação. Referimos três exemplos: a assinatura de um acordo sobre contactos e intercâmbio em matéria científica, educativa e cultural (a que ambos os dirigentes assistiram); investigação conjunta e medidas práticas no domínio da protecção do ambiente; reforço da agência internacional de energia atómica, «no cumprimento de medidas de salvaguarda e em prol do uso pacífico da energia nuclear».

Será pouco? É verdade que não há referências, por exemplo,

a cooperação no domínio essencial das relações económicas. Mas não é menos verdade que seria dificilmente concebível, há um ano, por exemplo, imaginar o presidente Reagan a assinar um documento em que se afirma da «utilidade de ampliar os intercâmbios e contactos, incluindo alguns de novo tipo, nos campos científico, educativo, médico e desportivo». Não há muito era do corte de todas as pontes possíveis que se tratava.

Com destaque para um facto importante: **cooperação é o caminho inverso da guerra-fria**, é matéria-prima para a construção da paz.

Um balanço possível

Importa não simplificar nada. **Genebra abre perspectivas novas. Não mais que isso. Nem menos.** É fruto da luta pela paz e das múltiplas batalhas dos povos que vão alterando o mapa político internacional. É fruto da ofensiva da paz da União Soviética e da comunidade socialista. Baseia-se numa realidade objectiva que está a tingir os próprios

promotores da corrida aos armamentos, os factores de uma «fuga para a frente» que também se contabiliza em termos de degradação da situação nos próprios países capitalistas desenvolvidos.

Uma realidade objectiva que se traduz já em termos de **ser ou não ser**. Como afirmou Gorbachev em conferência de imprensa realizada no fim do encontro de Genebra, «chegámos a um limite», «na actual conjuntura não se trata apenas da contraposição dos dois sistemas sociais, mas igualmente da escolha entre a sobrevivência e a extinção recíproca». A alternativa é clara: «chegou o momento em que, sob a ameaça da morte nuclear global, é preciso aprendermos a grande arte de viver juntos (...) Nisto estão interessados todos os povos do mundo».

Assim, se a luta pela paz, nas suas diversas componentes, abriu portas para Genebra, o passo dado em Genebra dá uma maior importância ainda à luta pela paz. Neste momento, finalmente, há já algo a defender, compromissos a exigir cumprimento, para abrir caminho a uma primeira etapa: o desanuviamento.

Mais de cem iniciativas de Paz

As iniciativas de paz, as propostas visando o desanuviamento e o desarmamento, são elemento objectivo na batalha pela paz, funcionam por vezes como catalizadores de lutas de massas, constituem base importante para avançar no terreno dos contactos interestatais, surgem como factor de confluência entre o movimento de massas pela paz e iniciativas de governos empenhados na concretização desse objectivo central da Humanidade. Disso mesmo são testemunho as importantes propostas soviéticas que foram base de debate em Genebra.

Nos trinta anos da sua existência, a Organização do Tratado de Varsóvia e os seus Estados membros avançaram mais de cem iniciativas tendo em vista a redução de armamentos e a paz. Destacamos aqui algumas dessas iniciativas.

1956 — proposta de criar um sistema de segurança colectiva na Europa que substitua os blocos militares.

1958 — proposta aos países da NATO para concluir um tratado de não agressão.

1966 — proposta para convocar uma conferência europeia sobre segurança e cooperação.

1974 — o Comité Político Consultivo dos países signatários do Tratado volta a frisar que está pronto para dissolver a organização do Tratado de Varsóvia simultaneamente com a dissolução do bloco do Atlântico Norte ou, como primeira medida, eliminar as suas organizações militares.

1976 — os países signatários do Tratado de Varsóvia apelam a todos os Estados para que não empreendam acções que possam levar à ampliação dos agrupamentos ou alianças político-militares existentes ou à criação de novos.

1978 — os países socialistas defenderam a tomada das seguintes medidas:

— conclusão de um Tratado Mundial sobre o Não Uso da Força nas Relações Internacionais;

— materialização da proposta para que todos os Es-

tados participantes na Conferência Europeia se comprometam a não serem os primeiros a usar armas nucleares;

— medidas de reforço das garantias de segurança dos Estados não nucleares.

1983 — os Estados membros do Tratado de Varsóvia adoptam a Declaração Política de Praga em que propuseram à NATO concluir um Tratado sobre o Não Uso Mútuo da Força Militar e a Manutenção de Relações de Paz.

1984 — propõem aos países da NATO realizar conversações sobre a libertação da Europa das armas químicas e sobre o congelamento e posterior redução das despesas militares.

1985 — a URSS propôs aos EUA que se chegasse a acordo sobre a proibição total dos armamentos espaciais de choque das partes e a redução em 50% dos armamentos nucleares capazes de alcançar o território do adversário.

«Sobe de tom a propaganda fascista sobre a necessidade de introduzir alterações no programa agrícola português. Para os grandes males que afligem a agricultura, os governantes salazaristas encontraram a solução milagrosa.

«Vão libertar os pequenos e médios camponeses dos pesados impostos? Vão tomar medidas para baratear os adubos e insecticidas? Não. Os governantes salazaristas vão tomar medidas mais eficientes para proteger os grandes agrários e capitalistas.» (...)

«Os recursos financeiros do Estado e os serviços técnicos do ministério da Economia serão postos ao serviço dos novos planos de reconversão agrícola.

«Vão também os pequenos e médios camponeses ser beneficiados com estas medidas? O despacho ministerial é bem claro sobre o assunto: só receberão ajuda aqueles que tiverem possibilidades técnicas e financeiras para introduzir profundas alterações nos seus métodos de cultivo.» (...)

(«A Reconversão Agrária Apressa a Liquidação dos Pequenos e Médios Camponeses» — «Avante!», VI Série, n.º 372, Novembro de 1966)



«Ao contrário do que esperavam o governo e o patronato com a sua recente vaga repressiva e toda a demagogia caetanista, os trabalhadores continuam a utilizar os sindicatos nacionais como campo de luta sem aceitarem as regras do jogo corporativo.

«Os bancários prosseguem a luta contra a repressão, contra as Comissões Administrativas e em defesa dos seus interesses imediatos. Em reuniões de associados em Lisboa e no Porto, os trabalhadores expressam o seu não reconhecimento das Comissões Administrativas e exigem a normalização da vida sindical com elementos escolhidos e eleitos pelos trabalhadores para as direcções dos sindicatos.

«Reagindo contra a vaga repressiva que está atingindo o movimento sindical, vários sindicatos e centenas de trabalhadores individualmente levam a cabo numerosas acções de solidariedade.» (...)

(«Determinação e Espírito de Classe na Defesa e Reforço do Movimento Sindical» — «Avante!», VI Série, n.º 435, Novembro de 1971)



«O furor do arsenal repressivo fascista foi impotente para conter o povo no colete de forças que o governo quis impor.

Além da centena e meia de sessões e comícios, nos quais participaram entusiasmadamente centenas de milhares de portugueses, há que juntar muitas outras acções de massas. Merecem especial realce as grandes manifestações de rua de Lisboa e Porto, e ainda as manifestações de rua em Coimbra, Barreiro, Marinha Grande, Leiria e noutras localidades. A realização destas manifestações de rua em que dezenas de milhares de pessoas enfrentam corajosamente as barragens e a selvajaria das forças repressivas, tiveram enorme significado político, mostraram a força e a combatividade crescente das massas e representaram um dos mais importantes sucessos da grande campanha política de massas.» (...)

(«Dezenas de Milhar de Pessoas em Manifestações de Rua» — «Avante!», VI Série, n.º 459, Novembro de 1973)

Em Foco

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 622

28 de Novembro de 1985

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

à nossa porta

POVO UNIDO

Ao pé da porta é um dito sobrejamente popular. Dispensa explicações, apresenta-se a si próprio e a sua clareza é tão evidente, que invocá-lo é dizer tudo, quando tudo se quer dizer acerca de situações que nos são próximas, ou mesmo íntimas. E tantas são as coisas que nos são próximas ou nos entram intimidade dentro, sem que, para

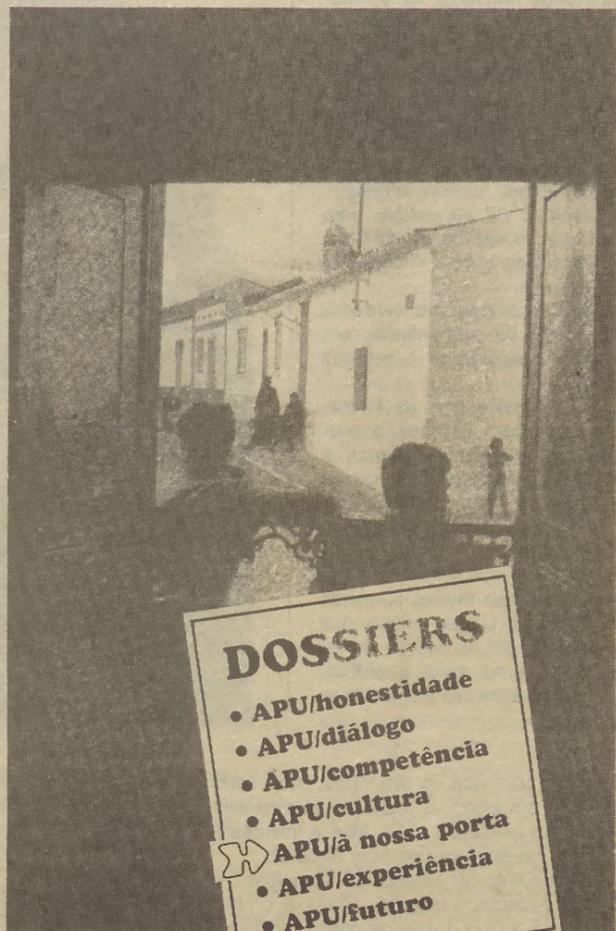
isso, seja necessário violar o direito à privacidade dos cidadãos!

Na verdade a água que temos, ou não temos, a correr dentro de casa em abastecimento domiciliário, o saneamento básico que usufruímos, ou não usufruímos, nas instalações domésticas, os transportes públicos que resolvem, ou não, as nossas necessidades de deslocação, as escolas que estão perto ou longe dos nossos filhos

(caso essas escolas existam, o que é ainda outra questão), a iluminação que nos chega, ou não, à casa e à rua e as ruas que temos ou os lamaçais que as substituem, os espaços verdes, os jardins e parques infantis, os centros de dia, a habitação social, os recintos desportivos, as iniciativas culturais, a eficácia e honestidade dos serviços autárquicos, a higiene do bairro, a protecção do património, a dinamização das colectividades, a qualidade

de vida traduzida nos múltiplos equipamentos e serviços sociais que usufruímos ou não — tudo isto são coisas que nos estão próximas, que invadem a nossa intimidade — são questões que temos **à nossa porta**.

São também **assuntos à nossa porta** a resolução ou a não resolução dos problemas, carências, anseios e direitos das populações configuradas nas questões atrás citadas. Como **ao pé da porta** estão os responsáveis por uma ou outra atitude —



DOSSIERS

- APU/honestidade
- APU/diálogo
- APU/competência
- APU/cultura
- APU/à nossa porta
- APU/experiência
- APU/futuro

tanto que até são eleitos por todos, em eleições autárquicas, para que a todos sirvam — embora muitos o não façam, como é sabido.

Quem o faz, de certeza, são os milhares de eleitos da APU que estão há uma data de anos ao pé da porta dos portugueses, com familiaridade e espírito de

equipa, a construir-lhes a qualidade de vida. Como tão bem sabem as populações, não apenas pela obra feita e que lhes entra em casa, como pela disponibilidade que sempre encontram por parte dos seus eleitos autárquicos da APU.

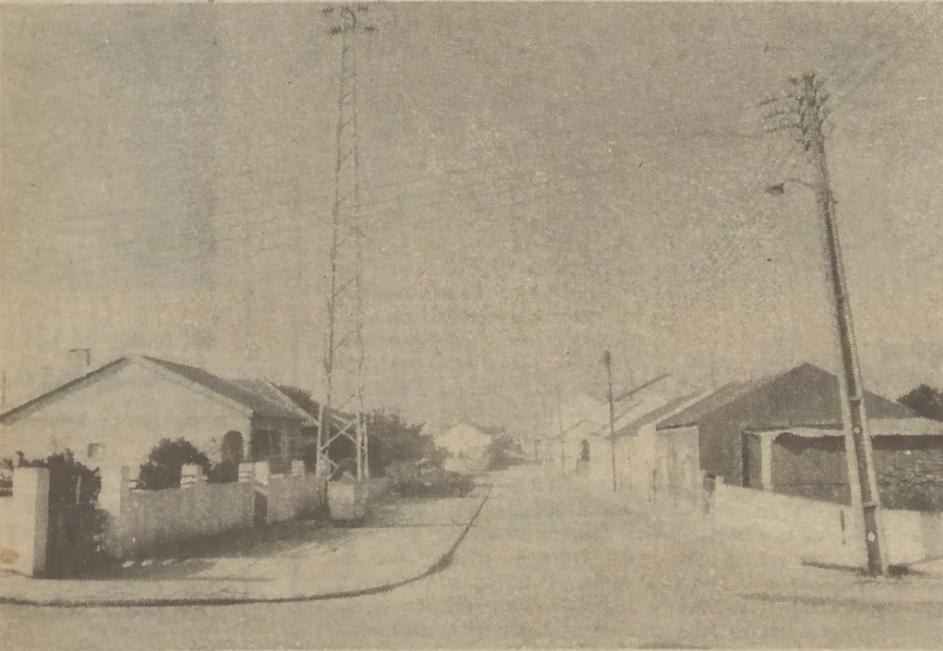
Ali mesmo, à nossa porta.



■ **Leandro Martins**

MONTIJO

- semeado de obras



Isto era um bairro clandestino. Já tem água, luz, esgotos. E basta pôr o pé na rua para ver quanto vale a APU à nossa porta

Basta abrir a torneira

Montijo não é só Montijo. Canha fica-lhe a 35 quilómetros, uma freguesia, com Santo Isidro de Pegões (outra), destacando-se da cabeça do concelho. Mas a APU não trabalha apenas nos centros. Faz o que é preciso onde é preciso.

Em Canha foi o arruamento e a pavimentação; a construção da estrada do Peixe; a manutenção dos caminhos rurais da freguesia; a colocação de manilhas para escoamento de águas; a vedação da escola; a construção de muitos abrigos para paragens de transportes públicos. E não esquecer a obra do reservatório elevado dos Afonsos, garantindo o abastecimento de água. Basta agora abrir a torneira...

Em Santo Isidro, o saneamento de toda a povoação de Pegões-Gare, a Escola Ruy Luís Gomes; as obras no cemitério; os arruamentos e rede viária. Ficáramos aqui a enunciar...

Mas o Montijo também é o Montijo propriamente dito. E conversámos com o Presidente da Junta de Freguesia, camarada Antero Lúcio Brotas que há 11 anos está à frente da autarquia. Recordamos que no princípio não existiam condições mínimas para trabalhar — com a Junta a abrir um par de horas por dia num rés-do-chão exiguo. Hoje, nas novas instalações adquiridas — que a autarquia abre ao serviço de colectividade e outras entidades sociais — o trabalho conhece não só maior amplitude como melhores resultados.

E o camarada Brotas refere-nos uma das facetas — daquelas que, à nossa porta, nos parecem por vezes menos imediatamente «visíveis». E lembra o passado recente: há 11 anos havia na freguesia apenas 3 «palas» rudimentares para a população aguardar, fizesse o tempo que fizesse, os transportes públicos.

Iniciou-se desde logo a colocação de verdadeiros abrigos, tendo em conta as prioridades, embora tal tarefa coubesse e caiba, por lei, às empresas de transportes, neste caso a Rodoviária Nacional.

Nos últimos quatro anos foram construídos 26 abrigos e neles — na construção e conservação — gastos mais de mil e quinhentos contos. Zonas rurais, naturalmente desprotegidas, foram privilegiadas. Nas urbanas, até a «traça» foi tida em conta, menos «fechada», com um «visual» mais adequado.

O camarada, que longamente nos falou do amplo trabalho virado para os interesses da população que a Junta leva a cabo, ao fazer um balanço do mesmo — variado, dirigido às mais amplas camadas da população, tendo um cuidado particular com as crianças mais desfavorecidas —, diz-nos que o balanço é positivo, que a população reconhece. Mesmo aquilo que é tão ao pé da porta que quase se não dá conta que existe. ■

À nossa porta basta pôr o pé na rua e já está — usamos dia a dia a obra que a APU ao longo dos dias, dos meses e dos anos esforçadamente constrói e completa. Para já não falar — e já muito falámos, embora nunca seja de mais — daquilo que, mesmo no interior da casa de cada um mostra que a APU nas autarquias está viva, actua e os seus resultados se mostram até no simples gesto de abrir a torneira, ou no gesto de deixámos de fazer para despejar a água na fossa ou simplesmente... lá fora.

No Montijo, onde voltámos após alguns meses, muito haveria a contar do que foi feito em todos os campos onde a actividade autárquica se desenvolve. Bastaria passar uma vista de olhos pelo documento que re-

centemente a APU editou no concelho — 12 páginas em que a «APU Presta Contas» — para verificar que, globalmente e freguesia por freguesia, apesar de o Governo PS/PSD haver retirado «à Câmara, anualmente, cerca de metade das verbas a que ela teria direito por lei», a APU cumpriu «e nalguns casos ultrapassou o que prometeu ao povo do concelho em 1982».

○ pé na rua

Vamos então pôr o pé fora de casa. E ninguém melhor que o próprio presidente da Câmara do Montijo, camarada Sérgio Pinto, para nos acompanhar numa volta pelo concelho. Sem deixar de lembrar aos leitores que este concelho é único. Em duas partes se divide, e a sua sede fica longê de duas das suas freguesias — Canha e Pegões — cerca de trinta e cinco quilómetros.

Vamos de carro, que o caminho é longo. E paramos frequentemente, que ele está semeado de obras feitas. O próprio caminho é obra construída. No bairro das Areias, por exemplo. A perder de vista, na esquadra deste aglomerado que foi crescendo clandestinamente, os arruamentos novos foram ao encontro das aspirações do povo do lugar. Por baixo estão os esgotos, o abastecimento de água, a luz sobe aos postes e desliza até casa de cada um, ilumina o próprio bairro. E todas as infra-estruturas estão concebidas para crescer ordenadamente, transformando este «clandestino» em obra base para construções futuras.

Não se fica por aqui — pelo pé que se põe em rua certa — a obra do bairro das Areias. O Futebol Clube do bairro tem obras na sede, luz a ser colocada sobre o campo de jogos, um polidesportivo em construção. E as colectividade, diz-nos Sérgio Pinto, estão todas «nessa», a solicitar à Câmara materiais para depois, com trabalho voluntário, arranjar as suas estruturas desportivas.

«O melhor que há!»

Estávamos nós a apreciar o trabalho feito no bairro das Areias — detendo-nos no arruamento que ligou esse bairro ao da Cova da Loba, exemplo do que uma Comissão de Moradores, como Sérgio Pinto nos afirmou, pode fazer, insistindo com a Câmara na resolução de problemas locais — quando tivemos oportunidade de conhecer um dos elementos dessa Comissão de Moradores. O sr. José Maria Baiões.

Foi ele quem nos contou com pormenor o trabalho realizado. Com materiais da Câmara e trabalho voluntário. Abriu-se finalmente uma rua entre os dois bairros que antes se ligavam por esconso atalho. A rua foi aberta,

«Todos iguais?»

No Barrão, outro bairro, há três anos não havia água. E o Presidente da Câmara conta-nos a história que há três anos aconteceu, numa jornada de porta-a-porta para a campanha eleitoral. «Fui muito mal tratado, há três anos», disse. E recordou que, nessa altura, fora mal recebido no bairro. Havia a reivindicação de instalação de água, o bairro era também clandestino, as pessoas já não acreditavam: «os partidos são todos iguais», diziam.

Uma senhora, que morava e ainda mora no bairro, recusava-se a acreditar que a APU iria mesmo colocar água canalizada. Mais tarde, quando a água estava finalmente instalada, houve festa. A tal senhora lembrava-se do que dissera ao então candidato da APU. E o Presidente foi convidado para a festa...

Sarilhos. Quer dizer problemas. Mas não no Montijo, de que é freguesia. Aqui vimos a pavimentação de arruamentos em Poço Novo, uma rua que serve todo o bairro, também uma aspiração popular que se concretizou. E depois a escola «Bento de Jesus Caraça», em Corte Esteval, uma zona semi-rural, poupando a algumas crianças três a quatro quilómetros de viagem para o saber.

À procura da «vida»

A propósito de saber: viagem até à biblioteca municipal, agora já completamente instalada no edifício que há meses estava em obras de restauro. Aqui — ao pé

da porta — em apenas dois meses, menos que isso pois foi só no fim de Setembro que a biblioteca começou a funcionar, já há 367 leitores inscritos. Damos uma volta pelo interior do edifício, é de manhã, ainda o grosso dos leitores não chegaram. À tarde é que o maior movimento acontece. Jovens, procurando ali um apoio aos seus trabalhos de escola, reformados à cata de uma leitura que encha os seus lazeres. E à procura da vida, como dizia, e nos contaram, um homem de mais de oitenta anos, procurando no sossego das salas não apenas a leitura, que poderia levar para casa, mas o convívio que a cultura proporciona...

Em dois meses, entretanto, 466 obras foram emprestadas, como nos disse a profissional encarregada da biblioteca. E, lembrando-nos que isto de hábitos de leitura é coisa que não existe e é preciso promover, esclareceu que enviam cartas a leitores, a escolas, a colectividade e a locais de trabalho, quando iniciativas são levadas a efeito. Como a que se preparava para esse fim-de-semana, um encontro com a escritora Maria Rosa Colaço, aprazando-se outro para o dia 7 de Dezembro com Alexandre Babo. Ler é comunicar, diz o belo programa editado pela biblioteca municipal, é estabelecer um diálogo com o escritor.

Ainda na comunicação, que não é pouco nisto de assegurar, ao pé da porta, à nossa porta, toda uma série de «confortos», de «serviços», de «estruturas»: a Câmara Municipal APU não se esquece do simples viajante — que são quase todos os munícipes. E publicou um horário de transportes, para que o montijense ou o visitante saiba a que horas anda. ■



«Para mim a Câmara é o melhor que há», diz o sr. Baiões, da Comissão de Moradores do Bairro das Areias, em conversa, com o Presidente Sérgio Pinto (à direita na foto)

Amadora

LIXEIRA DA BOBA

NEM TUDO O VENTO LEVOU

■ Torres Rodrigues

Vão passados cinco meses sobre o encerramento da lixeira da Boba. Para o casal Silva, que habita no segundo andar direito, de um prédio sito na Avenida dos Combatentes, na Amadora, a Boba é coisa de que hoje já não se lembram. E, no entanto, ainda no Início do Verão passado vociferavam contra o cheiro nauseabundo que se sentia, mal abriam a janela. Também o senhor João, que vive numa casa construída clandestinamente nos Molinhos da Funcheira, já não é atormentado pelas moscas, maus cheiros e fumos que se libertavam da lixeira. Igualmente se esqueceu, ocupado como está em rebocar as paredes de tijolo nu, pois só agora arranjou dinheiro para o cimento.

midade que surgiu uma pedreira — dizem, para abastecer as obras do metropolitano — ferindo a terra numa profundidade que parecia o dobro para os olhos das crianças que por lá se aventuravam. Influenciados pelas histórias de quadrinhos, ali davam vida aos índios e «côbois» do continente americano, em batalhas intermináveis que continuavam no dia seguinte; os mais imaginativos «encontravam-se» com grandes dinossauros, presos no local desde tempos antediluvianos. Até que um dia...

É a lixeira encerrou

Até que um dia, um cheiro estranho surgiu. Índios e «côbois» de calções, heróis alternados daquela pradaria encravada nas vertentes calcárias da pedreira, foram derrotados sem batalha pelo lixo que Lisboa despejava no «far-west» daquela infância.

Agora, os dinossauros eram reais. Iam e vinham todas as noites, mastigando lixo que vomitavam dentro da pedreira. Fizeram-no durante 32 anos. A cratera desapareceu.

A continuar, a deposição de lixo não tardaria em transformar-se numa enorme montanha, qual vulcão que em vez de lava ardente soltava gases tóxicos, miasmas e insectos.

As queixas dos moradores das redondezas era constante, desesperados de verem solucionado o problema. Mas, um dia, a gestão APU da Câmara da Amadora disse basta, esgotadas e infelizes que tinham sido todas as negociações com a Câmara de Lisboa e o seu presidente, Krus Abecasis.

Em 30 de Julho a lixeira da Boba foi definitivamente encerrada. Uma outra tarefa urge hoje levar à prática — a recuperação

do terreno. Quem não acreditava ser possível acabar com a lixeira da Boba reconhece hoje o seu engano. Mas há também quem se tenha esquecido de que a Boba existiu, agora que o cheiro não se faz sentir, que as moscas já não aparecem em bandos, nem os papéis são arrastados pelo vento.

Tapar as feridas

Do gabinete do Presidente da Câmara da Amadora, Orlando Almeida, um oitavo andar nos Paços do Concelho, avista-se a floresta de cimento que originou a cidade e regorgita por dia cem toneladas de detritos.

Um aterro sanitário, em Carrenque, começou a funcionar no princípio deste ano para acolher este lixo. Quem observar o local não ousa dizer que ali está uma lixeira.

Mas aquilo não é uma lixeira — faz questão de frisar Orlando Almeida — É um aterro sanitário, o que é completamente diferente.

Aproveitando outra antiga pedreira (uma ferida na crosta terrestre», segundo as palavras de Orlando Almeida) o lixo é despejado por camadas, compactado em seguida e coberto com uma camada de terra. As águas lixiviantes são filtradas e recolhidas num local próprio para depois serem aspergidas sobre o terreno. Resultado: nem fumos, nem cheiros, nem ratos ou insectos.

Partindo da realidade que é o lixo — explica-nos — podemos e devemos ir recuperando as «feridas» que o homem provocou à superfície da Terra, enchendo-as até às cotas normais do terreno para de seguida se transformarem em espaços verdes, que poderão ser zonas de lazer.

A verdade é que do aterro sanitário não há queixas, mesmo durante o Verão, quando o calor

intenso provoca uma decomposição mais activa. No local não há o menor sinal de lixo. Numa fase seguinte vão ser implantadas árvores em toda a volta para proteger a zona dos ventos predominantes.

Entretanto, a lixeira da Boba continua ainda a ser um problema para resolver. No terreno, dezenas de tubos com mais de meio metro de diâmetro libertam os gases que resultam da combustão interna que continua e vai perdurar por muitos mais anos ainda. Tubos que vão a dez metros de profundidade e não atingem o fundo.

A Câmara Municipal da Amadora pretende que sejam tomadas as soluções adequadas para a correcta florestação do terreno e integração paisagística da zona. De Lisboa a resposta é vaga, sem compromissos.

Em 23 de Setembro último, a Câmara da Amadora insistiu propondo a constituição de uma Comissão composta por três vereadores de cada Câmara, representando as três forças políticas mais votadas. Das bandas de Lisboa persiste o silêncio.

A Câmara da Amadora não desiste. Orlando Almeida e a APU apostados em mudarem a face do concelho, o que já é visível em muitas zonas, sabem que essa mudança passa também pela recuperação da Boba, ainda hoje uma zona de alto risco a nível de poluição. Recuperação em que Lisboa deve também participar.

Vão passados cinco meses e já quase ninguém se lembra que a Boba existiu. Para a memória das populações, as regalhas da vida comunitária diluem-se nas preocupações do dia-a-dia. Abrir a torneira e sair água é uma coisa tão natural que ninguém lhe dá já o devido valor. O mesmo com a electricidade, os transportes, a recolha de lixo e outras coisas mais. Razão por que, algumas autarquias optam por obras de fachada, mas essas não beneficiam as populações. ■



■ João Chasqueira

O caso exemplar da URPICA e do apoio da Autarquia

Repertório a sua actividade por uma vasta obra social e por múltiplas iniciativas de carácter cultural e recreativo, a URPICA conta hoje com perto de três mil sócios, homens e mulheres que reencontraram no quotidiano da sua associação boas e variadas razões para estar vivos e activos. Em cima, à esquerda, actuação do grupo coral; à direita, exposição de trabalhos artesanais dos associados, levada a cabo este ano e perspectiva da sala onde diariamente são servidas cerca de cem refeições; na foto de baixo, um dos habituais e concorridos balles.

Ideia original de um grupo de trabalhadores na situação de reforma, a associação ganhou rapidamente forma a partir de



Velhos são os trapos garantem reformados de Almada

Encontrando no forte espírito associativo existente de há muito no concelho uma parte do sentido que presidiu à sua própria criação e actividade, a URPICA — uma associação de reformados, pensionistas e idosos existente em Almada — é hoje a expressão viva de um ditado popular que nos diz que «velhos são os trapos».

Repartindo a sua actividade por uma vasta acção social e por múltiplas iniciativas de carácter cultural e recreativo, esta associação afirmou-se já como uma verdadeira instituição através da qual muitos homens e mulheres foram capazes de renovar em larga medida o sentido da sua vida, redescobrir o riso e a alegria, saborear a fraternidade do convívio e da amizade, reencontrar na ternura e no afecto de um(a) companheiro(a), o próprio amor.

1978, data da realização do plenário constitutivo durante o qual os participantes estabeleceram desde logo como primeira grande aspiração a criação de uma sede, objectivo esse que vem finalmente a ser alcançado em 1981 graças ao apoio da Câmara Municipal de Almada que concede para o efeito um subsídio de três mil contos.

Obra social

De então para cá o projecto não cessa de crescer tanto em número de associados como em actividade, quer ainda em implantação (uma nova delegação foi inaugurada este ano no Laranjeiro) e em prestígio, existindo neste momento em perspectiva a construção a curto e médio prazo — sempre com o apoio da autarquia — de novas delegações nas várias freguesias do concelho.

Contando com cerca de 2900 sócios, a URPICA possui hoje um serviço de almoços — perto de 20 mil refeições foram servidas no ano transacto — serviço de enorme qualidade cujo custo é estabelecido de acordo com o valor da reforma do respectivo associado.

Nas magníficas (embora já exiguas) instalações situadas na Cova da Piedade e no Laranjeiro existem ainda à disposição do associado um bar (com pequenos almoços e lanches) e serviços semanais de medição da tensão arterial e de calista, prestados por dois técnicos especializados.

Mas se são de indiscutível utilidade e importância os serviços que acabamos de referir, importa também não esquecer a intensa actividade que a organização desenvolve no plano recreativo e cultural, acção da qual destacamos os convívios e os balles ou as excursões e passeios.

Boas razões para estar vivo

Evidenciando uma inesperada energia, estes homens e mulheres — muitos deles castigados por anos de muitas cansel-

ras e privações — revelam-nos uma surpreendente capacidade para recriarem a existência, revigorarem o engenho e a criatividade, elaborar em no quotidiano novas e boas razões para estarem vivos e activos.

Com efeito, a realização regular (praticamente todos os fins-de-semana) de animados e concorridos balles bem como de excursões e passeios (mês em que não há, logo chovem os protestos) diz bem da participação e do interesse que desperta junto dos reformados de Almada a actividade desta associada do MURPI.

Idêntico acolhimento merecem as idas ao teatro, tal como a criação de uma classe de ginástica de manutenção, de cursos de alfabetização e, muito particularmente, a constituição de um grupo coral formado por trinta elementos o qual tem recebido as maiores manifestações de simpatia e carinho em todos os locais onde tem actuado.

Apoio da Câmara

Para o êxito de toda esta acção tem contribuído em larga e decisiva medida o dinamismo e a dedicação de numerosos associados, muito embora se tenha também de reconhecer que nada disto seria possível — como nos dizia João Gama, presidente da URPICA — caso não existisse o apoio das autarquias, nomeadamente da Câmara de Almada e da Junta de freguesia.

Na verdade o Município tem dispensado a melhor atenção para esta frente, prática que segundo pudemos apurar corresponde afinal a uma preocupação constante da autarquia que é justamente a de estar «permanentemente ligada» às populações e de as apoiar e incentivar em tudo o que diga respeito à satisfação das suas necessidades.

Nesse sentido — conforme nos foi referido por Maria Emilia, vereadora da Câmara — no âmbito da sua competência de gestão urbanística do território, a autarquia tem norteado a sua acção com vista à criação de equipamentos e de uma rede de espaços (instalações) como sejam,

entre outros, creches, centros de dia e jardins de infância.

Procurando suprir a completa ausência de iniciativa e de apoio da Segurança Social — entidade a quem competiria criar nesta matéria tais instalações — a Câmara de Almada deitou assim mãos a uma vasta obra, tendo nestes últimos anos erguido, por via de subsídios, cedência de terrenos ou imóveis, na área da infância e dos idosos, nada mais nada menos do que perto de duas dezenas de estruturas, estando previstas mais cerca de meia centena de equipamentos a curto prazo no âmbito da expansão urbanística do concelho.

Trabalho integrado

Como fez questão de nos sublinhar Maria Emilia, esta acção só é possível devido à articulação e ao trabalho integrado existente entre a autarquia, os serviços (de saúde, ensino, acção social, emprego, etc.) e a população organizada (colectividades, comissões de moradores, sindicatos, etc.) coordenada essa que permite uma maior rentabilização dos recursos e meios e uma maior eficácia.

A realização durante o ano em curso do 1.º Encontro de Gerações, uma iniciativa que congregou praticamente todas as colectividades e associações do concelho em torno de um programa cultural onde a poesia, a música e o teatro ocuparam lugar de honra, constitui um exemplo desta prática e desta orientação da autarquia relativamente a todos os agentes de desenvolvimento local.

Intervindo sempre com a exclusiva preocupação de responder às aspirações das diferentes camadas da população e nunca, em caso algum, de se imiscuir ou de as substituir, a Câmara entende, pois, que o seu papel é o de apoiar e estimular a acção organizada e criadora dos interessados, eles próprios — e só eles — responsáveis pela gestão das suas associações e estruturas.

O exemplo da URPICA diz bem da justiça e da correcção da orientação. ■

• A experiência de Santana da Serra



■ Francisco Felgueiras
Candidato e actual Presidente da Câmara Municipal de Ourique

Apoio a pequenos agricultores

Tinham passado os meses de «fogo» após a última das batalhas de Ourique. Pronunciavam-se as primeiras palavras de Abril, naquele concelho, feudo de caciques, onde a arrogância calca bota caneleira. Ouviám-se, também, as primeiras vozes, ainda lentas e tímidas, pelo silêncio forçado de anos.

As reivindicações e o relato de vidas sofridas, começaram a ecoar nos quatro cantos de uma nova Câmara, disposta a ouvir, estudar, realizar, cumprir.

Dinheiro, não havia. Dívidas, compromissos diversos, asfixiavam a actividade que se pretendia desenvolver.

O primeiro Inverno tinha destruído pontões, passeadeiras e destruído parcialmente, caminhos naquela freguesia de Santana da Serra.

1575 eleitores, dos quais, mais de mil, dispersos por cerros de estevas, isolados, entregues a si próprios, apenas e quase visitados nos períodos eleitorais, para o voto «aconselhado» ou mesmo «pedido» ou quase «imposto».

Courelas pequenas. Poucas máquinas. Alugueres caros. Caminhos difíceis.

Fome, ou no melhor, subsistência mínima. A Câmara tinha máquinas.

Só que, aqueles homens que mandavam na Câmara, nunca se tinham lembrado de as pôr a servir aquela gente, que afinal, sempre lhes tinha dado «generosamente» o voto.

Courelas havia, que chegavam ao 25 de Abril, com estevas de 10, 15 e 20 anos e somaram ainda mais 8 anos sem que um bago de cereal germinasse nas suas terras.

Eram 6 pequenos agricultores. De Santana da Serra.

A Câmara nova, merceria-lhes agora, quanto mais não fosse, o benefício da dúvida.

Vamos falar. Primeiro em Ourique. Vivemos mal, não podemos semear. Não temos para o gasóleo, para o adubo, para as sementes.

«A terra tem que ser trabalhada com máquinas que custam por hora, o que não podemos pagar.»

Volta-mos a falar. Em Santana. Na Casa do Povo, não eram menos de trinta. Conversa viva.

Decisão tomada. Vamos ceder-lhes máquinas. Discutiu-se o preço/hora, fixou-se o número médio de horas por interessado, marcou-se data para o «arranque».

Pouco tempo depois, iniciava-se em Santana uma experiência que abriu perspectivas novas, não só aqueles que apostaram nela.

Poucos confiaram de início, mas a presença das máquinas rompeu a indecisão de muitos e a qualidade do trabalho acabou por vencer os «preconceitos políticos» que alguns alimentavam ou lhes eram alimentados.

Em Janeiro de 1984 a campanha alargou-se e, desde então, nunca mais parou.

Aos alqueves, junta-se a construção de charcas e pequenas barragens, o arranjo e construção de fontes. Com os pontões reconstruídos, as terras limpas e prontas a receber sementes e a água armazenada para regar e matar a sede aos animais, Santana teve dos contributos possíveis, o mais necessário à sua população.

Mais de 336 pequenos agricultores servidos.

Mais de 1500 hectares de terra alqueivada e/ou desmatada.

As máquinas não pararão amanhã, como não pararam quando tiveram a «companhia» de outras que chegaram com 8 anos de atraso e cedo se cansaram de subir e descer aqueles cerros ásperos.

Em Santana, aquele povo tem razões de sobra para confiar, por que estes homens da Câmara lhes fizeram serviço útil. ■

à nossa porta
POVO UNIDO

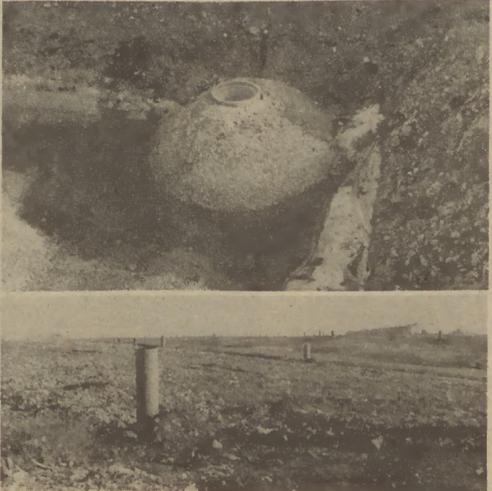
Há umas dezenas de anos atrás, a Amadora era a província, às portas de Lisboa. As mulheres que iam à capital fazer compras ou ver as montras optavam pelas camlonetas do «Chora», que o combolo roncelirão exalava um fumo preto que se entranhava nas roupas. Ainda que não se conhecessem, todos se cumprimentavam, pois as caras eram as mesmas de todos os dias. O rapazito, esse, nas férias, travava grandes batalhas no Alto dos Molinhos ou partia à descoberta dos campos que não estavam cultivados e onde havia grutas pré-históricas e pégos para nadar nas tardes quentes.

A Boba era um casal onde se podia comprar leite acabado de mugir. Foi na sua proxi-



À direita em cima — As águas lixiviantes que escorrem são aqui filtradas para depois serem aspergidas sobre o terreno. A preocupação de não poluir foi determinante no aterro sanitário de Carenque

Em baixo — Na lixeira da Boba a camada de terra que a Câmara de Lisboa colocou nos últimos tempos da sua utilização foi insuficiente e os detritos são visíveis. Os tubos, em profundidade, escoam os gases que se formam no interior da montureira



Juristas ao serviço das populações

● O exemplo de S. Sebastião (Setúbal)

As Juntas de Freguesia do Conselho de Setúbal nada têm a ver, hoje, com as Juntas de Freguesia do passado. Totalmente dedicadas a servir as suas populações, não se limitam ao mero atendimento burocrático das pessoas aos seus balcões, levando à prática os lemas da APU de trabalho, honestidade e competência.

Caso típico dessa nova face e maneira de encarar os problemas, é a Junta de Freguesia de S. Sebastião, a de maior exten-

são do concelho e com maior núcleo populacional. Nesta junta, de maioria APU desde as primeiras eleições, a APU ousou ser pioneira na contratação de técnicos especializados que, com o seu conhecimento e militância política, pôs ao serviço da população, à qual, gratuitamente, passaram dar atendimento regular.

Salienta-se a contratação de um advogado que, semanalmente, presta serviço na Junta e aí atende todas as pessoas, quer singular quer colectivas, que tenham problemas jurídicos a resolver, encaminhando-as para as estruturas existentes que melhor as defendem, se possível gratuitamente, e acompanhando a ac-

tividade dessas estruturas no sentido de verificar se as mesmas correspondem às solicitações que lhes são feitas.

Para além das vantagens adquiridas pelas populações com o acesso fácil, simples e gratuito a um advogado que as informa nos casos mais simples das razões que lhes assistem, beneficiam, ao mesmo tempo, do encaminhamento para as instituições estatais a quem compete desbloquear os problemas mais complexos, cuja existência, na maioria dos casos, é do desconhecimento geral, tais como patrocínio oficioso e gratuito na despesa dos menores do Curador de Menores existente em cada Tribunal Judicial, a possibi-

lidade de os Tribunais da Comarca poderem nomear gratuitamente advogado às pessoas que dele necessitem e não possam custear o seu trabalho e o dever de o Delegado do Procurador da República dos Tribunais de Trabalho patrocinar gratuitamente os trabalhadores que não tenham advogado.

Este tipo de serviços, pioneiro do concelho, já alargado posteriormente a outras Juntas, permitiu, para além do atendimento já referido, um apoio jurídico permanente e seguro a todos os órgãos eleitos da autarquia, contribuindo desta forma para que as decisões dos mesmos tenham vindo a ser cada vez mais certas, eficazes e rápidas. ■

à nossa porta



VIEIRA DE LEIRIA

Um exemplo de como se pode facilitar a vida das populações

Mesmo para os que já o declararam há vários anos, o preenchimento dos impressos do Imposto Complementar continua a ser um quebra-cabeças. E se não há a solução de ter um primo, que conhece uma vizinha, cujo tio trabalha num escritório, onde o chefe é casado com uma funcionária das Finanças, tantas vezes vai

o impresso à Repartição de Impostos que lá ficam os juro de mora.

Não é isso o que se passa em Vieira de Leiria, freguesia do concelho da Marinha Grande, de gestão APU, onde foi montado um serviço para ajudar as pessoas a preencher estes impressos e outros.

Aí está uma maneira eficaz de facilitar a vida das pessoas, libertando-as da carga burocrática que só dá ralações. Segundo

nos informaram da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, no respeitante ao imposto complementar cerca de 90 por cento dos habitantes abrangidos terá recorrido, este ano, aos serviços da Junta.

Mas estes serviços prestados à população não se limitam ao referido imposto complementar. Também é dado apoio para a papelada do número de contribuinte e outros impressos oficiais ou ainda requerimentos.

Quando a Junta não possui a

norma respectiva, nem por isso deixa de prestar o seu apoio. Em curto espaço de tempo procura saber a sua formulação legal e em seguida o cidadão que recorreu aos seus serviços é atendido.

Com o preenchimento do impresso do imposto complementar já não se preocupam os habitantes de Vieira de Leiria. A sua preocupação vai antes para o imposto que têm de pagar, mas quanto a isso já a Junta não pode interferir. ■

PALMELA CONCELHO RURAL

Com a ajuda da Câmara, o associativismo avança

De certeza que os pequenos e médios agricultores de Palmela não podem pensar que um dia poderão ser banhados pelas águas do Alqueva. Mas hoje muitas necessidades ao seu desenvolvimento já são reais. Por cada km² já existe 1 km de estrada alcatroada. A fazer a ligação a estas espinhas dorsais que se desenvolvem no concelho numa extensão de 433 km, existem cerca de 300 km de aceiros ensaibrados, para escoamento dos seus produtos.

Também a electrificação veio proporcionar o abandono dos motores a gasóleo já velhos e cansados. O concelho está electrificado a 100%.

Um problema se levantou também em Palmela, onde predomina a pequena e média propriedade. Como se transformaram determinados terrenos em zonas de regadio?

Com o apoio jurídico da Câmara formou-se a Associação de Regantes da Fonte da Vaca/Carregueira, associação esta que é formada por 38 associados, proprietários de 100 hectares de terra.

Com o empréstimo pela Câmara de 18 mil contos, sem juros e a amortizar em 30 anos, foi possível mobilizar e concretizar

uma obra que está estimada em 24 mil contos.

Os 100 hectares de terra que ao sabor da irregularidade do tempo, durante muitos anos, deixou dependente as magras economias destes agricultores, hoje são uma certeza do esforço dispendido.

Todo o acompanhamento da obra durante a sua execução, feita pela Câmara e Junta de Freguesia de Pinhal Novo, amparou e deu confiança aos agricultores que assim viram as suas ambições culminarem num êxito.

Difícilmente sem a unidade e o espírito de associativismo conseguiriam uma obra desta envergadura.

Mas, como não há uma sem duas, já outra associação em Cabanas, na Freguesia de Quinta do Anjo, está formada e já tem deliberação da Câmara para avançar para o projecto. Será outro esforço da Câmara nos mesmos moldes do apoio anterior.

Outra e outra associação virá e a Câmara apoiará dentro dos possíveis.

Virá o dia em que novos empréstimos para este fim serão mais acessíveis à Câmara porque já são feitos com as amortizações das associações já servidas, e ainda com a vantagem de todas as habitações rurais ficarem servidas de água canalizada. ■

edições
Avante!



Conheça *com verdade* o PCP Pires Jorge: a vida de luta de um dirigente comunista.

Política
Energética
para
Portugal



A recuperação económica do País só é possível com uma política de independência nacional e de aproveitamento dos recursos internos ao serviço dos interesses do povo e de Portugal. Nesta perspectiva, a atenção dada à questão da política energética justifica-se plenamente, quer pela grandeza e natureza estrutural do défice energético do nosso país quer porque a situação energética (designação no âmbito da dependência externa e do aproveitamento dos recursos nacionais) tem vindo a degradar-se nos últimos anos, em consonância, aliás, com a degradação da situação económica e social, e como resultado inevitável da política global que tem sido prosseguida. A publicação do presente livro reveste-se, assim, da maior oportunidade.

a TV

Estado de direito ou Estado de direita?

Sexta-feira. Rubrica **Parlamento**. A propósito da emissão pirata de uma «estação de TV», a respeito da qual, até hoje, o governo não tomou qualquer atitude. Governo cujos patrões enchem constantemente a boca com «o estado de direito» em que vivem...

Não importa falar aqui das dificuldades que Silva Marques, do PSD, tem para compreender as coisas mais simples. É mal a que certamente já não poderá pôr cobro. Também não vale a pena referir as ambiguidades em que certas personalidades, como Medeiros Ferreira, do PRD, tanto e tão perigosamente se comprazem.

Passando além do tema central proposto para discussão, tratou-se da forma como certas forças políticas encaram o comportamento futuro do governo.

Marques, claro, espera coisas boas. Medeiros mantém-se na expectativa. Apenas Jorge Lemos, do PCP, afirmou, sem qualquer hesitação, que deste governo se pode apenas esperar o pior.

Mal sabiam os telespectadores que, dentro de 24 horas, as palavras de Jorge Lemos seriam absolutamente confirmadas.

Governo apresenta primeira factura

De facto, no Telejornal do dia seguinte, caía a bomba de mais um escândalo: o governo impunha o aumento de preços. Os portugueses viam as suas condições de vida ainda mais agravadas. Esta é a «consoada» do Natal que o governo oferece ao País. Quem votou no «mago» Cavaco já deve perceber a alhada em que se meteu; as forças que viabilizaram o governo, na Assembleia da República, assumem, talvez mais cedo do que imaginavam, a sua fatia na responsabilidade.

No Telejornal não se procedeu minimamente a uma audição das forças políticas sobre o forçado agravamento da situação económica. De soarista, RTP virou cavaquista. O monólogo continua, só que, ao nível do Telejornal, mudou de nome.

Apenas lá está o governo, representado por Álvaro Barreto. O sujeito foi incapaz, absolutamente incapaz, de justificar os aumentos, não deu para eles a mínima explicação. Em alguns aspectos, o escândalo subiu de tom, como no caso dos combustíveis: o governo não se contenta com os milhões de contos que vai embolsar, devido ao novo câmbio do dólar: não só não baixa, como ainda agrava os preços com todas as consequências que se imaginam!

Barreto, em nome do governo, dá em contrapartida... novas promessas. Já é preciso lata!

A realidade mostrará, mais uma vez, como afirmou Jorge Lemos, que deste governo não há a esperar nada de bom.

A primeira amostra já chegou...

«Juntos sobreviveremos ou...»

A Cimeira de Genebra, entre Gorbachev e Reagan, veio trazer novas esperanças para a defesa da Paz. Os apostadores na roleta da morte não gostaram, mas esses contam pouco face ao colectivo da Terra que defende o futuro.

Para assinalar o acontecimento, a RTP transmitiu um programa especial. Dele destacamos principalmente um aspecto importante: as entrevistas dos embaixadores dos Estados Unidos e da União Soviética em Portugal. O comportamento de um e de outro reflecte a maneira de entender a política, a vida, o essencial na relação entre os povos.

Frank Shakespeare foi arrogante e agressivo. Para ele, o anjo do mal é a União Soviética. Veio o desfilhar habitual das armas ferrugentas — os «direitos humanos», a Polónia, o Afeganistão, Angola, Nicarágua, esses comunistas, esses maus, esses «expansionistas». Sobre as perspectivas da Cimeira, limitou-se a uma expressão inacreditável: «A União Soviética ameaça a paz; Reagan quer a paz»...

As palavras de Valentim Vdovin foram, pelo contrário, de uma grande serenidade e de uma profunda confiança. Mostrou, sem margem para qualquer dúvida, a preocupação máxima da União Soviética pela defesa da Paz. Provam-no bem as várias iniciativas tomadas como sejam, entre outras, a decisão de não ser a primeira a utilizar armas nucleares e a de suspender a instalação de mísseis e a proposta da redução em 50 por cento da panóplia de guerra.

Ser-lhe-ia fácil atacar a política belicista dos Estados Unidos. Não o fez. Pelo contrário, sublinhou a importância e a necessidade de acordos porque, declarou, «juntos sobreviveremos ou juntos morreremos».

Estas palavras calaram bem fundo no coração dos portugueses que defendem a Paz. Convictos, mais do que nunca, de que «juntos sobreviveremos».

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

As Boas-Festas do Governo Cavaco

Estão aí os primeiros presentes do Natal do Governo Cavaco Silva: alguns dias depois da posse, os aumentos dos bens essenciais, que acarretarão outros aumentos generalizados a curto prazo. Entretanto o novo ministro da Administração Interna prometeu o regresso à famigerada lei da Segurança Interna.

Como se vê, esta gente promete.

Aumentos

• «Cavaco Silva parece estar decidido a não perder tempo: 48 horas depois de o seu Governo ter sido viabilizado no Parlamento, lança o seu primeiro pacote de aumentos abrangendo produtos essenciais. Foi sábado à noite, aproveitando o fim-de-semana e a menor capacidade de reacção da opinião pública. Combustíveis, energia, água, leite, pão, adubos e transportes viram os seus preços aumentados entre 5 e 15 por cento.»

(«Diário de Lisboa», 25.Novembro)

• «A CGTP e a UGT criticaram hoje os aumentos de preços de

bens essenciais decretados pelo Governo. José Luís Judas, do executivo da CGTP/Intersindical, disse à Anop que os aumentos anunciados "constituem o primeiro desmentido concreto das preocupações de carácter social tão propagandeado pelo doutor Cavaco Silva na sua campanha eleitoral". Por sua vez, o gabinete de Imprensa da UGT afirmou também à Anop que o Governo, com os aumentos de preços, "fez já a primeira promessa incumprida" porque "ao contrário do que tinha prometido não negociou os aumentos com os parceiros sociais, não ouviu a UGT".»

(«Diário de Lisboa», 25.Novembro)

• «Após salientar que os aumentos "neutralizam desde já os efeitos das actualizações das pensões de reforma decretadas recentemente", a central sindical sublinha a gravidade do facto de estas medidas terem sido tomadas "antes do Governo tentar solucionar o problema dos salários em atraso e actualizar as prestações familiares (que a Lei a obriga a que tivessem sido actualizadas em 1 de Outubro) e de procurar minorar os problemas de centenas de milhares de desempregados".

(...)

• «Um dirigente do Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPMCI's) disse à Anop que os aumentos de preços vão diminuir o poder de compra dos consumidores e, portanto diminuir mais as vendas da indústria e do comércio.

(...)

• «Um porta-voz da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) considerou os aumentos dos preços dos adubos, gasóleo e electricidade como "medidas muito gravosas para os agricultores na situação em que se encontra a agricultura".»

(«o diário», 26.Novembro)

Repressão

• «Ao mesmo tempo que decretou estes aumentos, o Governo anunciou, através de declarações do ministro da Administração Interna, Eurico de Melo, ao "Diário do Minho", que tencionava fazer voltar à Assembleia da República a lei de "se-

gurança interna", repudiada por violar disposições constitucionais sobre direitos e liberdades dos cidadãos.»

(«o diário», 26.Novembro)

Soares: boa sorte, Cavaco!

• «Mário Soares enviou ontem uma carta pessoal ao primeiro-ministro do X Governo Constitucional desejando-lhe "boa sorte" no exercício das suas novas funções, soube o "Expresso" de fonte próxima deste candidato à Presidência da República.

Na carta enviada a Cavaco Silva, que foi descrita ao "Expresso" como "breve e simples", Mário Soares deseja felicidades ao novo chefe do Executivo na sua tripla qualidade de ex-primeiro-ministro, de candidato à Presidência da República e de dirigente partidário, mostrando conforme nos foi ainda dito, a sua disposição para colaborar com o novo Governo caso venha a ser eleito presidente da República, em Janeiro próximo.

A missiva vem, de certa maneira, contradizer o comportamento global do Grupo Parlamentar socialista na AR, ou, mais exactamente, da intervenção que marcou, mais do que qualquer outra, esse comportamento durante o debate do programa do Governo — a que foi produzida pelo deputado Sottomayor Cardia e na qual se teciam críticas violentíssimas ao actual primeiro-ministro.»

(«Expresso», 23. Novembro)

Trabalhamos, Lutamos Vivemos com transparência



5.^a edição
45 000
exemplares

Um livro que interessa particularmente aos membros do PCP, mas não apenas a eles, porque:

* Nele são abordados muitos traços característicos e típicos da actividade partidária, na ideologia, na acção política, no estilo de trabalho, no funcionamento e na vida interna do Partido

* Nele surgem consagrados como princípios informadores da orientação e da prática futura do Partido ricas experiências, que corriam o risco de ter só um valor conjuntural, pois apenas estavam institucionalizadas pela força do hábito, por um tratamento político e ideológico disperso e pelo empenhamento criativo dos militantes

* Embora tratando questões por vezes complexas, Álvaro Cunhal o faz numa forma simples e clara, numa linguagem perfeitamente acessível

A verdadeira imagem do PCP

edições
Avante!

Nunca mais...

As sondagens recomeçaram a chover. E elas próprias se remetem ao seu lugar relativo, demonstrando que valem o que valem, segundo o critério que adoptam e a manipulação que sofrem. Segundo, mesmo, a «situação» que visam. As sondagens não «davam» o resultado das eleições legislativas. Nem dão a das presidenciais. Bastou, com efeito, aparecer mais um candidato para os outros todos descenderem, cedendo ao novo candidato as intenções de voto. Agora, porém, para quem olha de costume as sondagens como indicadores certos da vontade dos portugueses, trata-se de lhes dar a volta como elas «merecem». Mário Soares, por exemplo, que sempre foi em sondagens — ou não terá sido assim? — e talvez chegasse a acreditar nos tais 43 por cento que nenhuma lhe indicava, virá-se irritado contra elas, que o desfavorecem, chegando em alguns casos a atribuir-lhe uns escassos oito por cento. Isto quando todos os principais candidatos parecem já ter subido à cena. Durante meses, muitos meses, entretanto, Soares nunca obteve senão um desacreditado «score». Vai daí e diz que nunca mais acredita. E lança-se no vazio. Esperando aterrar em Belém ou afogar-se no Tejo?

Ratos, ratinhos e ratões

A gente pensava que o amor de Abecasis por Pateta suplantara tudo e todos e deixaria mesmo Lisboa em segundo plano. Apanhado pelo Pateta e pela ideia do Luna-parque, Krus deixaria mesmo de ter tempo para escaqueirar sessões de animatógrafo, remeter-se-ia à sua paixão. As torres iriam parar de crescer, as amoreiras eram de novo árvores para bicho da

seda, as casas parariam de ruir da empena acima. Rebate falso. Abecasis, na linha de Pateta, tomou-se de amores por ratos. Paixão assassina (que o Pateta, por exemplo, apesar de chatear o Mickey, não pretende exterminá-lo). Abecasis vai mais longe, planeia matar ratos em Lisboa. De vez em quando é isto — tem de dar-se vazão às receitas aniquiladoras e os ratos é que sofrem. Fazem-se contas de sumir. Se um rato vivo tem, por ano, 440 descendentes, um rato morto deixa de os ter. E zás. A preocupação é legítima. Mas a desratização devia começar por uma limpeza na Câmara. Arrancando de lá os roedores do município.

Adivinhar chuva

Quando as coisas vão mal, já se sabe, promove-se a constituição de grupos de trabalho, de comissões, de gabinetes de estudo. Isto é o método que durante demasiados anos foi adoptado pelos governos. PS, PSD, CDS, dançando juntos ou sozinhos, têm demonstrado que tais grupos, comissões e gabinetes se mais não fazem, pelo menos diminuem o desemprego... político. No final ficam umas toneladas de papel para arquivar e pronto. Agora, o ministro Eurico, da Administração Interna, Política, Guarda, Secretas e etc., fazendo-se acompanhar pelo seu colega do Plano — para dar um ar menos policial à coisa — deu posse a um novo grupo de trabalho. Este irá elaborar um programa «visando obviar as situações existentes, potenciais causadoras de inundações ou cheias»... Com a marca da casa — que não quer saber das opiniões das autarquias sobre o assunto nem dos estudos feitos —, já se sabe que irão ser apresentadas soluções originais. Que tal cobrir o país com chapéus de chuva?

Pontos Cardeais

Com óculos de ver

Se quer ver o monstro, compre um par de óculos, que são logo três e dá direito a um prémio! Isto diz todos os dias uma locutora armada em anúncio e, pelas casas do país, as crianças inquietam-se, «querem ver que temos de comprar também uma televisão a cores?» O método é velho. Filma-se a mesma cena com duas câmaras, uma a puxar para o azul, outra para o vermelho. Junta-se com ligeiro desfoque, para dar a sensação de relevo, e montando no nariz um par de óculos — vidro vermelho, vidro azul —, você vê o monstro a entrar-lhe dentro de casa, abanando o rabo de contente. Não sabemos para que será esta febre toda. Nem para que irão servir os tais óculos de cartão e plástico, amorosamente construídos pela caridade organizada, senão para lhe dar, a si, telespectador, um ar ligeiramente tonto. O sistema é, velho e não provou em lado nenhum. Além disso, o monstro, a cores ou a preto e branco, com óculos ou sem eles, entra-lhe sempre em casa. Basta acender a televisão...

A vingança

O Partido Socialista, cujas rédeas Mário Soares ainda detém, manobrando do Saldanha para a rua da Emenda, entrou na fase da vingança. Primeiro foi aquela de propor Tió de Moraes contra Fernando Amaral, quando havia apoiado o

segundo apeando o primeiro, quando todos se entendiam. Depois pretendeu rasteirar, com uma moção de rejeição, o governo de Cavaco, cujo programa é tão parecido com o de Soares, não votando a moção do PCP, também por vingança. Agora afirma não permitir a revisão constitucional. Para defender a Constituição? Não é de crer, dada a pressa com que participou na anterior. Que fará, porém, no caso da Lei de Segurança Interna, que chegou a aprovar com ambas as mãos? Oxalá que se vingue. Mesmo que não seja do coração, é sempre de aplaudir o arrependimento.

Alarme e inquietação

No que se refere a presidenciais, a direita, mesmo a relativamente inteligente, anda alarmada (ainda que o alarme, verdade se diga, não seja só dela). No **Semanário**, a como sempre vastamente argumentativa prosa de Marcelo Rebelo de Sousa revela-o à evidência, dentro da sua habitual táctica de mostrar que o PCP é muito inteligente, tudo o que o PCP faz traz quilolitros de água no bico, são todos uns anjinhos e só ele, Marcelo, é que percebe o que o PCP quer — logo, Zenha é um perigo! Quanto a sondagens, esta inquietação pela candidatura Zenha é também manifesta, segundo resultados apurados poucos dias depois do seu lançamento: tudo indica, diz o jornal, que a segunda volta se venha a decidir entre Freitas e Zenha.

Citemos dois parágrafos extraídos dos comentários do **Semanário**. Um é caricato: «tudo bem quanto à candidatura de Freitas, excepto «uma nuvem, embora importante: não há por enquanto sintomas de que Freitas do Amaral esteja a conquistar votos à esquerda». Outro, é esclarecedor: «em relação a Lurdes Pintasilgo, os tempos não lhe estão propícios, o que é preocupante para a candidata e para a direita, que nela tinha um tampão até agora forte ao candidato a apoiar formalmente pelo PC e por Eanes».

Mais nada!

Os próximos actos eleitorais em Portugal e a recente cimeira de Genebra, ainda que não tendo nada a ver uma coisa com a outra, têm proporcionado uma notável convergência, na imprensa de direita ou próxima: o anticomunismo e o anti-sovietismo. Um excelente contributo para a filosofia do anticomunismo e do anti-sovietismo foi há dias dado pelo comentarista de **A Tarde** que, modestamente, se assina com as iniciais MMM, ao escrever esta retumbante e profunda frase: «quando virmos um comunista apoiar seja quem for devemos partir do princípio de que esse tal ou é parvo ou é objectivamente um aliado dos russos». Mais nada!

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Metida na sua cova estava a serpente chavelha toda a fingir que era nova e a alma que era tão velha...

Ah, quisesse toda a gente, estivesse ela unida agora e a danada da serpente não saía cá pra fora!

Mas não. E por este andar estão todos agora a ver quem, em primeiro lugar, a serpente vai morder...

II

O governo que está hoje em Portugal é um governo muito especial...

Está sozinho no circo: joga o laço é trapezista, ilusionista e é palhaço.

É tudo. É um faz-tudo. Mascarado faz-tudo que de bom não fará nada...

Ninguém o apoiou e lhe quis bem. Só ele em si votou — e mais ninguém...

Não é um governo deste mundo, o tal: é um governo muito... espacial...

III

O PS na Assembleia rejeita macaco!, o Cavaco por causa de ele ser da Direita...

Pois eu em mim, palavra, ainda não estou. O gente, de repente assim de repente o PS acordou?...

E então se ele acordou das tropelias porquê vai com o PSD aos abraçinhos para as autarquias?...

Já sei. O Cavaco que do Soares herda coisas raras tem duas caras lá dentro é da Direita e cá fora é da «Esquerda»...

O nosso povo é que lhes topa a ronha do Entrudo: fazem tudo afinal para ganhar o Campeonato Mundial da pouca vergonha...

IV

Queremos olhar sem medos as estrelas e na calma das noites sem luar queremos olhar o céu, queremos sonhar queremos até dialogar com elas.

São uma festa. Acendem-se mil velas convidam a dançar e a cantar. O Homem fez-se grande a caminhar guiado pelas suas mãos singelas.

A «guerra das estrelas»? Louca ideia! Só um monstro pode ir já fazendo a teia para caçar na guerra as luzes mansas.

Podem brincar tranquilas as estrelas saberão dia-a-dia defendê-las os povos, os poetas e as crianças.

Pró Frente Portugal!



Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 622

28 de Novembro de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

SESSÕES COM ÁLVARO CUNHAL

Sexta-feira, 29

Às 19 horas, jantar-convívio no refeitório da Fábrica de Limas Tomé Feteira, em **Vieira de Leiria** • Às 21 e 30, sessão de esclarecimento na Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, na **Marinha Grande**

Sábado, 30

Às 12 e 45, visita à Junta de Freguesia de S. Lourenço em **Azeitão** • Às 13 horas, almoço-convívio na Casa do Povo de **Azeitão** • Às 15 e 30, visita à Cooperativa de Habitação do bairro da Azeda em **Setúbal** • Às 16 e 30, sessão de esclarecimento na Cooperativa do Faralhão, em **Setúbal**

Domingo, 1

Encontro com a população de **Aldeia dos Fernandes** (Almodôvar) • Às 16 horas, visita ao Centro de Trabalho do PCP em **Almodôvar** • Às 16 e 30, comício na Casa do Povo de **Almodôvar** • Às 18 horas, encontro com a população na **Aldeia do Rosário**

te Córdova, Esc. de Santa Luzia. 20.30

PENAFIEL

Sessão de apresentação de candidatos. 15.00

VILA NOVA DE GAIA

Sessões de apresentação de candidatos em Canidelo (Salão da Junta, 21.30), Gulpilhares (Salão da Junta, 21.30), Mafumde (Escola Secundária, 21.15)

COIMBRA

Distribuição de propaganda eleitoral em Relvinha, Brinca, S. Miguel, B.º do Engote, Eiras, St.º Apolónia, etc.

No Mercado Norton de Matos, em Coimbra, a partir das 10.00

ARZILA

Apresentação de um vídeo sobre Coimbra e debate com os candidatos de Arzila

TAVEIRO

Convívio com magusto. Diaporama

MONTE-MOR-O-VELHO

Sessão em Meãs do Campo

FIGUEIRA DA FOZ

Distribuição de documentos em S. Pedro, S. Julião, Vila Verde (Fontela), Bom Sucesso, Santana, Quiaios, Brenha

MARINHA GRANDE

Distribuição de propaganda eleitoral nos mercados da Marinha e de Vieira de Leiria, e na feira semanal da Marinha. Porta-a-porta em Várzea, Casal Galego, Embrá, Albergaria

SETUBAL

Álvaro Cunhal no distrito de Setúbal: às 12.45, visita à Junta de Freguesia de S. Lourenço (Azeitão); às 13.00, almoço-convívio na Casa do Povo de Azeitão; às 15.30, visita à Cooperativa de Habitação de Setúbal (Bairro da Azeda); às 16.30, sessão de esclarecimento na Cooperativa do Faralhão

ALMADA

Encontro concelhio da APU com a participação do camarada Carlos Ramilhes e dos candidatos a todos os órgãos autárquicos concelhios. 14.30 na SFUAP

SANTIAGO DO CACEM

Sessões de apresentação de candidatos com a participação do camarada Luis Sá. 15.00

MOITA

«Encontro com a APU» no Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira

MONTIJO

Sessão no Centro Social das Faias, se-

guida de espectáculo com Fernando Farinha

SEIXAL

Sessão no Clube Recreativo da Cruz de Pau. 21.30

SOBRAL DE MONTE AGRADO

No cinema, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito. Apresentação dos candidatos. 21.30

Domingo

BEJA

Visita do camarada Álvaro Cunhal a algumas localidades do distrito: em **Aldeia dos Fernandes**, encontro com a população às 15.00; visita ao Centro de Trabalho de Almodôvar, às 16.00, e comício na Casa do Povo às 16.30; encontro com a população de **Aldeia do Rosário** às 18.00; em **Ourlique**, sessão de esclarecimento às 20.00

CARCAVELOS

Almoço-convívio e apresentação dos candidatos. Participação de Manuel Pedro, no Gimbre. 12.30

CAMARATE

Festa-convívio no salão dos Bombeiros Voluntários. Participação de José Casanova

DAMAIA

Sessão de esclarecimento no Salão da Junta. Participação do camarada Octávio Pato e de candidatos à Junta e à CM da Amadora

BRANDAO

Sessão com Jorge Lemos no Bairro de Alfornelos (futuras instalações da PSP). 15.00

LISBOA

Almoço-convívio e debate com a participação de Lino Paulo, CT de Alfama. 12.00

MAFRA

Almoço-convívio e comício. Participação de António Andrés. A partir das 13.00

PORTO

«Conhecer Lordelo sobre o Património e o Ambiente» — debate com o professor Hélder Pacheco. 10.00

COIMBRA

Às 10.00, porta-a-porta em Eiras, Casais de Eiras, Redonda, S. Paulo de Frades, Casal de Fora, Vale da Luz, St.º Apolónia; às 14.00, em Alameda e Santa Cruz; às 16.00, em Marmeleira e Souselas; em S. João do Campo; em S. Martinho do Bispo e em Taveiro.

Magustos em S. Bartolomeu, Vila Verde e Lamarosa.

Convívio, com almoço e uma minimaratona, em Antuzede, a partir das 9.30.

Segunda

VILA DO BISPO

Sessão de apresentação de candidatos em Figueira — Centro Cultural. 21.30

COIMBRA

Apresentação em Tovim de um vídeo sobre a cidade de Coimbra

MARINHA GRANDE

Encontro com a população da Amieira, na sede da colectividade. 21.30.

Terça

SACAVÉM

Sessão no Sport Clube Sacavenense com José Casanova. 21.30

MOSCAVIDE

Sessão na Casa da Cultura com Abílio Martins. 21.30

PONTINHA

Sessão no U. Desport. do Bairro St.º Maria com Zita Seabra. 21.30

SARILHOS

Sessão na AMUT. 21.00

MARINHA GRANDE

Encontros com as populações em Trutas e Amierinha, nas sedes das respectivas colectividades. As 21.30. Encontro com a Juventude na sede da Ordem. 21.30

S. MARTINHO DO BISPO

Encontro com a população no Clube Cultural do Espírito Santo das Touregas. 21.00

PORTO

Encontro das Comissões de Trabalhadores da Região do Porto — a partir das 9.30 nas instalações da Junta de Freguesia do Bonfim.

Quarta

MARINHA GRANDE

Debate sobre a Juventude. Na colectividade de Picassinos. 21.30.

Encontros de candidatos com as populações em Casal Gale-

go e Embrá, nas respectivas colectividades, às 21.30

LISBOA

Sessão com Octávio Pato na Ameixoeira. 21.30.

Sessão com José Casanova na Quinta da Calçada. 21.30. Sessão no LNEC (Av. Brasil) com Severiano Falcão

CASTANHEIRA DO RIBATEJO

Sessão com Zita Seabra. 21.30

AMADORA

Sessão no Damaja Ginásio Clube com Orlando de Almeida. 21.30.

Sessão no Clube Recreativo do Bairro Janeiro com Maria D'Aires.

Quinta

LISBOA

Sessão-debate com trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa no Café-Concerto de Alvalade. Participação de Carlos Carvalhas e Anselmo Anibal. 18.30.

Quinta 28

S. DOMINGOS DE RANA

Octávio Pato em sessão de esclarecimento em Mato-Cheirinhos. 21.30

ODIVELAS

Sessão de esclarecimento com José Casanova na futura Casa dos Reformados. 21.30

LISBOA

Plenário da célula da EPNC no CT Vitória. Participação de Ruben de Carvalho. 17.00

COIMBRA

Ações de esclarecimento, com distribuição do Jornal APU, na Guérin e na C. Santos. 12.30

VILA DO BISPO

Sessão de esclarecimento em Salema — Clube Recreativo. 21.30

SESIMBRA

Plenário de candidatos e activistas da



APU na freguesia de Santiago. Na sede da APU. 21.30

MONTIJO

Sessão de esclarecimento no Futebol Clube; outra no Sindicato das Carnes com trabalhadores da Saúde

PORTO

Sessão-debate na Cooperativa do Povo Portuense com Angelo Veloso. 21.30.

Sexta 29

MARINHA GRANDE

Álvaro Cunhal: Jantar-convívio em Vieira de Leiria (refeitório da Fábrica de Limas Tomé Feteira) — 19.00; sessão de esclarecimento na Marinha Grande, sede da Ordem — 21.30

BARREIRO

Plenário de activistas e população no Salão dos Rodoviários. 21.00

ALMADA

Sessão de esclarecimento na Costa da Caparica. Com José Maia. 21.00

MONTIJO

Sessão no Salão Nobre da Câmara

SETUBAL

Sessão de apresentação, no Intendente, dos candidatos a S. Sebastião. Sessões de apresentação dos candidatos à Freguesia do Sado: na Cooperativa do Faralhão, 21.00, e em Praias do Sado

VILA DO BISPO

Sessão de apresentação de candidatos em Budens, na Sociedade Recreativa. 21.30

AZAMBUJA

Sessão de esclarecimento com Octávio Pato. 21.00

RIO DE MOURO

Sessão de esclarecimento com a participação do gen. Vasco Gonçalves. 21.00

S. JOÃO DA TALHA

Sessão de esclarecimento com Zita Seabra. No Sport Sanjoanense. 21.30

VIALONGA

No Lugar da Granja, sessão com José Ernesto Cartaxo. 21.30

ALVERCA

Sessão de apresentação de candidatos. 21.30

AMADORA

Sessões de apresentação de candidatos da **Falagueira** com Orlando de Almeida (na «União e Progresso» da Venda Nova — (21.30.); da **Venteira**, com Miguel Judas (Ass. Académica da Amadora (21.30)

COIMBRA

Distribuição de propaganda eleitoral na Auto Industrial e em Ribeira de Frades. 13.30

SESIMBRA

Plenário de candidatos e activistas da freguesia do Castelo. Biblioteca do Zambujal. 21.00

Sábado 30

VALE DE FIGUEIRA

Almoço-convívio organizado pela Com. Eleit. da APU na Robbialac na cantina da Escola Primária. Com a participação de Joaquim Soares (MDP/CDE) e dos camaradas Jerónimo de Sousa. 13.00

S. JOÃO DOESTORIL

Sessão de apresentação de candidatos. Com Helena Cidade Moura (MDP CDE) e do camarada Ruben de Carvalho. Escola Secundária. 17.00

BELAS

Sessão de apresentação de candidatos. Sala por baixo da Junta de Freguesia. 21.00

LISBOA

Visita do Alm. Rosa Coutinho a Alcântara, à tarde; às 21.00, sessão em Alvide. Almoço promovido pela Segurança Social no CT de Alfama, seguido de sessão em que participa a camarada Germina, 1.ª candidata da APU à freguesia da Charneca

ALGUEIRÃO

Sessão com José Casanova, no Progresso Clube. 21.00.

RIO DE MOURO

Sessão de apresentação de candidatos. No Centro Social. 16.00

PORTO

Na Esc. Filipa de Vilhena, apresentação dos candidatos à freguesia de Paranhos. 15.00. Sessões idênticas em Lordelo do Douro (21.30), Ramal-de (21.30), Bonfim e Santo Ildefonso

GONDOMAR

Apresentação dos candidatos à freguesia de Valbom. Festa com Samuel; apresentação de candidatos à freguesia de S. Cosme

VALONGO

Apresentação dos candidatos à freguesia. 21.30

VILA DO CONDE

Visitas às freguesias de Vilar e Azurara

PÓVOA DE VARZIM

Apresentação de candidatos. Associação Comercial. 21.30

SANTO TIRSO

Sessão e festa de apresentação de candidatos em Vila das Aves. Escola do Bom Nome. As 16.30. Idêntica iniciativa em Mon-



Viva a alegria
Viva o bem-estar
Viva a felicidade
à beira mar.

Negreiros, Almada — (1893-1970) in «Os Desenhos de Almada n.º "O Semprefixe"» (1926-1935) — Prefácio de José-Augusto França. Edição do Departamento de Documentação e Pesquisa do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian — Lisboa 1984.

TV **O Programa**

Quinta ²⁸
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens» 42.º Epis.
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.55 — Follow Me — 7.ª e 8.ª lições
- 19.20 — Golo!
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor», 104.º Epis.
- 21.30 — Série — «Crime, Disse Ela»
- 22.25 — Panorama
- 23.45 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «Recruta Bailey»
- 20.00 — Conheça Melhor — O Nordeste Brasileiro
- 20.30 — Série — «Horizontes de Glória», 6.º Epis.



- 21.40 — Da... Música — Encontro com Maria José Branco, 1.ª bailarina da Comp. Nac. de Bailado
- 22.30 — Jornal da Noite

Sexta ²⁹
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — Animação
- 18.30 — Notícias
- 18.45 — O Mar e a Terra — A Ilha de Porto Santo
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela «Louco Amor»
- 21.20 — Televisão, a Caixa que Mudou o Mundo — O Documentário



- 22.20 — Série «Em Lisboa, uma Vez» — «Morte d'Homem» (4.º e ult. epis.)
- 23.20 — Último Jornal
- 23.35 — Emissão Experimental em 3 Dimensões — «O Monstro da Lagoa Negra», real. Jack Arnold (EUA/1954)

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.05 — Medicinas Alternativas
- 20.30 — Godard 6X2
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Jornal da Noite

Sábado ³⁰
RTP1

- 11.30 — Tempo dos Mais Novos — «Caçadores e Grilos», «Era uma Vez o Espaço», «Vidas em Perigo», «Jornalinho»
- 14.00 — Dar e Receber
- 14.25 — Série — Os Três Dukes

- 15.30 — Desenhos Animados
- 16.00 — Panorama
- 16.30 — O Mundo Maravilhoso de Walt Disney
- 17.30 — Série — O Dia em que o Mundo Mudou
- 18.15 — Museu do Louvre
- 19.05 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Série «A Grande Barraca»
- 21.15 — 50 Anos Depois de Pessoa (poemas ditos por João Perry, depoimentos de Teresa-Rita Lopes, David Mourão-Ferreira, Joel Serrão)
- 22.00 — Aplauso
- 22.55 — Último Jornal
- 23.05 — Sábado Especial — «A Loja dos Horrores», real. Roger Corman (EUA/1960).

RTP2

- 18.30 — Troféu
- 20.00 — Animação
- 20.30 — O Tempo das Catedrais



- 21.30 — Série — «Jogo Mortal», 1.º Epis.
- 22.35 — Cartas de Amor de Fernando Pessoa.

Domingo
RTP1

- 10.30 — 70 vezes 7
- 11.00 — Missa
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — TV Rural
- 13.30 — Tempo dos Mais Novos — «O Maestro e a Companhia», «Zarabadin», «Concurso Arco Iris»
- 15.00 — Sessão da Tarde — «Uma Mulher no Inferno», real. Daniel Mann (EUA)



- 17.00 — Série — «A Amazônia de Costeau», 2.º epis.
- 18.00 — O Outro Lado da Crise
- 19.00 — Top Disco
- 19.50 — Como, Quem, Porquê?
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Portugal, Passado Presente
- 21.00 — Badarósissimo
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.00 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Novos Horizontes
- 20.00 — Adágio
- 20.30 — Nós Por Cá
- 21.15 — Cine-Clube — «O Mistério de Oberwald», real. Michealangelo Antonioni (Itália/1980)

Segunda
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Desportivamente
- 19.15 — A Revolução Liberal
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico



- 20.35 — Telenovela — «Louco amor»
- 21.15 — Concurso 1, 2, 3
- 23.30 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Viana do Castelo
- 20.30 — Teatro para Sempre — «Rei Lear» (II Parte), enc. Giorgio Strehler
- 22.30 — Jornal da Noite

Terça
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos



- 18.35 — Século XX — «A China em Marcha»
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Imagens em Movimento, 2.º Progr.
- 21.50 — Programa da Direcção de Informação
- 22.50 — Série — «O Homem Invisível»
- 23.20 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Videópolis
- 20.30 — Falar de Macau



- 21.00 — Sessão das Nove — «Alemanha Mãe Pálida», real. Helma Sanders-Brahms (RFA/1980)
- 23.00 — Jornal da Noite

Quarta
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Trânsito
- 19.20 — Telemundo
- 19.55 — O Livro Grande Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.40 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.30 — Noite de Cinema — «Marcado pelo Ódio», real. Robert Wise (EUA/1956)
- 23.30 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 19.50 — Artistas Portugueses — O Escultor Martins Correia
- 20.30 — Série — «A História Secreta do Petrôleo
- 21.30 — Fol Exito na TV
- 22.30 — Jornal da Noite

Livros

«O Sargento na Neve», de Mário Rigoni Stern. Tradução de Lígia Pinto. Introdução de Paolo Angeleri, Director do Instituto Italiano de Cultura em Portugal; editorial Caminho, colecção «Nosso Mundo», Lisboa, 1985. Preço 400\$00.

A guerra acaba sempre por ter a mesma cara. Mudam porventura as faces dos beligerantes, muda a paisagem, muda eventualmente o tempo e o lugar em que ela se desenrola e se narra. Mudam fundamentalmente os pontos de vista de quem aborda a tragédia que sempre é. Isto não contando, é claro, com o talento de quem conta.

Arredando da conversa os autores e os livros que não valem uma olhadela, ou os que da guerra pretendem demonstrar a inevitabilidade — ou ainda a querem colocar no altar das divindades e dos mitos grandiosos —, fica-nos o lote daqueles autores e daqueles livros que da guerra extraem o absurdo dramático de um confronto injusto, ou o dramático elogio da guerra justa — a de libertação, a da defesa do povo e da pátria contra a tirania e o imperialismo.

Este livro, «O Sargento na Neve», integrado no primeiro dos casos — o absurdo —, coloca-se entretanto num curioso plano, a contar a história, pessoal e colectiva, do militar levado para uma guerra de que lhe não interessam os motivos, peão de interesses que não são os seus nem os do seu povo, frente a outros soldados que defendem a sua terra e a vida dos seus.

Não é o romance-acusação e testemunho da injustiça apontando-a a dedo. Autobiográfico, este romance escapa ao rol dos que lançam, através do autor-narrador, um olhar completamente lúcido sobre o que se passa e sobre a acção que o autor e os seus infortunados companheiros desenvolvem. É a própria acção que esclarece. O «Sargento», aliás o autor-narrador, debate-se entre a compreensão do que está a acontecer, uma retirada inglória atravessando a neve russa, furando o cerco das tropas soviéticas para, arremessando as armas ao chão, debandar mais depressa, e a sua condição de militar, comandante de um pelotão cujo tenente foi posto fora de combate.

Em seu redor, enquanto os tiros estalam e a fome estrangula, ouvem-se os queixumes e

as esperanças dos soldados — voltar a casa, quando voltamos a casa?, a Itália ainda está longe? E a ele próprio surgem miragens, lagos, flores, a sua montanha natal. Uma vez entra armado numa casa da estepe. À mesa soldados soviéticos comem. Estende-lhe comida. Mas o nosso «herói», que vê ao longe, do outro lado da trincheira, os russos sobre os quais dispara, se os sente perto na humanidade que têm, sente-se integrado no exército que não precisa de compreender. E chora os generais fascistas de Mussolini, derrotados e abatidos pelo caminho. E confraterniza com as tropas nazis, nessa estranha camaradagem da guerra...

É ao leitor, pois, que cabe escolher o seu campo, num caminho tão difícil de encontrar como o próprio trilho destes soldados italianos em debandada pela estepe russa. A caminho de casa, onde muitos não chegarão.

O autor-narrador voltou a Asiago, às suas montanhas que o viram nascer em 1921, na terra onde brincou aos soldados como muitas crianças ainda fazem; daí partiu para a Segunda Guerra Mundial, nas tropas que Mussolini enviou para a campanha da Rússia. A brincadeira terminara. Como sargento dos alpinos, Mario Rigoni Stern fez as campanhas de França, Grécia, Albânia e Rússia. Foi prisioneiro na Lituânia, na Silésia e na Estíria. Mas voltou. E, funcionário cadastral na sua terra, contou, serenamente, como foi.

Por mais de uma vez tornou à terra que ajudou a invadir, por onde andou semeando morte. De volta, foi para encontrar amigos no povo russo que soube ver através do arame farpado, reconhecendo que a fraternidade dos homens é mais forte que o aço das armas que logo enferruja sob a neve e o sangue das guerras. «O Sargento na Neve» é um livro a ler com muita atenção, com a mesma prudência que o narrador usa ao longo das páginas e ao correr de uma linguagem sem artifícios.



Cinema

Teatro O Cartaz

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amantes	★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
B A Companhia dos Lobos	★	★★	★★	—	—
C Cotton Club	—	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D Eu Vos Saúdo Maria	★	★★★	★★★	—	★
E História Interminável	★	—	★	—	★★
F O Justiciero Solitário	★★★	—	★★★	—	★★★
G A Rosa Púrpura do Cairo	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
H Siberiada	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	—

Classificação de

A — Real. John Cassavetes — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15, 23.30) — Lisboa.
 B — Real. Neil Jordan — Alfa/3 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) (só hoje) — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/3, Apolo 70, Nimas, Quarteto (a partir sexta, dia 29).
 D — Real. Jean-Luc Godard — N'Gola (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa (só hoje).
 E — Real. Wolfgang Peterson — Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Caleidoscópio (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Clint Eastwood — Castil (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa (só hoje).
 G — Real. Woody Allen — Hollywood/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 H — Real. Andrei Kontchalovski — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.

• LISBOA

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb. 21.30; dom. 17.00; Amadís, de Abel Neves, enc. João Mota.
Sala-Dois: De segunda a sáb. 22.00; dom. 15.30. O Tunnel, de Paer Lagerkvist, enc. Manuel Cintra (até 30/11).

Maria Vitória, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II, De 3.ª a sábado, às 21.30, sábado e domingo às 16 h O Morgado de Fafe em Lisboa, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos.

Sala Experimental, de 3.ª a sáb., 21.45; sáb. e dom. 16.30: O Marinheiro ou Hamlet e o Pavor do Desconhecido, textos de Pessoa e Shakespeare, wnc. Norberto Barroca — Grupo Fernando Pessoa (Até 24/11).

NO TEATRO DA TRINDADE I
 de 19 NOV a 1 DEZ

FESTIVAL GRUPO DE CAMPOLIDE
 apoio Rádio Comercial

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

CARLOS GONÇALVES em

O CAPOTE

de

nicolau GOGOL

encenação JOAQUIM BENITE

com CANTO E CASTRO, LUIS VICENTE, MARIA HENRIQUETA, ANTONIO MOTA, VITOR GONÇALVES a seguir

1383 - REUS E JUIZES - A EXCEÇÃO E A REGRA - TEMPOS DIFICEIS - COMO MA TAR O TUBARÃO - HUGHIE - A QUEDA DE UM ANJO - PEQUENO CIRCULO DE GIZ - A MENINA, O GATO E O ROBO?

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. Tu e Eu, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 3.ª a dom., 21.45; sáb. e dom., 16.00. A Revista à Portuguesa, recolha e adapt. Joaquim Pessoa, enc. Gabriel Pais.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a 6.ª 21.30. Sáb e Dom/16.00 e 21.30. O Regresso da Guerra. Enc. Pedro Pinheiro.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a Sáb/21 h; Dom/16 h. Páscoa, de August Strindberg, enc. Luis

Miguel Cintra — Cornucópia.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 3.ª a Sáb. 21.30, Dom. 16.45. Embalagem Perdida, de Vera Feyder, enc. Ricardo Marques.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00. Jardim de Outono, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins — Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. Pouce Barulho, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

• PORTO

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./21.45; Dom. e feriados / 16.00. Os Amoros da Foz, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

• SETÚBAL

TAS — Teatro de Animação de Setú-

bal. 6.ª, sáb. dom. e 2.ª, 21.30. O Menino de Sua Mãe, textos de Fernando Pessoa, música de Carlos Curto, enc. Carlos César e Carlos Curto.

Para crianças • LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb e dom. 15.30. O Mãe Deixa-me ir Ver as Outras Mães, enc. Ana Mourato — Grupo Joana.

Comuna, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. Os Cágados texto de Almada Negreiros. Adpt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. 3.ª, 5.ª, 6.ª/9.30, 11, 13.30. Bola de Sabão, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb./16.00 — O Canteiro Valdo, de Soledade Martinho da Costa; Dom/16.00 — Graças e Desgraças d'El Rei Tadinho, de Alice Vieira.

Exposições

Aquilino Ribeiro, exposição biblio-icónográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10 às 20, até fins de Novembro.

«Artes em Movimento», pintura e escultura. Teatro Ibérico, R. de Xabregas. De 3.ª a dom/15 às 20, até 7/12.

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender», Visitas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

«Arquipélago», colectiva de escultura e pintura (Ana Léon, J.P. Croft, P. Cabrita Reis, P. Calapez, Rosa Carvalho, Rui Sanches). SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20.

Augusto Barros, pintura. Espaço Aliança, R. Braancamp, 13, 1.ª (Até 29/11).

Bussab, pintura, SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20, até 29/11.

Catarina Baleiras, pintura. ESBAL, Lg. da Biblioteca Pública. De 2.ª a 6.ª/12 às 20, até 6/12.

David Hockney, fotografia. Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av.ª Berna. 3.ª, 5.ª, 6.ª, Dom/10 às 17; 4.ª e Sáb/ 14 às 19.30.

Eduardo Nery, fotografia e pintura. Galeria Quadrum, R. Alberto de Oliveira. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; sáb/15 às 19, até 7/12.

Gil Telxela Lopes, pintura. Galeria S. Bento, R. do Machado, 1. De 2.ª a sáb/11.30 às 13 e 15 às 20.30, até 30/11.

Os grandes Projectos Arquitectónicos de Paris 1979-

-1989. Museu do CAM/Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e Dom./10 às 17; 4.ª e Sáb./10 às 19, até 30/11.

História dos Transportes Terrestres e Metropolitanos do Mundo, Centro Comercial Amoreiras, das 10 às 24.

Intergravura 85, Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13, até 30/11.

Isabel Mendes Ferreira, pintura. Gal. Altamira, das 10 às 24, até 29/11.

Isabel Torres, pintura e Laranja Santa, escultura. Galeria Palma, Calçada de Palma de Baixo, 6 (S. Domingos de Benfca). Das 14 às 20, até 1/12.

João Bento de Almeida, arquitectura — escultura e pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada. De 3.ª a sáb/15 às 19, até 6/12.

Jorge Martins e Jorge Molder, desenho e fotografia. Centro de Arte Moderna da Gulbenkian. 3.ª a dom/10 às 17.

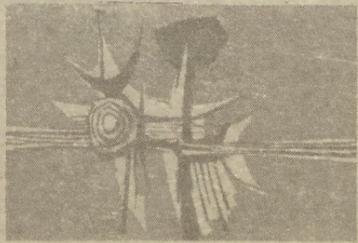
José Guimarães, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª/10 às 19; sáb/10 às 13, até 4/Jan.

Larry Fink, fotografia. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª-Dt.º, 2.ª a sáb/16 às 20, até 4/12.

Kira, pintura. Das 10 às 24, Centro Comercial Fonte Nova, até 12/12.

Manuela Mourato, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova Trindade, 18-B, até 28/11.

Maria Teresa Follha, pintura, técnicas mistas. Ateller 15, R. Freitas Gazul, 24-D. 2.ª a 6.ª/18. As 22; Sáb/ 15 às 19.



António Charrua

Mostra da Cultura Indiana, pintura, gravura e artesanato. Fórum Picoas. Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. 2.ª a 6.ª/13 às 23; sáb. e dom./15 às 23, até 30/11.

Paulo Ossião, aquarelas. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª/10 às 20, até 16/12.

Pintura, de Mário Botas, Jorge Martins, Eduardo Nery, João Hogan e outros. Casa Museu Anastácio Gonçalves, Av. 5 Outubro. De 3.ª a Dom/10 às 17.

Projectos de Esdutores. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.ª 3.ª a 6.ª/15 às 20; sáb. e dom./16 às 19, até 7/12.

Rafael Bordalo Pinheiro, faianças. Palácio Galveias, Campo Pequeno. De 3.ª a dom/ 14.00 às 19.00, até 30/11.

Ruy Leitão, pintura. Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av.ª Berna. 3.ª, 5.ª, 6.ª, Dom/10 às 17; 4.ª e Sáb/ 14 às 19.

Scarlatti e Portugal, Galeria Almada Negreiros, Av.ª Republica, 16.

Teresa Magalhães, pintura e serigrafia. Galeria Gemini, Centro Comercial Gemini na R. Sousa Lopes. 3.ª a dom/12.30 às 15.30 e 19.30 às 22.30, até 20/12.

Vestir 1955-85 e Traje Romântico. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-

Pedro Calapez, pintura. De 2.ª a sáb/15 às 19.30. Gal. Alfaro, Trav. Visconde da Luz, até 4/12 — Cascais.

Rogério Ribeiro, pintura e desenho. 3.ª a dom/15 às 19, até 8/12. A Galeria, R. Nova de Alfaro — Cascais.

Joaquim Bravo, pintura. Teatro Garcia de Resende — Évora.

Vespeira, obra gráfica, e concorrentes ao Prémio Vespeira de Artes Visuais. Galeria Municipal, R. Almirante Reis. De 2.ª a sáb/14, às 20, até 8/12 — Montijo.

José Mouga, pintura. Convento de Jesus/ Gal. de Exposições Temporárias do Museu de Setúbal.

D. Fernando II e a Ópera do Séc. XIX. De 5.ª a 3.ª/10 às 17, até 15 Dezembro. Palácio Nacional Sintra.

Cartazes de Aurelindo Ceia, José Brandão, Sebastião Rodrigues. Galeria Nova — Torres Vedras.

Exposição Nacional — Ano Internacional da Juventude e da Música (pintura, serigrafia, desenho, etc.) na Casa Museu Teixeira Lopes, de terça a sábado, das 9 às 12 e das 14 às 19, domingos, das 14 às 18. Até 30 de Novembro. — Vila Nova de Gaia.

Isabel Mendes Ferreira, pintura. Gal. Altamira (Pão de Açúcar), das 10 às 23, até 29/11 — Cascais.

José Rodrigues, aquarelas. Gal. Astolfi. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21. Birre Centro —

...e ainda Música, debates, etc.

ENCONTRO
 ALVALADE

um local de encontro

POPULUNDO

permanentemente

Encontro Alvalade
 Cinema — Ciclo «Memória do Fascismo»

5.ª, dia 28 — «O Grande Ditador», real. Charles Chaplin. 17 e 21 e 30 horas.
 Dias 30, 1, 2 e 3 — «Idi I Smotri» (Vai e Vê), real. Elem Klimov. 17 e 21 e 30 horas. Grande Prémio Festival de Moscovo/85, 1.º Prémio (tema livre) do Festival de Tróia. Primeira exibição pública em Portugal, estreia absoluta em Lisboa.



Exposições
 Aquilino Ribeiro. Exposição Documental.
 Alvaro Perdigão, pintura.

CINEMATOGRAFHE LUMIERE

Manhã Infantil — «Encontro com Aquilino». Visita à exposição, desenhos, histórias contadas, surpresas. Dia 1 Dez., às 11 horas.

Café-Encontro — Dom., 2.ª e 3.ª, F. Potier, Manolo Potier e Luísa Ortigoso — Música de sempre; 4.ª — Pedro Branco; 5.ª — Rui Rocha e Isabel; 6.ª — Discoteca; sáb. — Pedro Branco.

«Monumental desforra» — dia 29, 21 e 30 horas — Carlos do Carmo e Paulo de Carvalho. «O Charmoso do Bairro Alto contra o Necas de Alvalade» (Lotação esgotada).

Exposição Música
 A Indústria do Vidro no séc. XVIII. A Real Fábrica de Vidro de Coia. Iniciativa da

Câmara Municipal do Barreiro e da Associação Arqueológica Industrial da Região de Lisboa. Patente ao público no Museu do Barreiro (ex-Matadouro Municipal) até 14 de Dez., das 14 às 19 h e das 21 às 23 horas.

Outros espectáculos musicais — Fausto com «O Despertar dos Alquimistas», 6.ª/dia 29 e sáb./dia 30, às 21.30, Teatro Rivoli, PORTO.

Pedro Barroso — 6.ª/dia 29, às 22.00, Aula Magna, LISBOA.

Fernando Tordo — 6.ª/dia 29, às 21.00, Voz do Operário, LISBOA.

Maria Guinot — Hoje, às 21.30, no Cine St. António FARO e dom./dia 1, às 15, no FORTE DA CASA.

José Viana — Dom./dia 1, às 22. Cine Teatro de NISA.

Carlos Mendes — Dom./dia 1, às 15, no Salão Vale de Fundação, em Marvila, LISBOA.

Desporto
 1.ª Estafeta Noturna do Concelho de Alcochete. Inicialmente da Câmara Municipal de Alcochete e do Real Canto do Pinheiro, no âmbito do Ano Internacional da Juventude. Dia 7 Dez., às 21 horas.

VI Grande Prémio de Natal em Atletismo. Provas para crianças, seniores e veteranos, em Coruche. Dia 1 Dez., às 10 horas.

Bailado

Ballet Gulbenkian — 4.ª/dia 4, às 21.30 — Hero, Nova Coreografia de Vasco Weltenkamp sobre música de Scriabine e Danças dos Espíritos — Grande Auditório (este espectáculo repete dias 5, 6 e 7).

Companhia de Dança de Lisboa — Dias 28 e 29, às 21.30, dia 30, às 16.30 e 21.30 — Missing Persons, Insónia e Sete Situações à Volta da Mesa — Teatro Municipal S. Luiz.

Conferências

Aquilino Ribeiro — Em mais uma conferência do ciclo que tem estado a decorrer na Biblioteca Nacional, Fernando Piteira Santos falará sobre «Aquilino, Libertário Republicano», na 2.ª-feira dia 2, às 18 horas.

Sobre Bach, Haendel e Schutz profere João de Freitas Branco uma palestra na Associação Portuguesa-RDA, Pq. José Fontana, 17-4.º. Em complemento, a projecção de um documentário sobre a vida e obra de Bach e a audição de fragmentos de obras dos três compositores. Na 6.ª-feira dia 29, às 21.30.

Tempo Fim de Semana

Segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, o céu vai estar muito nublado, com períodos de chuva, mais frequentes e intensos nas regiões do Norte. Vento fraco ou moderado de Sul.

Variedades & utilidades

Toulouse-Lautrec: as cartas de nobreza do cartaz

A 24 de Novembro de 1864, filho de uma família aristocrática francesa, nascia, em Albi, uma criança que, por muitos motivos, se viria a tornar uma das mais conhecidas figuras da pintura francesa: Henri de Toulouse-Lautrec.

Com graves problemas de saúde desde a infância, viria a sofrer na adolescência (em 1878 e 1879) dois acidentes graves que agravariam definitivamente a sua débil constituição óssea, transformando-o quase num anão dolorosamente deformado. A inconfundível figura física de Toulouse-Lautrec, aliada ao gritante contraste entre ela e a sua vida e obra, definitivamente contribuíram para uma popularidade que ultrapassou o seu desaparecimento, aos 37 anos de idade.

Desde cedo manifestando inulduvel talento para a pintura, fez a sua aprendizagem em Paris junto de alguns dos nomes então mais conceituados da pintura francesa: René Princetun, Leon Bonnat e o desenhador Puvis de Chavannes. Assim preparado com uma sólida escola clássica, foi contudo o nascente movimento expressionista que o conquistou formalmente: o seu convívio com Renoir, Degas, Bonnard constituem os elementos determinantes de um estilo inconfundível, profundamente marcado por um fulgurante tratamento de cores e, essencialmente, por um poderoso talento de desenhista.

Se a sua obra puramente de pintura enfileira entre outras do período expressionista francês, a Toulouse-Lautrec «devem-se — como escreve Lo Duca — as cartas de nobreza do cartaz». «Sem nada sacrificar da grandeza do seu estilo — acrescenta ainda Lo Duca — criou cartazes de uma grande beleza e força.»

É verdade que a outros grandes artistas franceses anteriores se devem os primeiros cartazes: Daumier e Gustavo Doré, Gavarni, Horace Vernet. O que hoje parece quase banal não o era há um século: um pintor criar uma

obra destinada a impressão e, portanto, a multiplicação, bem diferente da tela única e, ainda mais significativo, a uma afixação pública e a uma existência efémera.

No que se refere à utilização deliberada das novas técnicas a possibilitarem impressões em grandes áreas, ela partiu essencialmente de artistas com um trabalho desde sempre mais ligado à tipografia: os desenhadores e ilustradores como Daumier e Doré para quem a multiplicação de trabalhos não constituía um «empobrecimento» da sua obra. Quanto à utilização pública de obras assim retiradas do consumo mais sofisticado das galerias de arte ou dos interiores das casas abastadas, sem dúvida que a Toulouse-Lautrec se deve esse trazer das belas-arts para o consumo quotidiano. Outros cartazes haviam sido já produzidos na esteira da necessidade de promoção de produtos de consumo do capitalismo em desenvolvimento, mas sem a componente estética valiosa que a partir de então lhe seria concedida.

A quase totalidade dos 31 cartazes criados por Lautrec referem-se a espectáculos, à sua divulgação ou das salas que os acolhiam. É evidente que tal facto integralmente se liga com a vida boémia do pintor, presença constante dos grandes cabarets e cafés-concerto da Paris da época: o Moulin Rouge, o Folies Bergère, o Moulin de la Gallette. Mas, se sob o ponto de vista psicológico e existencial, a paixão de Lautrec pela alegria, exuberância e sensual beleza das bailarinas de can-can do Moulin Rouge é referenciada aos cruéis defeitos físicos que lhe marcavam o corpo, é significativo que

esta primeira fusão entre o trabalho de um pintor e o produto estético de grande consumo como é o cartaz tenha surgido em torno do espectáculo. É natural que a côr, as formas da dança e do palco constituíssem elemento mais estimulante para um sólido talento como o de Lautrec do que a pura promoção comercial de tintas ou roupa...

Com o famoso «La Goulue» de 1891, Toulouse-Lautrec cria o seu primeiro cartaz: nos dez anos que seguiram, mais uma trintena de poderosas manchas de côr, formas afirmativas e de grande movimento iriam criar um verdadeiro padrão para o cartaz. Porque o decisivo elemento de comunicação/anúncio de uma mensagem a divulgar encontrou nos cartazes de Lautrec uma coerência com a pura qualidade estética que fazem dessas trinta pranchas clássicas de uma técnica ainda hoje reproduzidos e copiados.

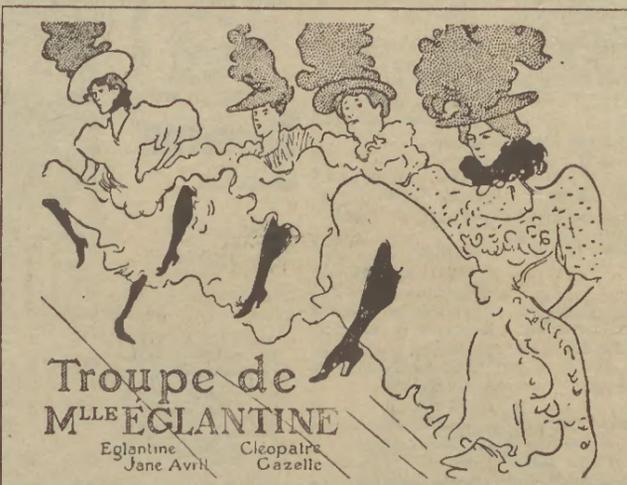
Os dois cartazes da cantora «Jane Avril» (de 1893 e 1899), o famoso «Aristide Bruant» que ficou para sempre a imagem do homem que, com Montehus, lan-



çava as primeiras pedras da **chanson** parisiense, o festival de côr de «Confetti» (1894) jun-

tam-se a outras criações de espantosa força como «Au pied de l'échafaud — Memoires de l'Abbé Faure» (1894), à «insolente simplicidade» — como dirá Lo Duca — de «May Milton» (1895) e ao maravilhoso «Gitane» (1900), a última criação de um período em que Lautrec acusava já as dores criadas por uma vida desregrada que, um ano depois, poria fim à sua breve, atormentada e fulgurante carreira.

No museu de Albi, sua terra natal, e em salas um pouco por todo o mundo, as telas de Lautrec acompanham os grandes clássicos do expressionismo francês: mas a esse apaixonado de cantoras e bailarinas, cabarets e espectáculo se ficou a dever a demonstração na vida que uma nova forma de criar beleza na comunicação de massas era possível: o cartaz.



«Églantine» (1896)



«Moulin Rouge» (1891)



«Confetti» (1894)



«May Milton» (1895)

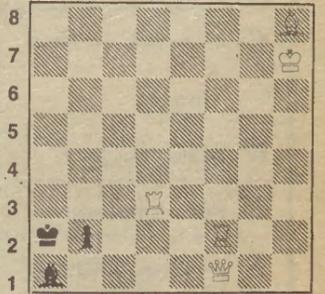
Xadrez

XXVII — 28 de Novembro de 1985

Proposição n.º 28
Por V. Paparella
«L'Italia Scacchistica», 1948

Pr. (3): Pb2-Bal-Ra2

Br. (5): Bh8-Ts. d3, f2-Df1-Rh7



Mate em 2 lances

Jogo n.º 28

Torneio Internacional de Amsterdão, 1985
Br. Hellers — Pr. De Wit

1. e4, e6; 2. d4, d5; 3. Cd2, Cf6; 4. e5, Cfd7; 5. Bd3, c5; 6. e3, Cg6; 7. Cg3, Db6; 8. 0-0, cxd4; 9. cxd4, Cxd4; 10. Cxd4, Dxd4; 11. Cf3, Db6; 12. Da4, Db4; 13. Dc2, Dc5; 14. De2, Db6; 15. Be3, Dd8; 16. Taç1, Be7; 17. Tç3, 0-0; 18. Tf1, f5; 19. exf6, Bxf6; 20. Tç7, e5; 21. Bf5, d4; 22. Bd2, Cb6; 23. Bd3, Te8; 24. De4, g6; 25. Txb7, Bf5; 26. Dxb7, Be7; 27. Bxf5, Rxb7; 28. Bxg6, Rxb7; 29. De4+, Rg7; 30. Dg4+, Rh8; 31. Dh5+, Rg8; 32. Dg6+, Rh8; 33. Dh6+, Rg8; 34. Dg6+, Rh8; 35. Cg5, Bxg5; 36. Bxg5, Cd5 (pois há ameaça de mate em f6!); 37. Bxd8, Taxd8; 38. Tç6, Te7; 39. Dh5+, Rg8 e as Pr. abandonam, dado que: 40. Tg6+, Tg7; 41. Txb7+, Rxb7; 42. Dg5+, e Dxd8 G. Br.

Soluções (21.XI.85)

1. Tf8 (ameaça: 2. Ta8 mate), bi=C; 2. Df7 mate

1. ..., bi=?; 2. Ta8 mate

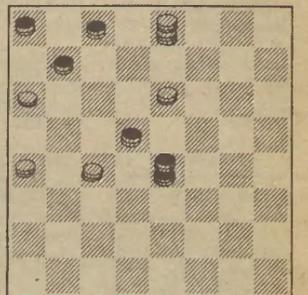
■ A. de M. M.

Damas

XXVIII — 28 de Novembro de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 28

Por Manuel Duarte
«Vamos Decifrar», n.º 85, 1.1.948
Pr. (14)-19-28-31-32
Br. 15-16-22-24-(30)



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 28

Lisboa, 20 de Julho de 1957
Br. Dr. O. A. L. — Pr. J. C. Patrício

1. 11-15, 21-17 (Abertura Sorteada); 2. 6-11, 23-19; 3. 11-14, 25-21; 4. 14-23, 27-11; 5. 7-14, 22-18; 6. 14-19, 18-14; 7. 2-6, 24-20; 8. 9-13, 20-15; 9. 4-7, 31-27; 10. 13-18, 29-25; 11. 12-16, 27-22; 12. 18-27, 30-23; 13. 7-11, 14-7; 14. 3-12, 23-14; 15. 12-19, 21-18; 16. 16-20, 28-24; 17. 20-23, 18-13; 18. 19-22!!; 26-19; 19. 5-9, 14-5; 20. 1-10, 19-14; 21. 10-19, 13-10; 22. 6-13, 17-10; 23. 23-27; 10-5; 24. 27-30=D, 5-1=D; 25. 19-22, 1-28; 26. 22-26, 25-21; 27. 26-29=D, 21-17; 28. 8-12, 28-31; 29. 12-16, 17-13; 30. 9-18, 31-13; 31. 29-19, 13-9; 32. 30-17, 9-31; 33. 17-10, 31-9; 34. 19-8, 9-31; 35. 10-5, 31-9; 36. 5-2, 9-31; 37. 2-9, 31-28; 38. 8-15, 28-23; 39. 9-5, 23-1; 40. 16-20, e G. Br.

GOLPE N.º 28

Autor ??? (Quem sabe?)

1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 27-22; 3. 11-15, 21-18; 4. 14-21, 25-18; 5. 10-13, 26-21; 6. 13-17, 30-26; 7. 6-11, 23-20; 8. 1-5, 20-16; 9. 2-6, 31-27; 10. 5-10, 28-23 e as Br. jogam e ganham de GOLPE! (Br. 3-4-6-7-8-9-10-11-12-15 Pr. 16-18-19-21-22-23-24-26-27-29-32 J. Br. G.).

Soluções (28.XI.85)

N.º 2 (Duarte): 16-20 e 20-23 e 22-27 e 24-28 G. Br.

Golpe n.º 2 (Autor desconhecido!): 11. 11-14, 18-2; 12. 15-20, 24-15; 13. 3-6, 2-11; 14. 7-14, 16-7; 15. 4-20, 23-16; 16. 14-30 G. Br.

■ A. de M. M.